

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADE – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HALLISSON BENTO OLYMPIO FRANCISCO DA SILVA

**O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DE CATURITÉ
E DO CARIRI PARAIBANO: HISTÓRIA, MEMÓRIA,
CRIMES, JUSTIÇA E SINDICALISMO
(1950-1980)**

CAMPINA GRANDE
JUNHO 2016

HALLISSON BENTO OLYMPIO FRANCISCO DA SILVA

**O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DE CATURITE
E DO CARIRI PARAIBANO: HISTÓRIA, MEMÓRIA,
CRIMES, JUSTIÇA E SINDICALISMO
(1950-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História, do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito para
obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: Cultura e cidades.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima

**CAMPINA GRANDE
JUNHO – 2016**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586c Silva, Hallisson Bento Olympio Francisco da.
O cotidiano dos trabalhadores de Caturité e do Cariri Paraibano: história, memória, crimes, justiça e sindicalismo (1950-1980) / Hallisson Bento Olympio Francisco da Silva. – Campina Grande, 2016.
140f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima".
Referências.

1. História Cultural - Trabalhadores. 2. Trabalhadores - Caturité e Cariri Paraibano. 3. Trabalhadores - Cotidiano. 4. Sindicalismo - História. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB). III. Título.


CDU 930.85:316.343-058.14 (043)

HALLISSON BENTO OLYMPIO FRANCISCO DA SILVA

**O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DE CATURITE E DO
CARIRI PARAIBANO: HISTÓRIA, MEMÓRIA, CRIMES, JUSTIÇA E
SINDICALISMO (1950-1980)**

Dissertação avaliada em 10 de Junho de 2016, com conceito A (9,5)

BANCA EXAMINADORA



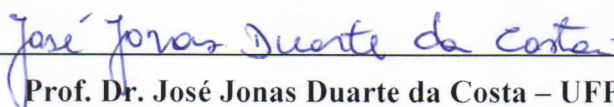
Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – UFCG

Orientador



Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – UFCG

Examinador Interno



Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa – UFPB

Examinador Externo

Prof. Dr. Severino Cabral Filho – UFPB

Examinador Interno - Suplente

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira – UFPB

Examinador Externo - Suplente

EDICATÓRIA

A Maria Olympia e Vicente Francisco (pais), Haron, Hallan, Halberon, Isabel, Sindolfo (irmãos), José Jesus (amigo - In memoriam), Pedro Neemias (filho) e Elisangela (esposa) dedico carinhosamente este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho significa concretizar um sonho. Mas, além disso significa honrar esforços e apoios a mim concedido por vários familiares e amigos.

Agradecer primeiramente a Deus, autor e consumidor da vida, sem a sua misericórdia e amor jamais estaria concluindo com êxito este degrau. A Ele toda honra glória, poder e majestade.

Agradecer a minha mãe Maria Olympia, que desde os primeiros passos no mundo estudantil sempre esteve junto a mim, nas madrugadas, manhãs frias e noites de estudo, onde sempre lembrava de fazer e trazer um lanche, imaginando as dificuldades que teria por conta da alimentação no período escolar por escassez de recurso financeiro.

Agradecer a meu Pai, Vicente Francisco e aos meus irmãos que, na medida do possível me ajudaram nas horas boas e principalmente nas horas difíceis, seja com recurso financeiro, seja com simples palavras de força que certamente tiveram grande valia para que chegasse até aqui.

Agradecer a todos os meus avós, tios, primos e demais familiares pelo apoio, tal agradecimento faço em nome daquela que nunca mediu esforços diante de alguma necessidade, Olimpia Gomes (avó – in memória).

Agradeço a todos os amigos em nome do grande amigo e irmão, José Jesus, que sempre me apoiou e incentivou nos primeiros passos do ensino médio e graduação, nunca mediu esforços para me ajudar em vários momentos da minha vida escolar.

Por fim, agradecer em especial a minha amada esposa que ao meu lado acompanhou desde a graduação e sempre me deu total apoio para que chegasse até à aprovação na pós graduação. Junto a ela, não poderia deixar de citar meu tesouro Pedro Neemias, inspiração nas noites mal dormidas e nas noites acordadas diante de infundáveis leituras e estudos, onde diversas vezes tivemos que abrir mão de vida familiar e do lazer em detrimento de tempo de estudo neste período de mestrado.

Digo que valeu. Fiz e faria tudo de novo, pois entendo que essa era uma missão que deveria concluí-la para honrar a todos acima citados e todos aqueles que, em nome dos citados deixo meu agradecimento, mas além da honra, sinto que profissionalmente

devo uma eterna gratidão a todos os professores que fizeram parte da minha vida escolar e acadêmica. Em especial, agradeço ao meu orientador Luciano Mendonça, pelo empenho, carinho e imensa atenção para com o tema, tratando sempre com muito profissionalismo e dividindo comigo as horas difíceis, além de conselhos que guardarei eternamente, em seu nome agradeço a todos os colegas professores e graduação e pós graduação. Agradeço a todos da coordenação e da secretaria.

Agradeço ao cartório civil de Caturité, pelo espaço para pesquisa, ao Sindicatos dos Trabalhadores de Boqueirão e ao Sindicato de Caturité, agradeço aos servidores do arquivo do Fórum de Cabaceiras – PB, onde pesquisei com toda liberdade possível. Agradeço a secretaria da Paróquia de Boqueirão, bem como a todos as minhas fontes orais que foram fundamentais para a produção deste trabalho.

Para finalizar, não poderia deixar de agradecer a todos os colegas de turma. Vivemos momentos inesquecíveis de alegria e de dificuldades, mas ao cabo vencemos, concluímos o processo que antes achávamos difícil e distante, mas possível.

A todos meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho estuda o cotidiano dos trabalhadores do Cariri paraibano, em especial o cariri oriental, com ênfase maior em Caturité e Boqueirão a partir dos anos 1950 a 1980. Período em que abordaremos as relações de trabalho, as formas de dominação e resistências, os aspectos econômicos e sociais no contexto da cultura do algodão e do agave; estudaremos ainda as lutas por direitos trabalhistas nas barras da justiça, a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de boqueirão no início da década de 60, bem como as estreitas relações com a Igreja Católica e a política assistencialista do sindical, de modo a entender todo esse processo na conjuntura do golpe militar e o contexto vivenciado pelo Nordeste nos anos 60, 70 e 80, época que as secas assolaram a população causando mortes e obrigando muitos a se deslocarem para o Sudeste do país. Nessa direção há ainda que considerar as diferenças regionais acentuadas a partir dos anos 50 com a industrialização no Sudeste e o precário setor agrário do Nordeste, combinado com as obras contra as secas, como a construção de barragens e estradas que favoreciam os grandes proprietários de terra que dominavam a política local. Neste quadro analisaremos ainda processos crimes envolvendo trabalhadores e um processo de crime eleitoral que nos remete a coação utilizada pelos coronéis nas eleições no interior do Brasil.

Palavras-chave: Trabalhadores; Justiça; Sindicato

ABSTRACT

This paper studies the daily lives of Cariri workers, especially the eastern cariri, with greater emphasis on Caturité and Boqueirao from the years 1950 to 1980 period in which we will cover labor relations, forms of domination and resistance, the economic and social aspects in the context of the cotton crop and agave; also study the struggle for labor rights in the justice bars, the formation of the big mouth of the Rural Workers Union in the early 60s, as well as the close relations with the Catholic Church and the welfare policy of the union, in order to understand all this process in the context of the military coup and the situation experienced by the Northeast in the 60s, 70s and 80s, a time that droughts devastated the population causing deaths and forcing many to move to the southeast of the country. In this direction there is to consider regional differences accentuated from the 50s with industrialization in the Southeast and the precarious agrarian sector of the Northeast, combined with the works against droughts, such as building dams and roads that favored the large landowners who dominated local politics. In this context we analyze further processes crimes involving workers and an election crime process that leads us to coercion used by the colonels in the elections in the interior of Brazil.

Key-words: workers; justice; syndicate

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1** - Mapas da Paraíba e Micro Região do Cariri Oriental – Reprodução da Internet, 2016
- IMAGEM 2** - Trabalhador colhendo algodão arbóreo/ ‘mocó’ – Reprodução da Internet, 2016
- IMAGEM 3** - Mapa da Paraíba e de Caturité. Fonte: IBGE Cidades, 2015
- IMAGEM 4** - Fundação do STR de Boqueirão em 02/03/1963 – Foto: Acervo do STR
- IMAGEM 5** - Carta Sindical com autorização de funcionamento do Ministério do Trabalho. Fonte: Acervo STR
- IMAGEM 6** - Padre Antonio Palmeira, 1º Pároco e incentivador da criação do STR em Boqueirão.
- IMAGEM 7** - Distribuição do leite em uma cidade do Interior do RN - Reprodução da Internet, 2016
- IMAGEM 8** - Mobral na sede do STR – Boqueirão – Acervo do STR
- IMAGEM 9** - Ficha de associado do STR – Boqueirão. Em destaque, espaço para anotações de assistência social. Fonte: Arquivo do STR.
- IMAGEM 10**- Pelotão de Sócios do STR Boqueirão no desfile de 7 de setembro de 1973 – Acervo do STR
- IMAGEM 11**- Pelotão das crianças composto por filhos e filhas dos sócios do STR – Boqueirão. Acervo do STR
- IMAGEM 12**- Concentração em frente a sede do STR ao fim do Desfile. Cervo do STR

LISTA DE TABELAS

**TABELA 1- EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGODOEIRA NA PARAÍBA
(1949-1980)**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CAPITULO I - HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO CARIRI PARAIBANO	25
1.1 De baixo pra cima, a história é outra	29
1.2 Homens de fibra, fibras de valor: o algodão e o ‘rasga letra’	33
1.3 Trabalho árduo em busca de uma melhores condições vida	43
1.4 Casa, quintal, roçado e ouro escondido: práticas de trabalho e emancipação da mulher.....	44
1.5 Trabalho duro, porém necessário.....	47
1.6 Rapadura, cachaça e lazer.....	52
1.7 Jogo, veneno e o crime por batatas	56
1.8 O caminho da morte	60
1.9 Lazer e religiosidade	64
2. CAPITULO II - QUEDA DE BRAÇO: PRATICAS DE DOMINAÇÃO EM MEIO A RESISTÊNCIAS E LUTAS POR DIREITOS	66
2.1 A fonte e seus usos	66
2.2 Da máquina ‘comedora’ de dedos à justiça	69
2.3 Incapacidade motivadora	76
2.4 União e solidariedade: interesses em jogo	77
2.5 Por um direito ao futuro	80
2.6 O caso do Pedreiro	82
2.7 Violência e repressão em busca do poder nas eleições de 1950	85
3. CAPITULO III – SINDICATO E O ASISTENCIALISMO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR	92
3.1 Formação do STR de Boqueirão	97
3.2 Igreja Católica e o apoio ao sindicalismo	102
3.3 Assistencialismo sindical	106
3.4 Ameaça, resistência e a política partidária	120
3.5 “7 de setembro”: O modelo militar no seio do sindicalismo	126
3.6 Ações de Solidariedade	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

A escolha por estudar o cotidiano dos trabalhadores do cariri é resultado de uma pesquisa iniciada quando da monografia de final de curso de história nesta mesma instituição, no ano de 2011, momento em que abordamos a memória dos trabalhadores do algodão na comunidade de Caturité- PB, na segunda metade do século XX. No entanto, posteriormente entendemos que ainda havia muito por ser pesquisado, logo, a temática anterior tornou-se um pontapé para reiniciar e aprofundar as pesquisas sobre os trabalhadores do algodão.

Desta feita ampliamos a pesquisa sobre os trabalhadores do algodão para uma cronologia que vai dos anos 1950 a 1980, buscando agora entender as diversas atividades cotidianas que os trabalhadores do Cariri experienciaram como o próprio algodão, com o agave e outras atividades de subsistência, inserido em um contexto de industrialização no Sudeste, de seca no Nordeste e o regime militar de 64 no país. A essa conjuntura some-se o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o apoio da igreja católica na região em estudo na década sessenta e as lutas de resistência na busca de direitos trabalhistas.

Neste ambiente, diante do objeto deste estudo - o cotidiano dos trabalhadores do cariri - objetivamos buscar entender os diversos eventos políticos, sociais, econômicos e climáticos ocorridos no período entre 1950-1980, suas motivações e consequências na vida dos trabalhadores do Cariri paraibano à altura do município de Caturité e áreas adjacentes.

A partir da década de 50 os trabalhadores do Nordeste passam a conviver com a crise do algodão que se arrastou até no início da década de 80 com a chegada da praga do bicudo que dizimou grande parte das plantações. Essa crise, entretanto, remonta aos anos 30, quando São Paulo sofre com a desvalorização do café e passa produzir algodão herbáceo, tornando-se em pouco tempo o maior produtor nacional, logo, essa concorrência nacional e internacional, efeitos da política nacionalista de Vargas como o ideário de valorização do capital nacional na indústria de base implantado no início da década de 50 contribui para acentuar ainda mais as diferenças regionais, posicionando os trabalhadores rurais do Nordeste a margem do processo de modernização mais saliente no Sudeste do país, considerando que os pequenos produtores responsáveis pela grande produção algodoeira do Nordeste ficam em desvantagem em relação às áreas tecnicamente mais favorecidas. (COSTA, 1996).

As diferenças regionais motivaram debates políticos, econômicos e sociais. Nessa direção surge a luta dos trabalhadores do campo em busca da extensão dos direitos trabalhistas da cidade (CLT) para o campo. Aos poucos se cumprirão alguns anseios dos

camponeses, todavia tais mudanças não altera efetivamente o cenário econômico e social vivenciado pelo Nordeste, no que fica ainda mais evidenciado o caráter de atraso em relação ao Sudeste.

É nesse cenário de pós 2ª guerra, junto às mudanças econômicas no cenário nacional e internacional, estiagens no Nordeste, industrialização, migração e uma ditadura implantada no Brasil que buscamos entender o movimento dos trabalhadores rurais em busca de saídas, mas inserido em um quadro quase sempre desfavorável às suas lutas.

No plano local, e parte deste processo, está a Caturité¹, antes de ser emancipada, Caturité era Vila de paz denominada de Conceição, a época distrito de Campina Grande e Cabaceiras. Com a nomenclatura atual passou a ser distrito de Boqueirão.

Esta explanação sobre o espaço territorial é necessária para entendermos que a história dos trabalhadores existe para além das fronteiras do tempo e espaço. A principio estudaríamos apenas a memória dos trabalhadores do algodão na comunidade de Caturité, no entanto após reflexões, orientações, leituras e pesquisas expandimos nosso objeto de estudo para o Cariri paraibano, todavia esclarecemos, que neste estudo não damos conta de toda região cariri, mas especificamente a parte oriental², concentrada em Boqueirão (04) e Caturité (07). Conforme mapa da imagem 1.

¹ Caturité atualmente é uma cidade localizada na região do cariri, mais precisamente cariri oriental, á 160 km da Capital. Tem uma população estimada em cerca de 4.500 habitantes, dos quais, 80% habitam a Zona Rural. Sua emancipação política aconteceu em 29 de abril de 1994, sendo instalado como Município em 1 de janeiro de 1997. Segundo informações do IBGE e do Livro “Municípios e Freguesias da Paraíba” de Epaminondas Câmara, 1997. Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, a pequena comunidade figura no município de Campina Grande com o nome de distrito de Conceição. Pelo decreto-lei estadual nº 1164, de 15/11/1938, o distrito de Conceição passou a denominar-se Caturité permanecendo no município de Campina Grande até 1943. Em 11/0/1947 o distrito de Caturité é transferido de Campina Grande para Cabaceiras, permanecendo assim até 1955 quando a lei estadual nº 2078, de 30/04/1959, transfere o distrito de Caturité do município de Cabaceiras para o de Carnoió que em 1961 passou a ser chamado de Boqueirão. Caturité permanece distrito de Boqueirão até 1994, quando pela lei estadual nº 5900, do mesmo ano é desmembrado de Boqueirão e é instalado como município em 01/01/1997.

² A microrregião do Cariri Oriental é uma das microrregiões do estado da Paraíba pertencente à mesorregião Borborema. Está dividida em doze municípios: Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri. Possui uma área total de 4.242,135 km.

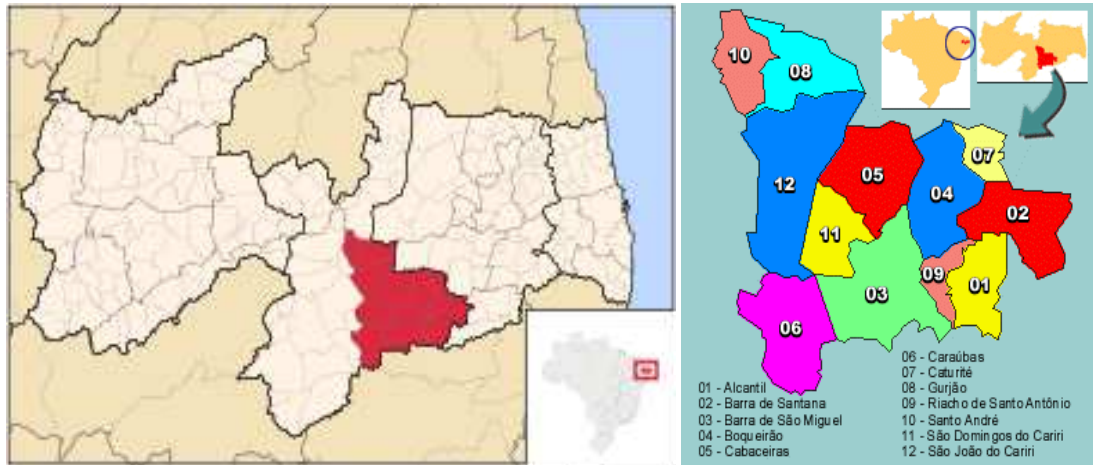


Imagem 1- Mapas da Paraíba e da Micro Região do Cariri Oriental – Reprodução da Internet, 2016

Em determinado momento as pesquisas apontaram novos caminhos em que percebemos que cotidiano de trabalho e luta dos trabalhadores não se findava nas fronteiras geográficas de uma região ou cidade, pois como sabemos a luta dos trabalhadores é bastante dinâmica e acontece em diversos locais do mundo ao mesmo tempo. Essa realidade impediu que este trabalho se restringisse apenas à comunidade de Caturité, visto que as fontes revelaram acontecimentos históricos que ampliaram o nosso olhar para cidades e comunidades vizinhas.

Essa expansão da área territorial estudada encontra guarida no entendimento do historiador, José de Assunção Barros (2013) quando afirma que “ao se apropriar dos discursos, das informações e dos resultados que lhe chegam de uma determinada realidade vivida através daquilo que ele chama de fontes primárias, o historiador também produz territórios³”.

Ainda sobre a construção de territórios na operação historiográfica, Barros afirma que o historiador deve se “empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam a sua época”. As pessoas e o território sempre estiveram em seus locais, ao historiador cabe produzir uma inteligibilidade de tudo isso por meio da produção escriturística. Logo, esse entendimento nos auxilia a justificar que era impossível estudar os trabalhadores da comunidade de Caturité a partir dos anos 1950 se nos apegássemos ao recorte geográfico, pois conforme Barros, o nosso corpus documental nos encaminhou a perceber que no período em estudo a referida comunidade já havia geograficamente

³ Para tratar deste assunto o autor utiliza de estudos de Fernand Braudel tais como “O Mediterrâneo”, bem como lança mão de conceitos geográficos como Vital de La Blache para fundamentar seu entendimento da interdisciplinaridade entre história e Geografia a partir dos Annales. Ver: BARROS, José de Assunção. Espaço e História. In: A expansão da história. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013, pp,135-163

pertencido a cidade de Campina Grande, posteriormente a cidade Cabaceiras, por ultimo, Boqueirão.

Na dinâmica diária dos trabalhadores na qual se insere nosso objeto de estudo, percebemos que os acontecimentos do cotidiano destes, também gravitavam também por Boqueirão e Cabaceiras e esta constatação nos fez entender que o estudo destes trabalhadores constituía outro território, para além das fronteiras físicas, geográficas, administrativas ou políticas, com experiências comuns que marcaram suas vidas e suas comunidades.

Para tanto utilizamos fontes que possibilitaram entender melhor o contexto, bem como cruzar informações utilizando as entrevistas orais, processos trabalhistas, processos cíveis, fichas sindicais e outros documentos e o livro de tombo da paróquia de Boqueirão. Como afirma Pinsk (2005, p,7), “documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir”.

Neste caminho lançamos mão da metodologia da história oral, realizando entrevistas com senhores e senhoras que vivenciaram momentos diferentes do período de estudo, realizando anotações em conversas informais e agendadas, considerando o grau de consciência destes.

Por outra via, pesquisamos no arquivo do Fórum do município de Cabaceiras, onde encontramos processos trabalhistas e processos cíveis e criminais. Realizamos pesquisa no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão.

Neste processo, o cuidado com a análise das fontes em cada momento de pesquisa é importante para não prejudicar o resultado final. Dessa maneira, devemos ser conscientes que jamais alcançaremos a reconstrução total dos fatos como eles se deram, mas por outro lado, não devemos ser influenciados por uma descrença total no que toca à extração das informações das fontes, dessa forma, a atividade do pesquisador não teria sentido. A esse respeito somos iluminados pela máxima do alemão Koseleck, “as fontes tem poder de veto”.

Neste caso, utilizamos as fontes citadas como forma de iluminar este trabalho, uma vez que trabalhamos diretamente com as informações coletadas nas entrevistas e merecem atenção, pois são ricas em subjetividades e objetividades. Assim a pluralidade de fontes nos serviu de base para enriquecer tais informações, mas também discordar delas, uma vez que as fontes nos direcionam, mas ao historiador cabe buscar um equilíbrio na empreitada historiográfica. Sobre esta questão, lembremo-nos da Lição de Maria Odila Dias, no prefacio da obra “Orfeu extático na metrópole”, quando afirma que o pesquisador deve manter uma relação de empatia e equidistância para com os informantes do passado. (SEVCENKO, 1999).

Embora existam poucos estudos sobre a região e com certa proximidade regional e temática com esta proposta, nos apoiamos aqui em trabalhos como o de Mariângela Vasconcelos Nunes (2006)⁴ sobre o agave nos Cariris Velhos, a partir de um recorte temporal compreendido entre os anos de 1937 a 1966 buscando entender os significados que os trabalhadores rurais teciam sobre o agave a partir das suas experiências no processo de trabalho.

O trabalho de Francisco Batista de Assis “As múltiplas faces das práticas de dominação e da resistência”⁵ também nos ajudou quanto a região e quanto a temática. Neste trabalho ele analisa os princípios do direito, da justiça e da economia moral a partir de E. P. Thompson, e da violação dos direitos pela elite, como também as ações de resistência dos dominados a partir do Cientista Social J. Scott.

Neste diálogo com a história social buscamos leituras que pudessem contribuir com as respostas que amparava nossas inquietações teóricas e metodológicas, assim, servimo-nos de dos estudos influenciados pelo materialismo histórico de Marx e Engels, que trouxe variadas possibilidades de estudo para a produção historiográfica até os dias atuais.

Nessa linha alguns destes estudos forneceram oxigênio para pensar a história do trabalho e dos trabalhadores a partir de uma leitura global. Estamos nos referindo a alguns estudos do historiador holandês Marcel Van der Linden⁶ que tem construído e apresentado argumentos que pregam uma história global do trabalho. Assim, a partir de Linden é possível fazermos um balanço sobre a história do trabalho e dos trabalhadores.

Global no sentido de que a história do trabalho tem saído do viés eurocêntrico e construído novos e importantes espaços, segundo ele, “nos últimos vinte anos, aproximadamente, a história do trabalho vem sendo objeto de crescente interesse em alguns países do Sul global” (LINDEN, p. 10, 2013). Isto é, América Latina, Ásia e África tem desenvolvido cada vez espaços de discussão através de conferências, associações e

⁴ NUNES, Mariângela de Vasconcelos. Entre o Capa Verde e a Redenção: A cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (1937-1966, Paraíba). Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília, 2006, 291 p.

⁵ As múltiplas faces das práticas de dominação e da resistência. In. Batista, Francisco de Assis. Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950). Doutorado em Ciências Sociais. Campina Grande: UFCG, 2010, pp. 152/191.

⁶ Marcel Van der Linden é diretor de pesquisa do Instituto Internacional de História Social e professor de História dos movimentos sociais na Universidade de Amsterdã, Holanda. Tem inúmeros estudos publicados sobre trabalho e história das classes trabalhadoras e sobre história das ideias. Para mais informações ver obra: LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo** – Ensaios para uma história global do trabalho. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campina – SP: UNICAMP, 2013.

associações voltada ao tema como acontece no Brasil com o Grupo de Trabalho que pesquisam sob o eixo temático “Mundos do Trabalho” ligada diretamente à Associação Nacional de História- ANPUH.

Os novos estudos em torno da temática do trabalho têm suscitado reavaliações sobre a história do trabalho produzidas em épocas pretéritas, principalmente quando se trata da metodologia europeia de se fazer história ainda muito dominante no cenário mundial, bem como as fronteiras, ou seja, o contexto dos acontecimentos não se dar apenas no nível micro, mas também no macro. Assim já se percebe o crescente número de trabalhos produzidos em áreas até então isoladas no que toca à historiografia do trabalho, a exemplo de países da África e Ásia, mesmo ainda não tendo fácil acesso a estas obras, sua relevância para os estudos do tema há de ser considerada.

Em um de seus artigos publicados no Brasil intitulado “História do Trabalho para além das fronteiras”⁷ Linden afirma que o termo “História do Trabalho” é muito amplo e pode ter o sentido “amplo” ou “restrito”, sendo o primeiro bem mais antigo, resultado do avanço do capitalismo e suas transformações sociais surgindo a necessidade de situar historicamente as transformações sociais. Esses projetos começaram a ser formulados após as revoluções de 1848 na Europa. Já a história “restrita” é posterior a estes movimentos (1870-1880), quando pesquisadores se preocupam com a história do movimento dos trabalhadores, na evolução de salários, dos preços, entre outros. “Nesse sentido, no fim da década de 1880, foram criados os alicerces para a história do trabalho e todas as suas formas básicas”. (LINDEN, 2010,p, 36).

Neste trilho há uma perceptível inovação historiográfica a partir de 1960 com estudos de E. P. Thompson⁸, referenciada pela formação da classe operária inglesa, com ênfase na cultura e na consciência e representa o rompimento com a velha história, construindo assim uma a “nova história” da classe trabalhadora e suas lutas; (LINDEN, 2010, p, 39).

⁷ LINDEN. Marcel van der. História do trabalho para além das fronteiras. In. Cadernos AEL, Volume 17, Nº 29, 2010, pp. 33/66.

⁸ A formação da Classe Operária Inglesa, publicado em 1963 em Inglês (versão em português em 1987). Quando o livro foi publicado, Thompson era uma figura conhecida apenas pela intelectualidade de esquerda britânica por seu ativismo político. Avaliações de críticos, assim como de admiradores, são hoje quase unânimes em reconhecer que a obra foi um marco. Bryan Palmer, em sua biografia intelectual de Thompson, afirma que a grande virtude de A formação reside na “irrefutável ruptura a que forçou a literatura histórica”. Para ver mais sobre Thompson e a obra Formação da classe operário Inglesa, ler: MATTOS, Marcelo Badaró. **A formação da classe operária inglesa: história e intervenção**. In: Revista Trabalho Necessário, ano 12, nº 18 – 2014, Issn: 1808 - 799X, 24 pp. Disponível no seguinte link: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images>

Para Van der Linden, Eric Hobsbawm entendeu que a “nova” história acentuou, e valorizou “a classe trabalhadora como tal [...] e] as condições econômicas e técnicas que permitiam a efetividade dos movimentos trabalhistas, ou as que os impediam de serem eficazes”. (LINDEN 2010, p, 40). Essa virada historiográfica se constitui em uma verdadeira revolução intelectual, uma vez que contemplam, além do trabalho e cultura do cotidiano, o gênero, raça, etnia e idade, as estruturas familiares, sexualidade e a política informal

Pensando na escala global da temática dos trabalhadores, Linden, ver um erro em Thompson quando ele desconsidera os acontecimentos e influências que estão ao redor da Inglaterra, tais como os imperialismos e o colonialismo, esquecendo das importantes da Revolução Francesa. Entretanto, a crítica de Linden não é cabível, haja vista que o trabalho de Thompson, buscou pinçar justamente as peculiaridades dos ingleses.

O autor chama a atenção para o fato que já anos finais do século XIX e início do XX, alguns trabalhos fora do atlântico norte, isto é na periferia da Europa, já abordavam o movimento operário, como o caso da Rússia, Índia e México. No decorrer do século XX, principalmente a partir dos anos 1970, há um crescimento e interesse acadêmico pela história do trabalho e trabalho industrial bem como pelos não elitizados: ”camponeses, pequenos comerciantes, povos indígenas, negros e os imigrantes” (LINDEN, 2010, p,40/44). Esse movimento é característico na América latina; Semelhante abordagem se dar neste período na África do Sul.

Nos anos 1980 os estudos dos subalternos dão um impulso especial nos estudos sobre trabalho e trabalhadores estudando os camponeses pobres e sem-terra principalmente na América. Do estudo dos subalternos, alguns historiadores passaram para outro ramo de estudos: pesquisar sobre trabalhadores e suas famílias. Entretanto, havia ainda grupos que preferiam limitar suas pesquisas às questões institucionais.

Neste entremeio entre o que Linden define como a “velha” e a “nova” história do trabalho, surge a história global do trabalho que para ele é “Antes de tudo uma área de interesse e não uma teoria a ser seguida. A ênfase está no estudo das relações de trabalho e movimentos sociais dos trabalhadores, que têm evoluído com o crescimento do mercado mundial a partir do século XIV” (LINDEN, p, 55 (ii), 2010);

A ascensão da história global do trabalho significa que teremos de integrar os conhecimentos da velha e da nova história do trabalho em uma nova perspectiva, definida por ele como uma metáfora do navio novo que é construído dentro do velho!

Apesar de algumas discordâncias, os estudos de Linden são influenciados pelos pensamentos de Max e Engels. Para ele na obra “O capital” de Max e Engels “a análise de

Marx ainda é a referência em estudos sobre classes de trabalhadores” (LINDEN, p, 28, 2013). Entretanto vale ressaltar que é de fundamental importância nesse processo a influência do pensamento de Thompson, principalmente com o fator fundamental no estudo dos trabalhadores: a experiência.

Assim, é preciso pensar história do trabalho ou mundo do trabalho como área de interesse e não como teoria a partir dessa virada historiográfica ou como diz Linden “uma revolução intelectual” chamada nova história do trabalho tão bem referenciada por Thompson, mas que precisa sofrer atualizações que respalde novas pesquisas a nível global, visto que o mercado capitalista cresce, e assim surgem várias possibilidades de estudo. Neste de Linden, a história global do trabalho oferece a possibilidade de novas contribuições, que, somadas às bases da “velha” e da “nova” história do trabalho seria possível alcançar um nível de história mais abrangente possível sobre o celeiro de trabalhadores que fazem parte do mundo do trabalho.

Há que considerar ainda, que a classe de trabalhadores não pode ser vista de forma homogênea, pelo contrário, é preciso considerar a existência de diferenças internas, que remetem a aspectos culturais como gênero, lazer, religião entre outros (SAVAGE, 2004)

Quando lidamos com estudos sobre trabalhadores percebemos que as resistências cotidianas estão sempre presente no cotidiano, mas nem sempre são entendidas como tal, por serem sutis, mas perceptíveis, a exemplo do “corpo mole”, o longo “descanso”, as fofocas, “disse – me disse”, faltas, adoecimentos, músicas, piadas, o molhar o algodão ou colocar pedras no saco antes da pesagem, ingerir bebidas alcoólicas ao longo da jornada de trabalho, entre outros, que de acordo com as leituras de Edward Palmer Thompson (1998) quando se refere à economia moral (quando estudava o comportamento dos trabalhadores ingleses no século XVIII orientados por fundamentos sociais, éticos e morais), são visíveis quando se busca a justiça social através de ações que legitime o direito a terra ou aos direitos que não são cumpridos.

Segundo SCHENATO (2010, p,10)⁹,

As contribuições de Thompson e Scott, especialmente as noções de economia moral e resistências cotidianas, são instrumento-metodológicos

⁹ O autor é doutor em Ciências Sociais – UFCG. Para ver mais sobre o diálogo envolvendo os conceitos de Economia moral e resistências cotidianas envolvendo Thompson e Scott, ver artigo SHENATO, Vilson Cesar. **Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma leitura a partir de Thompson e James Scott**. Anais da Semana de Humanidade do CCHLA – UFRN, 2010, 11pp. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos>

eficazes para compreensão das complexidades do mundo rural brasileiro, observando as especificidades histórico sociais e políticas dos contextos locais.

Acerca de Thompson e seus conceitos, é fundamental reconhecer que as novas discussões e debates acerca da atualização de bases para uma nova história do trabalho só são possíveis graças às suas contribuições ao mundo do trabalho e dos trabalhadores a nível mundial, sem as suas influencias certamente o nível seria outro, assim faz necessário afirmar que diante de discordâncias de conceito ou método, não dar para desenvolver um trabalho sobre os trabalhadores, em qualquer nível, sem lançar mão das lições teóricas e metodológicas de Thompson, haja vista que perpassam gerações e permanecem firmes sendo referencia quando se trata de estudar os trabalhadores, exploração, resistência, organização de classe, experiência, os subalternos, entre outros.

Nesta continuidade conseguimos acessar leituras sobre resistências, táticas no cotidiano voltadas a história social a partir de James C. Scott:¹⁰ “*Formas cotidianas da resistência camponesa*”¹¹, bem como o “*O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott*”¹², publicados na revista *Raízes*¹³, entendemos que vinham somar nesta pesquisa. J. Scott (2002) considera duas formas de resistência muito claras, “primeira forma é a resistência que acontece no cotidiano(...). A segunda, a confrontação direta”.

Neste sentido Scott constrói uma argumentação por trás das resistências cotidianas que não necessitem um confronto com as classes dominantes, uma vez que “para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível”. (SCOTT, 2002, p, 11). Assim, para Scott, os trabalhadores podem fazer uso de um discurso público, quando confrontam abertamente seus patrões com protestos, brigas, discussões, greves, entre outras, mas por outro, também fazem uso do discurso oculto, ou seja, uma ação de resistência escondida, sem chamar a atenção dos patrões, que simbolizam estratégias de sobrevivência e formas de simulação que se destinam a ocultar a sua revolta e a sua resistência.

Ainda segundo Scott,

¹⁰ Cientista político da Universidade de Yale - USA.

¹¹ Obra traduzida para o português pelos professores Marilda A. de Menezes e Lemuel Dourado Guerra. (UFCG).

¹² Autoria de Marilda A. de Menezes (ver nota anterior)

¹³ Revista de Ciências Sociais e Econômicas da UFCG, volume 21, nº 01, jan.– jun./2002

fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. (SCOTT, p,12, 2002)

É neste viés de resistência cotidiana que Scott defende, argumenta e desfere uma crítica reflexiva a nós historiadores e cientistas sociais, pois, segundo ele, escrevemos “com base em registros escritos, ao quais, por sua vez, são também, em grande medida, originados por autores oficiais, simplesmente não estão bem equipadas para desvelar as formas silenciosas e anônimas das lutas de classes que caracterizam o campesinato”.

A constatação de Scott (2002) é uma chamada de atenção para o discurso oculto, pois quando lemos manchetes sobre resistência de trabalhadores, camponeses ou proletários, geralmente, estas tratam de confronto público, visto que para ele “as formas cotidianas de resistência oculta não produzem manchetes de jornais”.

Neste sentido entendemos que a submissão, as resistências as vezes até ocultas fazem parte de uma tática necessária e importante para uma luta silenciosa mas que trás seus resultados sejam eles materiais ou simplesmente a busca por uma justiça do respeito. Assim nem sempre a visão do historiador ou cientista social ao ver os fatos como normais, lentos e submissos, trata-se na verdade de não reconhecer nas entranhas da classe trabalhadoras táticas que muitas das vezes são coletivas, mas realizadas de forma desorganizada e por vezes individual e passam longe de revolucionar, o que se busca no fundo é um direito quase que sempre atropelado

O período temporal que compreende esta pesquisa, a saber, 1950 - 1980 é um período marcado por rebuliços no que toca aos direitos e perseguições ao trabalhador do campo. A famigerada Reforma Agraria¹⁴ aliada ao sindicalismo passa a mexer com os nervos dos grandes proprietários e políticos que até então conseguiam que as leis favorecessem o seu domínio sobre os trabalhadores.

Há de considerarmos ainda que este período de pesquisa envolve o preâmbulo do golpe militar, o golpe e o pós-golpe. Logo, é preciso perceber que além da importância do debate em torno do poder político, a terra adquire um valor simbólico nesse contexto,

¹⁴ Conceito presente no Art. 1º do Estatuto da Terra, A reforma Agraria é o conjunto de medidas em que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

principalmente no cotidiano dos trabalhadores, pois é da terra que os trabalhadores labutam diariamente em busca da sobrevivência, a partir do algodão, agave, agricultura de subsistência entre outras. No entanto a terra historicamente agregou muito valor financeiro que fazia dos proprietários, fossem pequenos, médios ou grandes alimentarem um cuidado exacerbado com a mesma, ao ponto de brigarem por “palmos de terra” e por vezes entrarem em vias de fato chegando inclusive a acontecer mortes por questões de invasão de animais, destruição de cercas, ou até a passagem (caminho) de pessoas por dentro de propriedade alheia.

Neste processo é preciso considerar o surgimento de leis que influenciaram diretamente os trabalhadores do campo; O decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931, que Regulava a sindicalização das classes patronais e operárias¹⁵; A CLT¹⁶, instituída no governo Getúlio Vargas em 1943; O decreto nº 8.127, de 1945¹⁷, que previa a criação de uma única Confederação para a agricultura (composta por associações municipais e federações estaduais), denominada Confederação Rural Brasileira (CRB); O Estatuto da Terra¹⁸ e o Estatuto do Trabalhador Rural¹⁹, instituído em 1963.

Estas legislações instituem direitos e regulamentam as relações de trabalho. O surgimento destas leis impactou principalmente o Nordeste, especificamente nos estados de Pernambuco e Paraíba onde eclodiram vários conflitos gravitando em torno da temática da terra, direitos trabalhistas e sindicalismo que resultou em dezenas de mortes de trabalhadores e líderes sindicalistas.

Considerando o quadro exposto, os fatores econômicos, políticos e sociais, a saber, poder político, religiosidade, conflitos sociais, sindicalismo, dominação e resistências, este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, abordaremos o cotidiano dos trabalhadores do algodão e agave no cariri paraibano, com maior ênfase em Caturité, buscando entender

¹⁵ O decreto é anterior a instauração da CLT, o mesmo visava regular a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências, como olhar mais voltado para tais atividades no meio urbano.

¹⁶ A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil. A Consolidação das Leis do Trabalho, cuja sigla é CLT, regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural. Desde sua publicação já sofreu várias alterações, visando adaptar o texto às nuances da modernidade. Apesar disso, ela continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores.

¹⁷ A CRB foi no fortalecimento das ideias associativo, entretanto sofreu resistência por eles muito próximos ao governo, sendo implanta apenas em 1951.

¹⁸ Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964 – O Estatuto da Terra é um dos primeiros códigos inteiramente elaborados pelo Governo Militar no Brasil, concebido como forma de colocar um freio nos movimentos camponeses que se multiplicavam durante o Governo João Goulart.

¹⁹ Criada em 1963, a lei 4.214/63 foi uma espécie de mini CLT rural, denominada de Estatuto Rural, que tratou dos direitos individuais, coletivos, processuais, previdenciários e fiscalização trabalhista no campo rural. Referida lei aproximou os direitos do trabalhador rural aos direitos do trabalhador urbano.

como se dava as relações de trabalho, lazer, o jogo, resistências, economia, entre outros aspectos onde a cultura algodoeira foi muito importante para a força econômica dos patrões e a sobrevivência dos trabalhadores no auge e crise do algodão.

No segundo capítulo, trataremos de lutas judiciais em busca de direitos trabalhistas, bem como algumas práticas herdadas pelos coronéis muito forte até os anos 30, e ainda presente no período em estudo, com nova roupagem, mas com velhas praticas.

No terceiro capítulo, abordaremos a formação do sindicato dos trabalhadores de Boqueirão²⁰, com apoio da igreja católica, mas fortemente marcado pelas diversas ações assistencialistas que refletiram a saída para sobrevivência das organizações associativas em meio a uma conjuntura nacional, onde os trabalhadores e seus órgãos de representação eram vigorosamente tutelados pelo governo militar através do Ministério do Trabalho. mas aliados à igreja católica e enfrentando as força políticas dominantes da região através da política assistencialista

²⁰ Sindicato surgiu no ano 1962 mas só foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1965. O Sindicato polarizava a grande região chamada de “grande Boqueirão”, formada por Boqueirão (sede), Caturité, Barra de Santana, Alcantil e Riacho de Santo Antonio.

CAPITULO I

HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES NO CARIRI PARAIBANO

Todas as tardes dezenas de trabalhadores e trabalhadoras chegavam à vila de Caturité²¹ um após outro com sacos completamente cheios de algodão sobre a cabeça, acompanhados de burros que traziam em seus lombos cargas ainda maiores da fibra colhida naquele dia.

O longo percurso entre o local da colheita e o depósito da venda e entrega na comunidade de Caturité era necessário para que o algodão passasse pelo processo semi industrial. Ali acontecia a pesagem em arrobas e no final de semana os trabalhadores recebiam o pagamento pela venda ou colheita produzida da matéria-prima, que após passar pelos procedimentos minimamente industriais eram prensados em fardos²² e preparados para a entrega às indústrias de beneficiamento em Campina Grande.

A passagem acima remete ao cotidiano dos trabalhadores da cotonicultura na região de Caturité na segunda metade do século XX. Estes, e milhares de outros trabalhadores em todo estado tiveram uma importante contribuição para a economia paraibana desde o início do século XIX, durante quase todo esse século a produção de algodão e Sisal na Paraíba, marcaram uma época importante para a economia do estado.

Nas primeiras décadas do século XX, Campina Grande já sentia os sinais da modernidade, principalmente no setor industrial com presença de poderosas máquinas que

²¹ O município de Caturité está localizado na região do Cariri, especificamente Cariri Oriental do Estado da Paraíba, a 160 km da capital João Pessoa, tem uma área de 118 km². Segundo dados da Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS/ IBGE, a população estimada em 2015 é de 4.779 habitantes, onde cerca de 80% habitam a zona rural. Seu nome surgiu a partir da lenda do índio Caturité, que destacou-se na luta contra os portugueses invasores, liderados por Teodósio de Oliveira Ledo, o qual raptou sua filha Potira, obrigando-o sair do seu esconderijo na Serra, para resgatar a jovem nativa da raça cariri. Cercado pelos inimigos, o bravo índio guerreiro pulou em um abismo do Rio Paraíba juntamente com sua filha e ambos desapareceram para sempre. Por ato das disposições constitucionais transitórias promulgado de 11-06-1947, transfere o distrito de Caturité do município de Campina Grande para o de Cabaceiras. Pela lei estadual nº 2078, de 30-04-1959, transfere o distrito de Caturité do município Cabaceiras para o de Carnoió (Boqueirão)

²² Ver artigo “Imagens em contraponto: memórias de modernização, trabalho e dor – campina grande, 1930-1950”, de Severino Cabral Filho, onde o mesmo analisa imagens e aponta a importância do algodão na forma de fardos industrializados para o fortalecimento da elite campinense nas primeiras décadas do século XX. Neste sentido Campina tornou-se o centro comercial onde recebia algodão, agave entre outros produtos par comercialização através dos tropeiros e dos poucos automóveis, esse transporte de fibras foi muito frequente na região|o em estudo, o cariri paraibano.

prensavam e preparavam o algodão em fardos de 195 kg, que seguiam em trens cargueiros até as áreas portuárias de Recife ou Cabedelo para ser exportada para a Europa. A época, o trem era o único meio de transporte terrestre, antes da chegada dos caminhões, com capacidade para transportar fardos com tamanho peso. (ARANHA,1991)

Na região estudada, dois tipos de algodão eram presentes, o arbóreo ('mocó' ou "Seridó") e o herbáceo, Sendo que o "mocó" se adaptava melhor ao semiárido nordestino, visto que suas raízes eram profundas, logo, mais resistentes às secas. O algodão 'mocó' também conseguia produzir por até oito anos, tornando-se mais vantajoso que o herbáceo, que tinha um vida produtiva curta, geralmente um ano, além de bastante sensível a pragas.



Imagem 2 – Trabalhador colhendo algodão arbóreo/ 'mocó' – Reprodução da Internet

Recortar o tempo para se estudar determinada época é sempre um risco para com o passado, mas conforme Thompson (1987), toda narrativa tem que começar de algum lugar, embora seja real e necessário rupturas e discontinuidades. Neste sentido, nosso estudo parte década de 50, pois é nestes idos que a comunidade de Caturité ainda distrito de Cabaceiras contava com uma população de 3.880 habitantes, dos quais 3,601 habitavam a zona rural²³. Data também dos anos 50 em diante alguns processos trabalhistas e criminais encontrados quando da pesquisa no fórum de Cabaceiras, mas essa temática é assunto do capítulo seguinte. Neste capítulo inicial daremos preferência ao estudo do cotidiano dos trabalhadores em torno algodão e outras culturas de subsistência conforme informações do Instituto Brasileiro de

²³ Dados disponíveis no Recenseamento Geral de 1950 do IBGE (p,78). Disponível na biblioteca virtual do IBGE no endereço em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v16_t1_pb.pdf

Geografia e Estatística - IBGE que apontam a vila em estudo como um povoado importante do município de Boqueirão, destacando-se na produção de algodão, sisal, tendo na base da economia a agricultura de subsistência, com destaque para o milho e o feijão e a criação de gado, sendo considerada posteriormente uma das maiores bacias leiteiras da região do cariri²⁴.



Imagem 3 - Mapa da Paraíba e de Caturité. Fonte: IBGE Cidades, 2015

A partir da memória dos trabalhadores discorreremos sobre a participação destes na cultura algodoeira e do agave no Cariri. Analisaremos a importância financeira que a fibra algodoeira possibilitou aos trabalhadores comuns, gerando pagamento de diárias maiores e renda extra para compra de alimentos, aquisição de vestuário e bens de consumo duráveis a partir da colheita do final do ano. Esta prática era conhecida entre os agricultores de “rasga letra”.

Na década de 1950 o algodão já estava em processo de queda no plano regional, nacional e mundial, no entanto no interior do estado a cultura algodoeira ainda rendia bons frutos econômicos, principalmente para os proprietários de terra e produtores de algodão. Segundo Costa (1996) entre os anos 1949 a 1980 produção aumentou em quantidade, em área de produção, mas com rendimento kg/há reduzido assim como a participação na produção nacional, conforme tabela a seguir²⁵.

²⁴ Histórico da cidade disponível na página do IBGE Cidades no endereço <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico> onde é possível encontrar mapas e dados de censos recentes.

²⁵ Reprodução parcial da tabela presente na página nº 62 da dissertação de COSTA, José Jonas Duarte da. **A Crise do Sistema de Produção algodoeiro Paraibano: (uma análise das causas)**. Dissertação em Economia Rural, Campina Grande: UFPB, 1996.

**TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGODOEIRA NA PARAÍBA
(1949-1980)**

ANOS	PRODUÇÃO (t)	AREA (ha)	RENDIMENTO (kg/há)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL EM %
1949	74.886	325.429	206,13	9,73
1959	89.021	431.105	206,99	9,30
1960	53.817	323.827	166,19	4,26
1970	107.670	580.079	185,50	3,55
1980	49.698	409.079	121,48	1,14

Fonte: IBGE. Censo Agrícola e Agropecuário de 1930 a 1985. Anuário Estatístico de 1994

A respeito da força algodoeira em toda Paraíba é válido citar o exemplo da cidade de João Pessoa, capital do estado que teve seu processo de modernização iniciado nas primeiras décadas do século XX a partir da aplicação do capital advindo dos grandes produtores de algodão do interior, que ajudaram o poder público na realização das primeiras reformas urbanas na Capital²⁶, em especial nos governos de João Machado (1908-1912), Solon de Lucena (1920-1924) e João Suassuna (1924-1928).

Na região da Borborema, especificamente na cidade de Campina Grande a força da fibra acarretou o “boom” algodoeiro, que conforme historiografia bastante conhecida chegou a ser o 2º maior polo exportador de algodão do mundo, perdendo apenas para a cidade inglesa de Liverpool. Neste cenário a cidade recebe a linha férrea bem como algumas reformas urbanas como ruas alargadas, casas em *art decó*, praças, instalação de empresas, bancos, hospitais, e colégios, ganhando ares de progresso.²⁷

Como dito acima, a cultura algodoeira estava presente em diversas localidades da Paraíba que constituíram base sólida que convergia a produção aos polos de beneficiamento e exportação. Neste trabalho abordaremos o cotidiano dos trabalhadores do cariri paraibano, destacando num primeiro momento a comunidade de Caturité que, entre tantas, teve também sua participação neste processo histórico da Paraíba.

²⁶ A esse respeito ver tese de doutorado de Waldeci Ferreira Chagas, intitulada *As singularidades da modernização da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*, Recife – UFPE, 2004.

²⁷ ARANHA, Gervácio Batista (1991); COSTA, José Jonas Duarte; SILVA (1996), Josefa Gomes de Almeida (1985); VASCONCELOS, Silvano Alberto de. (1980)

Num primeiro momento analisaremos depoimentos de trabalhadores que lidaram com o algodão e com o sisal na Vila de Caturité a partir da segunda metade do século XX, onde as fibras deram suporte ao crescimento econômico do estado da Paraíba, bem como geraram emprego e renda mínima para sobrevivência de trabalhadores em meio a longas estiagens que assolaram o Nordeste brasileiro à época, adentrando assim em um cotidiano de lutas, tensões e resistências. No segundo momento trataremos das formas de lazer, religiosidade e os conflitos sociais que fazem parte do dia a dia dos trabalhadores e que culminam em crimes sem uma justificativa maior, se não, interesses.

1.1 De baixo pra cima, a história é outra...

Ao voltar o olhar para os trabalhadores do cariri paraibano, especificamente neste trabalho, os trabalhadores de Caturité e comunidades próximas a Boqueirão, é como se tivéssemos de posse de uma câmera fotográfica e com um grande “zoom” pudéssemos alcançar algo que faria parte da imagem maior, mas que até então passava despercebido no que toca a sua importância na construção da imagem no plano macro.

A construção da imagem acima, nos faz pensar no método da redução de escala utilizado pela micro história trazida à baila das discussões pela historiografia italiana através do historiador Carlo Ginzburg, que em uma de suas obras marcantes, “Queijo e os vermes” (2006), apresenta a história de um homem comum a partir de processos da inquisição no Norte da Itália no século XVI. Utilizando-se do método do paradigma indiciário, isto é, a partir dos indícios e vestígios deixados nos processos, Ginzburg reconstrói a trajetória do moleiro Menóchio e aponta a possibilidade de ser fazer uma nova historiografia olhando para os homens comuns, obviamente, considerando os elos e contextos mais profundos.

A presença da historiografia italiana nos remete ao diálogo e as trocas historiográficas existentes entre a história social inglesa e a italiana. Existiram muitos fios que interligam ambas experiências no campo da história social, principalmente pela recepção dos historiadores italianos às interpretações que historiadores ingleses faziam das obras do filósofo italiano Antonio Gramsci, influenciando historiadores como Ginzburg, Giovanni Levi entre outros. Essas trocas historiográficas” entre diferentes tradições nacionais de pesquisa histórica expandem o universo de pesquisa e a ampliação das fronteiras da investigação historiográfica. (LIMA, 2012, p, 179), (GUERIOS, 2011, p,21).

Esta pesquisa com maior ênfase nos trabalhadores e suas praticas, são chamadas na historiografia social de “*história dos de baixo*”, ou “*história vista de baixo*”, entre outras.

Aqui não nos apegaremos, ou nos apropriaremos da denominação do termo ao pé da letra, visto que a construção dos conceitos citados faz parte de outro contexto, no entanto, se faz necessário dizer que a aplicabilidade do mesmo permanece atual e nosso interesse é mostrar que sob a história elitizada e oficial existem sujeitos que também tem experiências e fazem parte da história.

Entendemos então que o olhar para as práticas dos trabalhadores a partir de suas memórias, lutas e organização possibilita ao historiador reconstruir uma história que muitos não conheceram e sequer sabem da existência de determinados acontecimentos. O olhar sobre o trabalhador e o mundo do trabalho foi tema massivo nas pesquisas de Edward Thompson e Eric Hobsbawm quando estudaram as peculiaridades dos trabalhadores com o clímax na formação da classe operária inglesa, e as fortes contradições sociais, que transformaram a Europa do século XVIII e XIX numa conturbada fase de movimentos revolucionários, respectivamente.

A partir das obras de E. P. Thompson, historiadores como o holandês Marcel Van der Linden convencionaram chamar tal período de Nova História do Trabalho, por ser um movimento onde vários outros pesquisadores estudaram com mais afinco os mundos do trabalho, uns com o olhar mais voltado à militância operária, destacando-se nestas pesquisas estudos que valorizavam o homem comum perante uma história notadamente marcada pela presença da elite. A abordagem a partir da experiência e do cotidiano dos trabalhadores comuns possibilita uma compreensão melhor, principalmente a partir da contribuição de Thompson.

Os depoimentos colhidos junto aos trabalhadores especificamente do algodão e do sisal nos apresentam variadas experiências vivenciadas a época em estudo; prática que Heródoto, considerado como o pai da história, reconhecia importantíssima para elaborar a historiografia. Contudo, o uso do método da história oral gerou muitos debates sobre objetividade e subjetividade das fontes, desqualificando por um longo período a oralidade como documento.

Obviamente que esses questionamentos só passaram a ser vencidos graças aos debates empreendidos Karl Marx e Friedrich Engels quando da elaboração de uma nova concepção filosófica do mundo, o Materialismo Histórico dialético, que representou um salto teórico e metodológico qualitativo para a ciência da História, na medida em que, direcionou o olhar dos historiadores às questões sociais e econômicas, promovendo os “marginalizados” ou

“excluídos” do processo histórico não apenas à categoria de sujeitos, mas aos nomes dos sujeitos como fez, Thompson.

Essa corrente historiográfica foi responsável por tornar objeto de estudo, aqueles que não possuíam “voz” na academia, e por isso, contribuiu para o amadurecimento da História enquanto campo de conhecimento e disciplina escolar.²⁸

Assim, o Materialismo Histórico, os estudos e debates promovidos pela Escola dos Annales²⁹, possibilitando a abertura de novos campos e uma visão mais abrangente sobre a história produzindo importantes obras. Logo podemos dizer que o caminho percorrido pelo Materialismo Histórico e pelo grupo de historiadores das três gerações dos Annales constituíram uma das influências mais impactantes e duradouras sobre a Historiografia Ocidental.

O materialismo histórico enquanto doutrina, atribui sentido à história, às lutas entre classes sociais dominantes e as classes dominadas, assim surgiram estudos sob essa influência, voltando-se agora para coleta e interpretação de fontes, antes focada na política e nos grandes personagens, agora com foco em documentos ou processos de cunho coletivo e reivindicatório, assim a história social e econômica se sobrepõe a história política tradicional. (JANOTTI, 2005, p, 11)

Neste percurso de inovação no estudo da história, é possível perceber as marcas da historiografia de Thompson, no seu artigo “*The History from Below*” publicado em 1966 em *The Times Literary Supplement*. Na sua concepção, a história deve ser contada, não somente levando em consideração os “grandes fatos” da história oficial e seus heróis.

Confirmando a importância dos estudos de Marx, “A prática do Materialismo histórico para Thompson foi, como estrutura real e como metodologia, fonte renovadora para uma

²⁸ Entendimento construído a partir da leitura de RODRIGUES, André Wagner. Materialismo Histórico dialético: a contribuição de Marx para o conhecimento histórico, In: site História em Perspectiva, 24 de Janeiro de 2012, disponível em: <http://www.historiaemperspectiva.com/2012/01/materialismo-historico-dialetico.html> acessado em: 23 de Nov. 2015.

²⁹ A Escola dos Annales deixou sua marca bem notável da historiografia desde então e continua existindo até hoje. Desde seu surgimento, não há uma ruptura brusca dos conceitos, apesar de passar por quatro fases de historiadores com grandes nomes representantes de cada uma. A primeira delas, a fase de fundação, é identificada por seus criadores Marc Bloch e Lucien Febvre. A segunda fase, já em torno de 1950, é caracterizada pela direção e marcante produção de Fernand Braudel. A partir da terceira geração a Escola dos Annales passou a receber uma identificação mais plural, na qual destacaram-se vários pesquisadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. Na fase final dos annales, há um notório desenvolvimento da História Cultural e os grandes nomes que a representam são, por exemplo, Georges Duby e Jacques Revel.

teoria da emancipação humana, para uma escrita a partir dos de baixo(...)" (MORAES; MULLER, 2012, p, 300)

Sobre a importância de se estudar a história por outro ângulo, o historiador britânico Jim Sharpe (2011, p. 60) afirma o seguinte:

Mas a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio de reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história.

Assim, buscaremos contar uma história de sujeitos – homens e mulheres - cujas histórias – em grande parte oculta - fazem parte da grande rede que interligadas fazem parte de um contexto mundial³⁰, como disse Eric Hobsbawn, uma verdadeira história de baixo pra cima³¹.

Para tanto lançamos mão da metodologia da história oral, por ser adequada para o estudo da história de memórias³², analisando relatos de trabalhadores e trabalhadoras do campo que chamaremos aqui de agricultores. Os relatos foram colhidos entre os anos 2011 e 2015. A idade média entre eles é superior a 65 anos, todos com um perceptível grau de lucidez, tal priorização se justifica pelo fato de terem experienciado o período em estudo. Servimo-nos também de anotações colhidas quando da realização das entrevistas, o chamado diário de trabalho, além de análise de músicas e processos criminais onde trabalhadores vão das vias de fato ao homicídio em busca de poder, justiça, terras ou simplesmente influenciados pelo jogo e pela bebida.

Conforme Meihy (2013, p, 72)

Para a história oral ser valorizada metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolha das entrevistas, no seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados analíticos. Com um *corpus* documental estabelecido em cima das entrevistas, pensa-se nas análises que demandam diálogos com outros documentos.

³⁰ LINDEN, Marcel van der. **História do trabalho para além das fronteiras**. In. Cadernos AEL, Volume 17, Nº 29, 2010, pp. 33/66. Conceito estudado é desenvolvido por alguns historiadores sociais, entre eles o holandês Marcel Van der Linden que defende uma história global do trabalho, onde, segundo ele, os fatos e acontecimento estão conectados através de interconexões globais entre as experiências e ações também exigem nossa atenção, principalmente no que toca às questões sociais e econômicas dentro de uma cadeia que geram um efeito dominó em outras regiões do mundo, seja positiva ou negativa; Isto é, varias eventos e determinadas áreas do mundo que se dão por fatores comuns;

³¹ HOBBSAWM, Eric J. A história de baixo para cima. In: Sobre história. tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p, 280.

³² ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004, p, 27

Nesse sentido a labuta historiográfica quando no diálogo com as fontes orais deve-se considerar outros documentos para além do oral como forma de se alcançar melhores resultados. Nessa direção há um envolvimento do pesquisador com o objeto de pesquisa, procurando desvendá-lo em complementariedade com o uso de outras fontes.³³

O cuidado com o tratamento das fontes orais é importante para evitar problemas recorrentes com este tipo de fonte, inclusive quando da sua coleta, tais como considerar os silêncios, os não ditos, o esquecimento consciente, os lugares de memória e principalmente a relação entre temporalidade, história e memória. (FÉLIX, 2004, p,42).

Após a discussão teórico-metodológica, começaremos a analisar o quadro local proposto anteriormente, com o objetivo de compreender melhor suas praticas no contexto a qual estavam inseridos.

1.2 Homens de fibra, fibras de valor: o algodão e o ‘rasga letra’

Nas terras de pouca umidade e altas temperaturas da vila de Caturité, no cariri paraibano, trabalhadores acordavam cedo em busca do sustento familiar. Não existia muita tecnologia a disposição para acorda-los. O galo aliado ao nascimento do sol respondiam por esta atribuição³⁴(THOMPSON, 1998, p, 269). Roupas longas e chapéus de palha eram necessários para diminuir a ação causticante do sol, para o longo dia de trabalho que viria pela frente a água e a rapadura não podiam faltar no “bisaco”³⁵.

Esse era o cotidiano diário de trabalhadores, marcado por muito trabalho, suor e cansaço que praticamente só fortaleciam e gerava lucros para os proprietários de terras e produtores, visto que, nessas condições capitalistas de trabalho, onde o tempo natural, como vimos, vai cedendo lugar ao tempo mecânico e o trabalhador cabia o exercicio de jornadas de trabalho maiores que o normal. Este tipo de pratica só fortalece o capital do patrão, uma vez que o trabalhador não recebe nenhum percentual a mais em sua renda, mas produz e gera

³³ DERMATINI, Zeila B. F.; LANG, Alice Beatriz S. G.; CAMPOS, M. Cristina S. S. História Oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU. São Paulo, Humanitas/FELCH-USP, 1998

³⁴THOMPSON. E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p, 269. Neste trabalho Thompson analisa a mudança na concepção de tempo a respeito de tempo e trabalho, sendo mostrada a transição entre tempo natural para o tempo mecânico, assim como as mudanças e valores que foram inseridos na sociedade a partir dessa mudança com relação ao tempo e trabalho. Entretanto percebemos que essa transição acontece aos poucos, mas vai sendo absorvida pelos trabalhadores, que veem algumas vantagens, mas em contrapartida são mais cobrados por produção.

³⁵ Espécie de alforje, bornal, mochila, geralmente produzida artesanalmente em tecido, utilizada por trabalhadores do campo na labuta diária, geralmente para conduzir ferramentas e instrumentos de trabalho, água, lanches, comida, fumo e outros pertences.

renda extra ao patrão. A esse excesso de trabalho que fortalecia o capitalismo, Marx chamava de sobretrabalho.

É válido lembrar que a cotonicultura também possibilitou momentos agradáveis para os agricultores mais humildes, todavia não podemos afirmar que os trabalhadores enricaram nem tampouco que sofriam. Ao contrário, buscaremos um ponto de equilíbrio, pois o que se depreende sem exageros na perspectiva dos depoimentos colhidos, é que o período do algodão representou uma época diferenciada também para os agricultores.

Pois bem, historicamente a concentração de terras no Brasil esteve na mão de poucos, isso ainda é muito presente e significa que os trabalhadores da agricultura tinham muita dificuldade de ter seu próprio roçado e sua própria produção, para tanto era preciso se submeter aos proprietários de terras e produtores de melhor condição econômica e fazer acordos de divisão de produção, a exemplo do sistema de meeiros ou como trabalhadores temporários, ou seja, trabalhava alguns dias por semana na plantação do proprietário da terra em troca do uso da terra do seu roçado. Essa prática se assemelha à utilizada na idade média nas corveias e o ‘cambão’ ou ‘canga’ nas áreas de plantação de cana de açúcar do Nordeste, onde o pagamento do aluguel da terra era efetivado com dias de trabalho gratuito, sinônimo de “sujeição” e da condição de escravo. (JULIÃO, 2013, p, 16)

Nesse jogo o patrão sempre tinha mais força, uma vez que, embora existindo legislações que regulamentavam o trabalhador rural, dificilmente era levada em conta, desta forma o cotidiano dos trabalhadores era marcado por exploração em todos os sentidos, físico, psicológico e financeiro, uma vez que assim como nos dias atuais, sempre houve no Congresso os defensores dos trabalhadores, mas principalmente do patronato. Neste sentido, os trabalhadores do interior do Nordeste sofriam com o não cumprimento das leis ao ponto de se iniciarem um processo de resistência que resultou em greves, Ligas e sindicatos, que passam a fazer parte do contexto de lutas do trabalhador.

“Naquele tempo não tinha esta história de seguro não”³⁶, “[em caso de acidente] passava três, quatro dias em casa, se o dono do serviço tivesse pena, fosse uma pessoa boa, dava uma ajuda, se não, era pra morrer”³⁷. As declarações do trabalhador remete a desinformação sobre os próprios direitos ao ponto de muitos acreditavam que ter uma carteira de trabalho assinada prejudicaria em uma futura aposentadoria, “preferia trabalhar

³⁶ Relato do senhor Francisco Agostinho Cabral, aposentado, 76 anos, entrevistado no dia 29 de Junho de 2015 em Caturité, PB

³⁷ Severino Nunes, 86 anos, agricultor, aposentado, entrevistado no dia 15 de Janeiro de 2015 na cidade de Caturité, PB

clandestino, minha carteira profissional só paguei 17 meses, durante esses anos todim,[sic] (...) me aposentei porque trabalhava no roçado.”³⁸

Percebe-se nas declarações certa aceitação quanto as dificuldades e as más condições de vida e de trabalho, pois como afirmamos anteriormente, embora existindo legislação sobre trabalho no campo ela praticamente era desconhecida pelos trabalhadores. Segundo discussão de Christine Rufino Dabat³⁹ (2007) no texto “Lutas: ligas, sindicatos, governo Arraes e regime militar”, ela analisa o período em que o governo de Arraes (1963) em Pernambuco fez cumprir alguns direitos trabalhistas para os trabalhadores da cana de açúcar até então burlados como jornada de trabalho, aumento da diária, Funrural e uma sensação de liberdade do poder dos proprietários de terra bem como uma emancipação econômica que possibilitava uma melhor condição de vida a exemplo de poder comprar uma roupa, uma carne, coisas simples, mas que se apresentam ao trabalhador como sinônimo de cidadania. Nesse contexto, segundo a autora, os direitos já existiam mas, só no governo de Arraes eles vêm à tona e se concretizam, não mais do que a obrigação, mas aos trabalhadores é mais que isso, é um presente, uma bondade, praticando um certo endeusamento das ações do governador Miguel Arraes.

Neste cenário de poucos direitos, entre os anos 50 e 60 a cultura algodoeira era praticada em pequenas e grandes propriedades junto com agricultura de subsistência, milho e feijão, o chamado consorcio, que segundo Chico de Oliveira era utilizado para obter um pequeno lucro. Esse sistema produtivo era obsoleto, considerando que os agricultores não tinham condições de comprar equipamentos para modernizar sua produção. Em contrapartida, o Sudeste recebe forte carga de investimentos em industrialização. Assim, essa conjuntura se enquadra naquilo que o revolucionário marxista russo León Trotsky compreendia a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Ele chamou esse processo de Desenvolvimento desigual e combinado, nos quais um

³⁸ Depoimento do senhor Argemiro Sabino Cabral, 80 anos, aposentado, entrevistado em Caturité, em Janeiro de 2015

³⁹ Formada em História pela Universidade de Genebra e doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), é professora adjunta no Departamento de História desta Universidade. Tem experiência de pesquisa na área de História da Agricultura, com ênfase em História do Açúcar principalmente nos seguintes temas: história da sacaricultura; história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco; história fundiária e história das relações homem/natureza. Ainda sobre esse tema discussão de PALMEIRA, Moacir, *Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana* In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. I: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (orgs). São Paulo: UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com o mais atrasado no sentido de fortalecer o capitalismo e ascensão no Brasil. (BIACHI, 2013, p,

Na sua tese sobre os trabalhadores do agave no cariri paraibano, a historiadora Mariângela Vasconcelos afirma que a agricultura de subsistência na região já era praticada pelos índios Cornóios. Legado presente na agricultura heterogênea dos trabalhadores em um passado bem recente, aliando a plantação de milho, feijão, fava, jerimum, melancia, pepino, maxixe, quiabo, à plantação de algodão⁴⁰.

O algodão ‘mocó’ ou arbóreo, aos poucos começa a ganhar importância econômica e espaço nas grandes propriedades e nos roçados, devido facilidade e adaptação da planta na região, não precisando de muita chuva nem empreendimento de muita força de trabalho. Na vila de Caturité, o trabalhador Severino Gervasio da Cruz⁴¹ afirmou que “[...] plantava o milho e o feijão no inverno e lucrava e plantava o algodão mocó e esse algodão ficava quatro, cinco anos sem morrer”.

Para o senhor Antonio Ribeiro⁴², “A planta do algodão era logo [sic], dava uma limpa, três limpa, pra poder lucrar, e chegava bem a terra na lavoura. Plantava logo com as primeiras chuvas e colhia no verão”.

Através da fala dos depoentes é possível entender que a cultura do algodão ensejava menor participação de mão de obra, não necessitante frequência diária do trabalhador na plantação, exceto para plantar, limpar e colher, assim o agricultor poderia trabalhar alugado em outro lugar e nas horas livres dar conta de sua plantação.

Nos anos 60 o algodão cresceu muito na região caririzeira. Destacando-se na região de Caturité o senhor João Agostinho Queiroga,⁴³ que, pioneiro nos negócios com algodão, era homem influente, uma espécie de líder e articulador político local com as prerrogativas de “chefe”, “coronel”, “Dr.” como chamavam alguns trabalhadores. Ele era visto como homem bom, plantava algodão e sisal, gerava empregos e emprestava dinheiro aos agricultores para posteriormente lhe pagarem com a safra, condição potencializada pelo analfabetismo e desinformação dos trabalhadores. Esta lógica de ‘prender’ o trabalhador lhe emprestando dinheiro era o que se chamava ‘comprar na folha’, que tinha duas consequências imediatas e a

⁴⁰ NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o capa verde e a redenção: a cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (1937 – 1966)**, Doutorado em História. Brasília: UNB, 2006, 291p.

⁴¹ Palavras do senhor Severino Gervasio da Cruz, 94 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.

⁴² Palavras do senhor Antonio Ribeiro Galdino Borges, 77 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.

⁴³ Um dos pioneiros da comunidade a implantar a cultura algodoeira. Olhando para os relatos e leituras sobre o período, é possível constatar que ele representava sem tirar nem por, o perfeito Coronel local com influências políticas, econômicas e sociais.

longo prazo: a dependência do trabalhador para com o patrão, e a supremacia do patrão cada vez mais forte, entretanto essa prática era vista como benfeitor.⁴⁴ Abaixo, as palavras do trabalhador dimensionam o tamanho dos roçados de Queiroga quando da colheita do algodão, tal imagem remetia ao reconhecimento e domínio do patrão para com os trabalhadores.

Eu pegava o dinheiro emprestado na mão de Vieira, Vieira era o administrador de tio João[Queiroga] é quem movimentava, tio João mandava no motor, mas quem fazia pagamento e essas coisas era mandado por ele, por Vieira, Vieira era uma pessoa muito boa, Vieira era uma pessoa boa aí eu pedia dinheiro a ele e muita gente pedia antes de [colher o algodão e depois da colheita] pagava tudo, principalmente eu porque tem gente que diz que é direito, mas não é você sabe disso não sabe? Mas eu toda vida fui direito (...). (Severino Gervasio, 2011)

Cacimba de Baixo era uma safra de algodão danada, Serraria ficava verde, alvinho, alvinho, você espia assim no roçado alvejava, encandeava o cabra a meio dia de tanto algodão, aquele algodão bem branquinho, é, mim lembro de tudo!. (Antonio Ribeiro, 2011).

A grande safra que o trabalhador rememora nos faz entender como Queiroga era visto pelos trabalhadores, pois gerava emprego e concedia empréstimos para os trabalhadores para a plantação de algodão, quando na verdade era uma estratégia o pequeno produtor de algodão vinculado a ele, sendo obrigado a vender a matéria prima, assim a imagem do homem bom é na verdade uma forma de lucrar de forma sutil, deixando o trabalhador em maus lençóis, endividado e submetido aos baixos preços impostos pelo comprador. Constatase aqui o conceito de Marx de Subsunção real ao capital, quando o proprietário impõe a subordinação dos trabalhadores ao seu capital, logo se apropriando desses meios, monopolizando e transformando-os sua mão de obra em capital, por meio da extração predominante da mais-valia.(ZEFERINO, 2009).

A memória do agricultor ao lembrar-se dos detalhes, do campo alvo de algodão, nos ajuda a reconstruir um passado coletivo. De acordo com o sociólogo Maurice Halbwachs (2006) o recurso da memória permite perpassar/ ultrapassar fronteiras do individual para o coletivo, facilitando assim a reconstrução de um passado a partir memórias isoladas, mas que fazem parte de um espaço coletivo⁴⁵.

Ainda nesse contexto, a memória se insere como ponto de partida para chegarmos à vida em sociedade, onde estão presentes as experiências individuais⁴⁶. Nessa direção, “toda consciência do passado está fundada na memória, através das lembranças recuperamos

⁴⁴ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p, 44.

⁴⁵ Maurice Halbwachs. A memória coletiva. São Paulo: Centauro,2006

⁴⁶ Ver obra História Oral: memória, tempo, identidades da historiadora Lucila de Almeida Delgado, 2010.

consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”. (LOWENTAL, 1998, p, 75, apud DELGADO, 2010).

Para Walter Benjamin⁴⁷, a memória deve estar acompanhada da experiência dos sujeitos, pois a legitimidade do testemunho do narrador está na densidade da experiência, essa experiência por sua vez se concretiza a partir de suas relações em determinada comunidade em determinado período de tempo. Assim, essa experiência adquirida nos remete ao entendimento de Halbwachs, para ele a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, as ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo a qual os sujeitos estão inseridos.

Nas plantações de algodão de João Queiroga trabalhavam dezenas de famílias, que contribuíam para aumentar a população da comunidade, inclusive, segundo os relatos colhidos, famílias inteiras chegavam àquela comunidade em busca de trabalho e geralmente conseguiam, além de moradia nas propriedades do mesmo.

O trabalho familiar predominava nos algodoais, (...) Mulheres e crianças, além do cuidado com a casa, a horta, os animais e alimentação dos camaradas, iam para a roça e compartilhavam das tarefas no cultivo do algodão. (ALEGRO; GONÇALVES; GASPAR; SANTOS, 2007, p.31 Apud SANTOS, 2008, p. 5):...

Assim, o algodão virou uma cultura “obrigatória” também para os pequenos trabalhadores, pois além de representar o “ganha pão” para uns, representava também a possibilidade de realização de pequenos desejos de consumo para outros. A colheita de algodão acontecia nos últimos meses do ano e os ganhos gerados com a venda da fibra, ou com a apanha do algodão ‘a paga’ serviam para adquirir um vestido, uma chinela, um tecido, uma feira melhor, carnes para mistura, além de bebidas para aproveitar às festas religiosas, de padroeira, natal e ano novo, coisa que antes da cultura do algodão não era possível.

(...) o dinheiro era pouco, mas não faltava e tinha algodão todo dia pra o cabra apanhar, pra limpar, pra plantar, agora não faltava dinheiro. (...) e naquele tempo era todo mundo, a família toda ia, mãe não, mãe ficava em casa (Antonio Ribeiro, 2011).

A fala do nosso depoente mostra um pouco da luta diária para se alcançar a sobrevivência, por isso era necessário a presença massiva da família no dia a dia no roçado. As mulheres donas do lar, embora nem sempre estivessem presentes no campo,

(...) sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam

⁴⁷ Pensamento presente nos textos “o narrador” e “experiência e pobreza” do livro: Magia e técnica, arte e política de Walter Benjamin, 1994.

ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres que é invisível (PERROT, 2007, p. 109).

Ainda é necessário considerar a dificuldade enfrentada pela mulher enquanto dona de casa, pois na maioria dos dias tinha que acordar de madrugada, fazer o fogo de lenha ou carvão, preparar o café da família e muitas das vezes já preparar o almoço para o marido e filhos almoçarem no roçado.

Eram verdadeiros homens e mulheres de fibra que diariamente estavam labutando em busca de colocar a comida na mesa da família e em busca de dias melhores, se submetendo a grandes esforços, caminhando longas distâncias com fardos pesados que, por ser grande quantidade, nem sempre o burro de carga conseguia dar conta em uma única viagem, essa condição aumentara ainda mais a fadiga do trabalho após uma jornada de trabalho exaustiva na colheita por produção que requeria ainda mais energia do trabalhador. Quando não se tinha uma casa do produtor nas proximidades para dar apoio, o retorno pra desgastava ainda mais, mas era preciso travar essa luta todos os dias em busca da sobrevivência.

Esse algodão sabe onde eu apanhava? Nas Campinas, perto de Zeca Amaro, olhe de tarde pra trazer esse algodão, João Preto tinha três jumentos para carregar algodão das Campinas, mas eles não venciam o algodão não, era muita gente apanhando sabe? Era dois roçados de João Queiroga, cinquenta quadros cada um, a pessoa trazia o resto na cabeça, levei muito algodão na cabeça! Chegava aqui mortinho, era uns vinte quilos, a estrada era longe (Severino Gervasio, 2011).

A utilização da força animal para deslocar a produção foi característica histórica da economia brasileira, a esse respeito Celso Furtado (1999) já tratou muito bem na sua obra *formação econômica do Brasil*. Segundo o economista, desde o Brasil colonial a utilização de tração animal como burros, jumentos, bois eram tão importante como a carne e a lenha, assim como as mulas foram importante para o transporte de carne de charque do Rio Grande do Sul para toda região sul ganhando destaque no mercado alimentício interno. A utilização dos animais também é bastante conhecida na produção do açúcar e café.

De igual modo, o uso de animais de carga para deslocar a produção era atividade comum, realizada por trabalhadores, mas principalmente por tropeiros que antes dos caminhões, davam conta desta tarefa de desaguar o algodão do interior para Campina Grande. (ARANHA, 1991).

O cotidiano dos trabalhadores se dava da seguinte forma, para plantar e limpar era pago por dia em uma jornada de trabalho que se desenrolava das sete da manhã às onze horas com a parada para o almoço. Das doze até às quatro horas da tarde. Na colheita o pagamento

era por produção, isto é por peso, logo a jornada era mais longa, chegando a doze horas de trabalho ininterrupto, com exceção rápida para a ‘bóia’, comida que, quando não era servida pelo patrão, era preparada ainda de madrugada em casa e levada para o local de trabalho, visando não perder tempo de vir em casa, e atrasar a produção na colheita, afinal tempo era dinheiro!

A colheita era até de noite, pegava cinco horas da manhã e ia até às cinco horas da tarde, pegava direto, quanto mais apanhasse, mais era melhor, dava mais produção, apanhava quarenta, cinquenta quilos de algodão, apanhava com as duas mãos e colocava no seio⁴⁸ no instantezinho fazia um paiol de algodão danado(Argemiro Sabino Cabral, 2011)⁴⁹

O algodão era apanhado por quilo, desesseis quilos representava uma arroba, e segundo conversas informais com os próprios depoentes, um arroba de algodão coletada valia cerca de cinco mil réis, logo se compararmos grosseiramente com a informação que o senhor Argemiro, “dez mil réis dava uma feira”, por baixo uma diária da colheita dava a feira da semana, isso significa, a grosso modo, que sobrava dinheiro, ou seja, a atividade na colheita gerava uma sobre renda ao trabalhador. Essa sobra era justamente o ‘Rasga letra’ que servia para comprar um animal para criar ou para comer junto com a família nas festas e servia também para pagar, ou ainda, conforme Meneses (2009) o algodão representava o “rasga letra”, uma vez que os produtores liquidavam os empréstimos que haviam contraído para custear a safra e outras dívidas.

O relato do agricultor Antonio Manoel da Silva⁵⁰ confirma e esclarece as relações existentes por trás do “rasga letra”.

Os patrões, os comprador de algodão fornecia o dinheiro né, pra gente limpar o roçado, aí quando agente apanhava o algodão aí pagava, neste tempo aqui os comprador era Vieira, Manoel Verissimo e Anísio Calixto. Aquele dinheiro quando você fosse vender o algodão já não via ele, mas sobrava muito dinheiro, sobrava muito.

O algodão nas palavras dos depoentes era um investimento certo, não precisava ter medo, pois o lucro era certo “Eu pegava o dinheiro emprestado na mão de Vieira, Vieira era o administrador de Tio João, (...) aí pedia dinheiro a ele, e muita gente pedia antes, e depois [da colheita] pagava tudo” (Severino Gervasio, 2011).

⁴⁸ Seio era um instrumento confeccionado pelo próprio agricultor para facilitar sua colheita de algodão. Era simples, geralmente um pedaço de corda amarrada em dois pontos de um saco, uma espécie de sacola grande colocada transpassada em pescoço e braço, deixando as mãos do trabalhador livre para colher a fibra e coloca-la no seio.

⁴⁹ Palavras do senhor Argemiro Sabino Cabral, 80 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.

⁵⁰ Aposentado, entrevista realizada em janeiro de 2015 em Caturité, PB.

Podia plantar que tinha o dinheiro na certa, só tava certo de outubro para novembro, podia comprar fiado, mas a safra tinha, podia comprar o que quisesse aí quando chegava ao fim do ano [dizia] esse aqui é pra comprar roupa das festas” (Argemiro Sabino, 2011).

A relação entre trabalhador e patrão podia parecer boa, solidária, mas na verdade é eivada de interesses onde cada parte queria se beneficiar, mas queria ter prejuízo, no caso do trabalhador que alugava sua mão de obra, comumente necessitava da integração de toda família na lida. Acerca deste quadro é relevante a leitura da musica ‘Algodão’.

No auge da cultura algodoeira no Nordeste, especificamente no ano de 1953, o Rei do Baião Luiz Gonzaga e Zé Dantas⁵¹ compuseram a musica "*Algodão*"⁵².

Bate a enxada no chão
Limpa o pé de algodão
Pois pra vencer a batalha,
É preciso ser forte, robusto,
valente ou nascer no Sertão.

Tem que suar muito pra ganhar o pão
E a coisa lá "né" brinquedo não

Mas quando chega o tempo rico da colheita
Trabalhador vendo a fortuna se deleita

Chama a família e sai, pelo roçado vai
Cantando alegre ai, ai, ai, ai, ai, ai

Sertanejo do norte
Vamos plantar algodão
Ouro branco que faz nosso povo feliz
Que tanto enriquece o país
Um produto do nosso sertão.

A música relata a labuta árdua do trabalhador do algodão, e em seguida relata a fartura do algodão na época da colheita e finaliza aconselhando a plantar o ouro branco que é capaz de fazer o povo feliz e enriquecer o país. Apesar da música de Gonzaga representar um pouco da luta diária do trabalhador do campo, não podemos passar despercebidos para o fato de que esta música foi encomendada e, em sendo assim, é preciso lê-la para além da imagem de Gonzaga cantar o Nordeste, é preciso ter ciência que tem-se por trás desta ideia musical a

⁵¹ José de Sousa Dantas Filho, natural de Carnaíba de Flores, PE, foi médico, e era mais conhecido como Zé Dantas, foi compositor, poeta, folclorista brasileiro e parceiro de Luiz Gonzaga em vários sucessos. Informações disponível na pagina virtual <http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/ver/ze-dantas>.

⁵² Composição encomendada pelo então Ministro da Agricultura no governo Getulio Vargas, o pernambucano João Cleofas, A musica esteve presente no disco intitulado de “Luis Gonzaga canta seus sucessos com Zé Dantas”, lançado em 1959 pela gravadora *RCA Victor*.

tentativa de criar uma identidade do trabalhador do campo onde o trabalho por pesado que fosse era inferior ao lucro financeiro, essa ideia contida nas entrelinhas da música nos faz deparar com um interesse do governo em homogeneizar os trabalhadores, omitir suas singularidades regionais e de luta.

Ao utilizar os termos "ouro branco", "Sertão", "alegre", Gonzaga tenta maquiar uma realidade de lutas onde nem sempre o algodão era ouro ou riqueza, nem sempre era sinônimo de riqueza, e nem de longe o algodão se concentrava apenas no Sertão. Nesse sentido há de reconhecer que a música de Gonzaga idealiza um pouco da labuta na cotonicultura, mas com os devidos descontos quanto à sua produção, a música enquanto produto musical tinha o objetivo claro de construir uma imagem positiva do trabalho algodoeiro em parceria com o estado, enaltecendo o algodão enquanto produto importante para economia do país.

No contexto local, João Queiroga, além de ser um dos maiores produtores da região, também comprava o algodão de quase todos os pequenos produtores e vendia diretamente a indústria Cesar Ribeiro que era uma das maiores beneficiadoras de algodão da região polarizada por Campina Grande⁵³.

Anos depois João Queiroga adquiriu um motor para descaroçar o algodão, desta feita os trabalhadores e produtores traziam o algodão para o velho 'raposão', como era chamado o motor descaroçador, certamente pelo seu tamanho e barulho quando do seu funcionamento, logo, o algodão era descaroçado e colocado em fardos e levado pra Campina Grande em melhores condições de venda e lucros, sendo que a semente/caroço descaroçado servia de alimentação animal, ou seja, Queiroga lucrava com o algodão e com o caroço.

Ainda no roçado, antes de chegar até o motor 'bolandeira' que ficava localizado no distrito, o algodão era armazenado em sacos grandes e transportado em lombos de animais e na cabeça dos trabalhadores. Chegando ao motor, como era chamado o local do beneficiamento, duas balanças aguardavam os trabalhadores do lado de fora, após a pesagem, a colheita de cada trabalhador era anotada pelo administrador, que se chamava Vieira que era filho único de João Queiroga. "(...) quando era no domingo de manhã o povo ia receber o dinheiro (...) ali era a loja, era cheio na hora de receber de manhã, o pagamento era no domingo bem cedinho, tinha um feirão visse, feirão!" (Antonio Ribeiro, 2011). Depois deste processo, o algodão passava pelo processo de descaroçamento e em seguida era prensado,

⁵³ Informação disponível no (anexo-2) da dissertação de mestrado de SILVA, Josefa Gomes de Almeida., Latifúndio e algodão em Campina Grande: modernização e miséria. UFPE, 1985.

colocado em sacos e transportado para Campina Grande em caminhões locados, vez que, na década de 60 os caminhões chamados de Misto tinham bom espaço para transportar cargas de passageiros para as feiras.

A presença da feira semanal representava a circulação de dinheiro com a compra, venda e a troca de mercadorias, entre estes destacavam a venda fumo, tecido (fazendas), além de bancas de alimentação e produtos de primeira necessidade como cereais e frutas.

Conforme depoimentos colhidos, fica evidente a força da economia local a partir da pujança da cultura algodoeira, pois no domingo os trabalhadores recebiam seus salários e após fazerem as compras da semana, buscavam bancos de feira, bodegas e outros lugares de ‘diversão’, entretenimento possível com a renda extra da colheita e venda do algodão.

Apresentar o algodão como fator preponderante para economia local e familiar não significa que esse sentido se aplicasse a todos, uma vez que o “lucro” era apenas o clímax de um processo árduo marcado por muito suor e trabalho. Constatamos aqui o processo seletivo da memória que é resultado de uma organização do que seja considerado importante relatar no determinado momento da entrevista. (ALBERTI, 2005, p, 167).

1.3 Trabalho árduo em busca de melhores condições vida

A vida no algodão nunca foi tarefa fácil, as marcas do trabalho transparecem nas memórias dos sujeitos, no entanto como propomos no início deste texto, a nossa análise mostrou que para além das adversidades e dificuldades, o algodão proporcionou uma significativa melhora econômica que até então nenhuma cultura havia possibilitado; não nos referimos a números ou valores, mas sim a condição de sobrevivência que os próprios trabalhadores afirmam, pois podia faltar tudo, menos trabalho e um pouco de dinheiro no bolso.

Em meio a um período de estiagem que se arrastou por muitos anos, ter trabalho, significava ter dinheiro, que logo significava ter condições de sustentar a família e a possibilidade de obter um extra no bolso, assim muitos relutavam em permanecer na terra do que se aventurar em terras desconhecidas do sul do país, mesmo que esse caminho fosse o futuro de muitos deles.

O conjunto de falas e análises aqui reproduzidas enriquecem a história e a historiografia regional, possibilitando que o passado possa ser visto de um ângulo diferente,

capaz de mostrar a riqueza de detalhes que existem nas experiências dos trabalhadores, seja dor, alegria ou felicidade, mas que guarda o brilho de um período marcado por muito trabalho, suor e lágrimas de homens e mulheres que em suas memórias, carregam um passado presenciado, silenciado e omitido, que a historiografia tenta aos poucos reconstruir.

1.4 Casa, quintal, roçado e o ouro escondido: praticas de trabalho e a emancipação da mulher

Nos detalhes mais simples a até irrelevantes, uma das colaboradoras da nossa pesquisa, a Sra, Zélia de Arruda Santiago, chamou a nossa atenção quando afirmou que na época algodoeira as mulheres escondiam algodão no interior da casa sem o conhecimento dos maridos e na ausência destes vendiam para adquirir bens de consumo.

A depoente e seu esposo mantinham entre os anos 60 e 70, uma pequena bodega na pequena comunidade de Malhadinha/Pitombeira, zona rural, pertencente aos distritos de Caturité e Barra de Santana⁵⁴, que colocava à venda itens necessários ao dia a dia da pequena comunidade tais como arroz, feijão, fubá, açúcar, sal, milho, sabão, óleo, rapadura, ovo, gás, vela, fosforo, bolacha, entre outros.

Por sua vez seu esposo também plantava algodão e na mesma mercearia, unindo o útil ao agradável também comprava o algodão produzido pela vizinhança em pequenas quantidades, que quando juntado à sua própria produção era levado em caminhões e vendido nos armazéns de Cezar Ribeiro em Campina Grande.

Ela conta que normalmente o esposo saía para trabalhar ou resolver algumas questões e ela ficava tomando conta do lar e ao mesmo tempo da bodega, atendendo a um ou outro que por ventura necessitasse de algum produto.

Diariamente mulheres e crianças que lhe chamavam a porta da pequena e simples mercearia para lhe vender um pouco de algodão, e ela já tendo toda experiência adquirida com a observação e atividades realizadas pelo seu companheiro, sabia realizar todo procedimento de pesagem, estocagem da fibra e em seguida o pagamento pela quantidade de quilos comprada.

Cansei de pesar três, quatro, cinco quilos de algodão das mulheres que escondiam o algodão detrás do guarda roupa e quando os maridos saiam para

⁵⁴ Malhadinha/Pitombeira, localizada na parte norte dos distritos de Caturité/Barra de Santana que faziam parte da cidade de Boqueirão.

feira elas iam me vender para comprar as coisas pra casa, e os menino trocavam por meia banda de rapadura.⁵⁵

Chama a atenção nesta revelação, o fato da mesma afirmar que muitas das mulheres que vinham lhe vender o algodão, escondiam o mesmo por trás dos guarda roupas e quando os respectivos maridos saiam para trabalhar ou realizar uma viagem mais longa, neste caso a ida a feira em Campina Grande, era o tempo suficiente para as mulheres recolherem o algodão em seus esconderijos, ensacarem e a passos rápidos chegar à sua mercearia e lhe oferecer três ou quatro quilos de algodão, que após ser pesado era imediatamente pago ou trocado por produtos de primeira necessidade necessários à manutenção do lar.

No caso das crianças, o procedimento era muito parecido, pois um, ou dois quilos de algodão colhido dos roçados, era o suficiente para correr a bodega e trocar por uma banda de rapadura, que fazia a alegria daquelas crianças por uma boa parte do dia, sem contar a sede e a tão logo barriga cheia de água que logo saciava a fome daqueles.

Mesmo essas mulheres tendo sua parcela de contribuição para proporcionar uma boa produção de algodão e outros cereais, elas não tinham a mesma participação quando o assunto era lucros, pois o homem da casa geralmente era o administrador e cabia à mulher cuidar daquilo que lhe era confiado, geralmente a casa e a prole, não significando todavia que a mulher seria totalmente passiva para com a submissão.

Sobre a emancipação das mulheres e a sua arte de construir saídas da submissão, subvertendo ordens ou costumes, Michele Perrot afirma que,

(...) as mulheres do século XIX – e provavelmente em todos os tempos – não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contra poderes que podiam subverter os papéis aparentes. (PERROT, 2007, p.273)

Nessa direção, conforme entendimento de Michelle Perrot, as mulheres realizavam as tarefas e serviços que lhe eram confiadas, e como não tinham participação na divisão dos lucros buscavam saídas para suprir suas necessidades, elaborando burlas que demonstravam sua capacidade ativa de pensar e agir quando a sociedade só enxergava as mesmas como passivas.

⁵⁵ Zélia de Arruda Santiago, aposentada, viúva. Depoimento coletado em 11 de janeiro de 2015, em Caturité, Paraíba.

Evitar pedir dinheiro com frequência aos seus companheiros para suprir a necessidade da casa, necessitava enganar o marido por uma boa causa, a qual seria a compra de alimentos e também bens para si própria ou para os filhos, como uma roupa, um perfume, uma toalha, uma panela, um quadro, um cobertor, um espelho, enfim, era uma forma de amenizar a submissão diária ao companheiro em busca de dinheiro, ao tempo que tinha o básico em casa evitando assim uma possível negação de não ter dinheiro acompanhada de humilhação por parte do marido.

Logo, diferentemente de qualquer época ou produto, a fibra algodoeira proporcionava às famílias o mínimo de bem estar, ou pelo menos alcançar aquilo que em outras épocas era impossível, mesmo que para isso fosse preciso utilizar de burlas que se davam na vida privada para reverter dentro do possível essa relação de imposição e de dominação⁵⁶.

A atitude destas mulheres trazida à baila pela nossa depoente destaca a sabedoria da mulher no seu lado virtuoso, pois o “esconder” do algodão e na ausência do marido vende-lo era antes de tudo uma busca por manter a casa em ordem nas mínimas condições possíveis sem que necessariamente o marido soubesse que era fruto do algodão.

Apesar de terem liberdades limitadas, esta condição não as impedia que trabalhassem alugado. Muitas trabalhavam de igual pra igual com os homens, no mesmo ambiente, no mesmo serviço e na mesma jornada de trabalho, entretanto nem sempre a remuneração era justa e igualitária entre homens e mulheres. Segundo dona Maria Beatriz Nascimento⁵⁷, conhecida como Beata “Trabalhava como uma macho, pode perguntar a Zé Francisco, que na hora da pesagem de algodão minha produção sempre era uma maiores, as vezes era maior que a todos os homens, mas na hora de receber, nunca recebia mais que os homens”.

Para não depender apenas do marido e se sentir útil e independente do comapnaheiro ao menos em algumas coisas, muitas mulheres trabalhavam fora de casa, mas mantinha atividades extensivas a casa, ao quintal e ao roçado, ou seja, por faltar tempo do marido para cuidar do roçado, muitas vezes essa tarefa recaía sobre a mulher, que além de zelar e trazer mantimentos básicos para o lar, como feijão e milho, que em casa tinha grande serventia.

⁵⁶ Ver página 22 da dissertação de LIMA, Junia de Souza. De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão de obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872 –1930), Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG: CEFET-MG, , 2009

⁵⁷ Aposentada, 78 anos, reside em Caturité. Entrevista concedida em junho de 2015.

Como já vimos anteriormente, na casa a mulher tem um papel reconhecidamente insuperável, haja vista as sua multiplicidade de funções. Todavia, para além da casa e do roçado, o quintal também se apresentava como importantíssimo no processo de sobrevivência e saídas para a estiagem que por até a década de 70 assolou o Nordeste brasileiro, obrigando milhares de pais de família a migrarem para o Sudeste do país, muitos destes desgostosos por enterrarem filhos indefesos, mortos pela fome e pela falta de orientação e atendimento médico.

As mulheres utilizavam o quintal para criar galinhas, bodes, cabras, vacas, porcos, que além de alimentar, fornecia o leite, o ovo que possibilitava a produção de outros derivados como queijo, a manteiga da terra, a banha, a produção de artefatos de couro entre outros, além disso, também se plantava vegetais e uma horta que enriquecia, mesmo com a escassez, a alimentação da família. As mulheres também plantavam e cuidavam das plantas medicinais que curavam muitas doenças e mazelas. Assim, a mulher encontra soluções ao seu redor, de modo que consegue realizar ações na sua casa que independem do consentimento e das finanças do marido.

1.5 Trabalho duro, porém necessário

Embora o algodão tenha sido massivamente presente no Nordeste, a necessidade de outras culturas era latente, uma vez que a crise do algodoeira se acentuava e, aliado a isso, o aumento de desemprego e as condições de vida ainda pioravam com as estiagens. Mesmo com as frentes de emergência, o quadro não tinha mudanças sensíveis e assim o governo Nacional e o estadual implantam no Nordeste a cultura do agave como uma forma de garantir o mínimo de mão de obra empregada, visto que os números de migrações eram cada vez maiores e o algodão só declinava.

No Nordeste foram implantadas políticas nacionais como a construção de estradas e barragens implementadas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS⁵⁸, bem como as frentes de emergência, essa lógica tenta atuar em duas vias, criando soluções hídricas para amenizar as consequências das estiagens, assim como criando novos espaços de trabalho visando estancar a massiva migração de mão de obra para o Sudeste, entretanto, em

⁵⁸ Criado em 1909, com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), mudou para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS em 1919. Em 1945 finalmente é transformado em Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, tornando-se a principal agência federal no Nordeste até a criação da Sudene em 1959.

muitos casos, as atividades que envolviam os trabalhadores eram ligadas a interesses e propriedade dos elite nordestina.

Na região do Cariri, destacamos as obras de criação do Açude Epitácio Pessoa na cidade Boqueirão em 1950 a 1956, tendo sido inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek em janeiro de 1957, empregando centenas de trabalhadores em frentes de trabalho que viravam as madrugadas. A sua inauguração consolidava uma política de serviços hídricos do Governo Federal para a região Nordeste, com a construção de grandes açudes, estradas e redes elétricas, obras estas que eram apresentadas como a solução definitiva para a deficiência hídrica da região e que pelo tamanho impressionava a população. Por isso mesmo, eram as obras preferidas pelos políticos de todos os níveis, pois os recursos capturados pelas elites locais eram destinados para a construção de açudes nas fazendas de grandes proprietários. Assim, a expressão “indústria da seca” ganhava vida.

A utilização dos meios institucionais a seu favor, era prática comum e bastante enfatizada na obra *Coronelismo, Enxada e voto*. Onde o autor afirma que os municípios do interior, geralmente rurais, têm uma vitalidade “inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas” constituindo assim um habitat dos coronéis. (LEAL, 1997, p, 275). Há ainda que considerar que havia certo acordo do governo e das classes dominantes, uma vez que, para proteger a indústria, o governo não tomava providências eficazes no mercado interno, desta forma, o agrarismo retrógrado permanecia vivo e intocável no Nordeste, ao tempo que essa política ajudava setor industrial do Sudeste.

Na região do cariri oriental, muita gente passou a viver da pesca e da irrigação de tomate às margens da barragem de Boqueirão, entretanto, nas áreas não atingidas diretamente pelo açude tiveram que se adaptar a outras culturas, em especial a do agave.

Logo, a inserção do agave na Paraíba torna-se popular após a crise algodoeira. Por sua vez o governo percebe que tal condição necessitava de uma saída, que ao ver dos órgãos técnicos deveria ser uma diversificação do plantio, substituindo o algodão, em queda, por outras culturas com perspectivas futuras. Surge assim o Sisal,⁵⁹ mais conhecido como o agave que começa a ser disseminado no estado da Paraíba através de campanhas do Governo do

⁵⁹ O sisal (gênero *Agave* spp. L., família *Agavaceae*), da espécie *Agave Sisalana*, é uma planta originária do México. Costumeiramente cultivada em regiões semi-áridas por ser resistente á aridez e ao sol intenso. No Brasil, os principais produtores são os estados da Paraíba e da Bahia. Do agave, utiliza-se principalmente a fibra das folhas que, após o beneficiamento, é destinada majoritariamente à indústria de cordoaria (cordas, cordéis, tapetes etc), sendo considerada a fibra vegetal mais dura que existe. Informações disponíveis no site <http://www.cosibra.com.br/> da Companhia Sisal do Brasil – COSIBRA, localizada na cidade Santa Rita - PB

estado, através de programas de rádio, apoio de técnicos agrícolas e obrigação de instauração de campo de testagem do agave em todos os municípios do Estado. A partir dos anos finais 1940 e 1950 em diante, o agave começa a cair na graça dos agricultores a partir da ideia que o futuro era a investir no agave e construir uma nova riqueza para a Paraíba com o apoio do governo e dos bancos, gerando expectativas favoráveis também por conta da desorganização dos países da Ásia, abastecedores de fibra na segunda guerra mundial. (NUNES, 2006)

Nesse sentido, ao longo das décadas de 50, 60, 70 o agave vai sendo cultivado junto com o algodão, no entanto o trabalho como o agave é mais espinhoso do que o algodão, pois envolve mão de obra mais pesada devido ao processo de planta, colheita das folhas, desfibramento manual e/ou mecânico e, por fim, a secagem antes de deixar a matéria prima pronta para a utilização nas indústrias.

O trabalho envolvia vários homens divididos em várias funções, como bem apresentou Mariangela Nunes (2010) em seu trabalho “*Entre o Capa Verde e a Redenção: A cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (1937-1966, Paraíba)*”, já referenciado anteriormente na introdução deste trabalho.

Segundo Nunes (2010), existia o *cortador* que era responsável por cortar as folhas e os espinhos da planta durante todo dia, o *cambitero* que juntava as folhas em feixes e realizava o transporte no lombo dos jumentos ou na cabeça para próximo do motor, o *puxador* era outra função árdua, onde os trabalhadores eram responsáveis pelo desfibramento das folhas, colocando e tirando folhas na boca da máquina em movimentos quase que automático dado a velocidade do processo onde qualquer desatenção podia custar dedos ou mãos, a exemplo de um caso que analisaremos no capítulo seguinte.

No grupo de trabalho ainda tinha os *bagaceiros* que trabalhavam próximo ao motor realizando diversas tarefas de apoio, recolhendo bagaços, abastecendo o motor com água. Era o serviço mais perverso ao corpo, pois no bagaço tinham componentes tóxicos que corroíam a pele e causavam coceiras e sangramento nos pés e mãos.

Na região de Caturité, a substituição da cultura algodoeira pelo agave também foi perceptível, uma vez que no mesmo local onde antes se realizava o beneficiamento da fibra algodoeira, nos anos 60 e 70, passou a dividir espaço com as máquinas desfibriladores de agave, onde homens passavam boa parte do dia em condições insalubres e correndo sérios riscos de acidentes nas máquinas.

Conforme a fala do trabalhador Severino Nunes, o trabalho era tão pesado que os trabalhadores tinham como prática comum e conhecida por todos, ingerir bebida alcoólica durante as atividades, tornando o trabalho ainda mais perigoso. “Trabalhando no agave

mesmo, quase toda viagem que agente ia, levava uma garrafa de cana, lá era quatro cambitero e quatro cortador, aquela garrafa de cana só dava pra cada um, um gole”.

A fala do trabalhador reflete quão dura era as atribuições no agave durante a jornada de trabalho diária, onde quase tudo era improvisado, desde as ferramentas que eram próprias dos trabalhadores até os equipamentos contra acidentes, inalação dos resíduos do agave e proteção dos olhos contra furadas das folhas pontiagudas do agave.

Neste sentido o agricultor Francisco Agostinho Cabral,⁶⁰ nos relatou um pouco da sua jornada e condições de trabalho na lida com o agave, bem como sobre o perigo de se machucar com o espinho presente na ponta da folha do agave.

Oxente! levei furada que só não peidava porque não tava com vontade. Tinha que ter cuidado quando fosse baixar a cabeça pra não levar uma furada. Eu trabalhava do mesmo jeitinho que tô [sic] aqui, era uma foice pra cortar, uma foice grande pra abrir o mato, era o dia todinho, era um cortando e outro ajuntando.

Acostumado a trabalhar com as mínimas condições necessárias para sua proteção o agricultor lembra que no trabalho diário as furadas dolorosas dos espinhos eram algo normal, pois acidente mesmo era quando perdia um dedo, mão ou furava um olho, do contrário eles nem consideravam acidente. Assim, entendemos que o agricultor muitas das vezes se submetia as condições de trabalho descritas, por necessidade de sobrevivência, nem que para tal estivesse o tempo todo arriscando sua integridade física. Até porque, se acontecesse um acidente quem ficava na pior era sempre o trabalhador, conforme afirma o agricultor: “o caba tinha que ter cuidado se não ficava ruim pra ele”, se referindo ao perigo de acidentar e ficar em casa sem receber e sem condições de trabalhar.

As mãos era a parte do corpo que mais sofriam com o trabalho, inclusive na boca da maquina devido ao contato direto e constante com as fibras, logo, gerando cortes, inflamações e feridas que a necessidade de trabalhar para sobreviver os fazia enganar a dor do corpo e continuar trabalhando.

O finado Antonio Agostinho ia pro roçado andando assim [mancando], limpou mato até velhim [sic], não tinha aposentadoria não, ai quando num pôde mais limpar mato, ficou puxando agave em maquina de mão, puxava e vendia e fazia aquela feira (...) ⁶¹

⁶⁰ Aposentado, 76 anos, entrevistado no dia 29 de Junho de 2015 em sua residência na cidade de caturrite, PB.

⁶¹ Severino Nunes.

O trabalho árduo era uma necessidade de sobrevivência tendo em vista as dificuldades previdenciárias, onde mesmo em idade avançada os homens tinham que se manter na ativa. A máquina manual representava um trabalho ainda mais pesado tendo em vista que todo procedimento utilizava a força manual para puxar as fibras da folha verde até deixá-la no ponto ideal de vendê-la, tornando para o comprador além de uma facilidade, a redução de responsabilidades, pois havia o que podemos chamar de terceirização do trabalho e o patrão não pensava duas vezes quando tinha que escolher entre comprar a fibra pronta ou pagar a diária para deixá-la no ponto ideal, evitando assim maiores gastos com produção, máquinas, combustível e possíveis custas com acidentes de trabalho.

O trabalho manual, além de evitar gastos e problemas para os patrões, possibilitava que crianças também produzissem a fibra em casa sem vínculos com os patrões ou compradores da fibra. Muitos pais produziam máquinas artesanais para os filhos adaptando à sua idade, tamanho e força física e estes trabalhavam nas horas vagas em casa ou no campo e ajudavam a família nas despesas do lar, assim como podiam ter algum “trocado” no bolso e o orgulho dos calos, cortes e dores que engrossavam as mãos e enchiam os bolsos dos patrões de dinheiro.

O risco na lida com o agave estava para além do trabalho no campo ou na máquina, o transporte das folhas de agave também representava perigo. Era comum que as folhas do agave fossem transportadas do “roçado” para outro local de desfibramento na máquina em burros, no entanto nem sempre os animais de carga davam conta do transporte da matéria prima, aí entrava os caminhões que ajudavam a realizar o deslocamento.

Foi em um desses deslocamentos em caminhões que um acidente marcou a memória da vila de Caturité nos anos 60, onde um caminhão carregado de agave virou ao tentar subir uma ladeira muito íngreme. Antes de concluir a subida o caminhão teve um problema mecânico e faltou freio. Em instantes o caminhão virou com a carga e o pior aconteceu, um trabalhador que vinha em cima da carga acabou sendo vitimado sem chances de defesa.

Esse caminhão era de Crezo, (...) o agave de longe era puxado de caminhão pra cá, tinha uns cara só pra cortar e tinha uns só pra amarrar, fazer os feixes. Esse carro vinha lotado de feixe de agave e em cima vinha um cara, esse carro faltou freio lá em cima e desceu aí já foi entrando pra dentro dos matos virando, aí o cara morreu debaixo da carga, me lembro como fosse hoje.⁶²

⁶²Além da lembrança na memória coletiva, esse acidente também pode ser rememorado através da cultura religiosa de origem católica, pois ainda é comum principalmente no Nordeste se colocar cruz no local do acidente e morte de um ente querido. Aquela pequena cruz por vezes fica abandonada no meio do mato, muitas vezes em madeira simples ou pintada, sustentadas por um amontoado de pedras, ou são presas a um bloco de concreto, outras vezes ficam dentro de um oratório de cimento ou taipa, mas sinaliza o perigo ou lugar da morte, é uma eternização da perda.

A memória de Antonio Manoel da Silva nos remete a pensar nas condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores do algodão, do agave e de outras atividades braçais. Além das longas jornadas de trabalho, eles estavam expostos a todo tipo de perigos, vale ressaltar que além de carregar manualmente cargas de agave e algodão, tinham de descarregar. Neste entremeio faziam a viagem em cima do caminhão, ali até podiam pensar em descansar, ou relaxar a coluna, mas o risco iminente os rodeava constantemente deixando muitas das vezes o trabalhador sem a mínima condição de defesa, como o fato acontecido com a carga de agave onde a vítima foi o trabalhador que não teve tempo pra sequer pensar em se defender; o fecho do acidente culminou com o trágico óbito do trabalhador.

1.6 Rapadura, cachaça e lazer

Envolvidos em toda essa rotina de trabalho já apresentada e discutida extensamente neste trabalho, estes trabalhadores também buscavam formas de fugir da realidade, da pressão, das cobranças do patrão e dele próprio para produzir e gerar um extra. Nesse sentido, as atividades pesadas eram consorciadas a atividades de lazer no próprio local de trabalho, mas também fora dele. Estas práticas eram bebedeiras, jogos e lanches coletivos.

É comum ouvi-los falar sobre o trabalho árduo que se estendia desde os primeiros raios solares até o pôr do sol, bem como sobre a riqueza gerada pelo algodão principalmente para os produtores/empregadores, no entanto nesse entremeio existem as práticas dos trabalhadores que serviam para desopilar a mente e o corpo durante a jornada de trabalho e na folga dos finais de semana.

Uma destas práticas comuns aos trabalhadores se dava quando estes levavam bebida alcoólica para o roçado. Em uma destas conversas indaguei sobre a forma como se dava o uso da cachaça durante o trabalho e se tal hábito era praticado às escondidas. De pronto eles negaram, mas outro trabalhador logo falou mais abertamente sobre o consumo de bebida alcoólica durante o trabalho, “O cara tava trabalhando e deixava lá no tronco do pé de pau pra não esquentar, quando tirava aquela carreira descia de pressa, tomava uma, chegava em baixo pegava de novo.”⁶³. Certamente após tomar “uma bicada” o trabalhador voltava ao trabalho com mais vigor, na ânsia de trabalhar mais um pouco e tempo depois beber novamente.

⁶³ Severino Nunes, 86 anos, agricultor, aposentado, entrevistado no dia 15 de Janeiro de 2015 na cidade de Caturité, PB

Sobre experiência semelhante, o senhor Marcos Antonio⁶⁴ relata que, quando criança, diariamente levava bebida para o pai e seus trabalhadores “Antonio de Nardo, oche... eu cansei de levar cana pra pai e ele em Serraria”.

Analisando a fundo as declarações dos agricultores, percebemos que a prática realmente não era escondida, pelo contrário, era algo comum e aceito pelo encarregado do adjunto ou eito, bem como era de conhecimento do produtor e empregador. Desta forma, para além de uma prática e um vício, o “beber” no roçado tinha um significado de repor energias, tendo em vista que nenhum deles findava o dia embriagado, pois segundo eles era muito trabalho, transpiravam muito, vinham almoçar em casa e voltavam para trabalhar a tarde. O costume, não era especificidade da região do cariri não, pelo contrário, esta prática já era comum entre os trabalhadores do eito, na zona canavial, quando chegavam com a cana cortada na moenda, passavam direto no alambique e no pouco tempo ali, ‘reabastecia’ suas energia tomando duas três canecas de cachaça.

O “beber” era tão normal que o agricultor Severino Nunes, se referindo a um companheiro de trabalho já falecido, afirmou: “Tino mesmo, trabalhava a Zé Hermínio, só andava com um litro de cana dentro do bisaco”.

Pois bem, no ‘bisaco’, que geralmente acompanhava o trabalhador em todos os locais de trabalho, durante a jornada diária ficava em um local sob uma sombra bem escolhida. Neste, água fria dentro de uma cabaça não podia faltar, por vezes a água era acompanhado por rapadura, doce que dava sede e entre um pequeno período de descanso o trabalhador abria o bisaco e fazia uso da rapadura, água ou da cachaça, isso mesmo cachaça!

Por ser uma bebida popular que vem há séculos acompanhando a história e a cultura do povo brasileiro, a cachaça além de popular é financeiramente acessível e sempre estava presente no dia a dia do trabalhador, seja no campo, no bar ou em casa⁶⁵. Historicamente, segundo CASCUDO (1968), a cachaça passou a ser citada, por padres, viajantes, políticos, escritores virou e sinônimo de "mau que tudo cura", e ficou cada vez mais popular, no entanto

⁶⁴ Marcos AntonioValdivino Queiroga, 48 anos, agricultor, entrevistado no dia 15 de Janeiro de 2015 na cidade de Caturité, PB.

⁶⁵ Em todo o Brasil é conhecida por inúmeros sinônimos que segundo CAVALCANTE (2011) passam de dois mil. Para saber mais ver: CAVALCANTE, Messias Soares. **Todos os nomes da cachaça**. São Paulo: Sá Editora, 2011. 392p. E ainda sobre a bebida enquanto elemento da cultura e diversidade do Brasil, ver: CASCUDO, Luis da Câmara. **Prelúdio da Cachaça**. Etnografia, História e Sociologia da aguardente no Brasil. Rio de Janeiro; IAA, 1968.

por muito tempo a cachaça refletiu a condição social de quem a consumia, isso porque a “branquinha” era marginalizada em relação as outras bebidas.

Falando sobre o hábito de consumir bebida alcoólica no Brasil desde a Colônia, CASCUDO (1968, p,57-60) afirmou, "só não a bebem quando é impossível obtê-la". A cachaça tornara-se "(...) o melhor presente, a moeda poderosa, o amavio sedutor", "é o mais presente dos líquidos, demonstrando a cultura nacional.". Em outro momento ele afirma “atenda-se que o brasileiro é devoto da cachaça, mas não é cachaceiro”.

O estudo de Câmara Cascudo nos apresenta a sua visão a partir do consumo da cachaça sob diversos aspectos, econômico, regional, cultural, entre outros, sempre com um olhar de valorização da bebida enquanto fator importante da economia e do cotidiano do brasileiro. Neste passo, Cascudo vê a bebida como um elemento comum na vida social das camadas mais populares tendo em vista que mesmo sendo marginalizada, a cachaça era uma moeda poderosa, que certamente ‘fortalecia’ o trabalhador na labuta diária.

Na turma de Tino não faltava cachaça não cara, Jóca Felipe tá vivo pode perguntar a ele que ele diz. Zé Venar era quem carregava um saco de cana nas costas ou um balaio na cabeça, de litro de cana. Era dez litro de cana, pra vinte homens, quando agente parava pra arrancar de meio dia tinha mais cana não.⁶⁶

Podia até faltar a rapadura ,mas “Rapadura? tinha dia que levava, tinha dia que num levava era nada!”, afirmou o agricultor *Biu Pezin*⁶⁷. De acordo com os trabalhadores, a rapadura podia até faltar, mas a bebida nunca faltava,

Maneco vendia cana lá no motor, quase toda viagem que agente vinha levava uma garrafa de cana, era quatro cambiteiro e quatro cortador, aquela garrafa de cana só dava pra cada um, um gole. Santur mesmo botava um copo cheinho e só dava dois goles, num sei como mulesta era aquilo (Severino Nunes, 2015)

O uso de bebida alcoólica não se limitava ao roçado, obviamente que o trabalhador criava saídas para alimentar o seu vício, a exemplo de “tomar uma” antes do almoço ou das refeições, nesse passo, a bebedeira se estendia por todo final de semana.

Além da comercialização de produtos, algumas bodegas oferecem, ao mesmo tempo, à comunidade local, como lugar de sociabilidade, atividades de lazer, de entretenimento, um ponto de encontro, formado por alguns elementos que garantem tal característica, como: mesas de bar, cadeiras,

⁶⁶ Antonio Manoel da Silva, aposentado, entrevista realizada em janeiro de 2015 em Caturité, PB

⁶⁷ Apelido do senhor, Severino Nunes, 86 anos, citado na nota nº 1.

bancos, televisor, aparelho de som e, principalmente bebidas alcoólicas. (DINIZ, 2009, p,105)

O entendimento de Diniz se refere aos anos 80, mas essa passagem em muito se assemelha à forma e ao costume das bodegas antigas, pois, além da função abastecedora, também servia de ambiente de convívio social, encontro de moradores, ponto de referência, era um ponto de convergência e integração também para jogar, beber, se divertir, cantar, contar histórias, fofocas, mas a bodega também era local de conflitos, de desentendimentos e discussões⁶⁸, como afirma o nosso depoente⁶⁹,

Nós tava tudo no pé do balcão, aquela turma toda, Tino, Joca Felipe, tudo tomando cachaça, tira gosto de queijo de coalho, aí Capitão chaega e ameaça meu irmão: “você seu neguin safado, vou quebrar sua cara hoje”, (...) sair pra calçada já foi com a oito polegada na mão, peguei ele aqui óh [colarinho] e disse “quebre a minha cara agora quebre, é tu batendo e a faca entrando” aí meu pai saiu fora, eu soltei ele. Ele abriu, saiu correndo.”

A valentia do depoente, com todos os descontos da subjetividade diante do gravador, é importante para entendermos como o ambiente de sociabilidade ao pé do balcão da bodega rapidamente se transformava de desentendimento e rixas, logo a bodega era lugar de criar amizades, mas também de resolver “questões” antigas, mas nada que depois de alguns goles não amenizasse os ânimos.

Depois de uma semana de serviço puxada, com muita cobrança por produção, os trabalhadores chegavam a sexta-feira exaustos para descansar, descansar que na sua grande maioria não significava descanso propriamente dito, mas sim farra, a bebedeira a jogatina para descansar o corpo e a mente, assim, chegada a noite da sexta feira os trabalhadores iniciavam a outra jornada. Entre copos e garrafas, carteados e apostas, a farra se estendia pela noite e por vezes só era finalizada no domingo a noite

Tinha o jogo de ‘Antonio de Bemvinda’ ali e tinha outro jogo de Mané de Mena, do sábado pro domingo era um jogo de baralho danado. Tinha noite que o sujeito passava a noite todinha do sábado pro domingo no baralho. Apostado!.”(Severino Nunes, 2015)

O relato de outro trabalhador confirma o costume de beber no fim de semana,

“Agora tem uma coisa visse, de sexta pra sábado, domingo a cana aqui rolava, era quando o povo pegava no dinheiro. [...] Agora dia de semana como hoje era difícil nego entrar na bagaceira bebendo, agora de sexta,

⁶⁸ Entendimento construído a partir da leitura do texto: DINIZ, Lincoln da Silva. **Os bairros e a cidade e o seu pequeno comercio**. In: Permanências e transformações do pequeno comércio na cidade: as bodegas e a sua dinâmica sócio espacial em Campina Grande. Campina Grande: EDUFCEG, 2009. p, 57/114

⁶⁹ Idem, nota 60

sábado e domingo eles botava pra descer”. (Marcos Antonio Valdivino, 2015)

A bebedeira e a jogatina se justificavam, como dito acima, pela pesada semana de trabalho no campo, mas eis que é necessário compreender que por trás destes momentos de “lazer” existe a questão financeira do trabalhador que por vezes não tem em casa o café da manhã pra tomar antes de ir trabalhar ou a rapadura para tomar a água, no entanto não deixa de ter a bebida no bisaco ou beber nos fins de semana.

Não nos interessa aqui entrar na seara do vício do trabalhador, mas sim entender as suas práticas enquanto saída, válvula de escape da opressão diária do patrão e seus encarregados por mais produção, mais resultado. Somado a tudo isso vem a responsabilidade de ser pai de família e obrigatoriamente ter que colocar a feira em casa, logo o trabalhador depois de cumprida (ou não) a obrigação de fazer a feira, gastava o dinheiro conquistado com muito suor em diversas horas extras de limpa ou colheita do algodão e de outras culturas como feijão e milho nas bodegas com cachaça, fumo e jogos.

1.7 Jogo, veneno e o crime por batatas

Os delitos e práticas criminosas, embora, não sendo comum na região em estudo, é inegável que não esteja presente no cotidiano dos trabalhadores, logo, não é de somenos importância ressaltar aqui a presença dos costumes que marcam a cultura destes homens e mulheres que buscam no jogo por vezes uma brecha, uma possibilidade no cotidiano de pressão, de cobrança e de responsabilidades, uma forma de divertimento, tendo por vezes uma conotação de riso, graça, mas também de seriedade, competitividade e um certo conjunto de regras.

Para Huizinga (2000, p,7) o impulso humano para jogar⁷⁰, está na origem de toda experiência humana, pois aparentemente tudo o que os homens fazem, empreendem e constroem está marcado pelo jogo, por um certo conjunto de regras consentidas, construídas e exercidas socialmente, pelo impulso da competição e pelo prazer de disputar e vencer, dentro de limites de tempo e espaço cercadas por tensão e alegria que nem sempre existem no cotidiano do trabalho.

⁷⁰O filósofo e historiador Neerlandês Johan Huizinga, escreveu seu livro *Homo Ludens*, em 1938, no qual argumenta que o jogo é uma categoria absolutamente primária da vida, tão essencial quando o raciocínio (*Homo sapiens*) e a fabricação de objetos (*Homo Faber*). Então a denominação *Homo Ludens* quer dizer que o elemento lúdico está na base do surgimento e desenvolvimento da civilização. Ver HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. 4ª edição reimpressão, São Paulo: PERSPECTIVA. 2000, 162p. PDF, Disponível em: http://jnsilva.ludicum.org/Huizinga_HomoLudens.pdf

É nessa direção que analisaremos aqui a prática do jogo atrelado ao trabalho, neste caso, o termo jogo se refere aos jogos de cartas (baralho), dominó, tabuleiro entre outros, e neste viés buscaremos perceber que o jogo muitas vezes levava os trabalhadores a resultados trágicos como vícios, desavenças e até atos criminosos.

A busca pelo jogo geralmente se dar em espaços onde este se alia à bebida, logo a diversão abre espaço para a competitividade e o desejo de ganhar um dinheiro extra a partir do investimento mínimo em cada rodada do jogo, no entanto a longa duração dos jogos, geralmente coletivos, muita vezes adentrando pelas madrugadas, somados aos gastos com a farra e seus efeitos alcoólicos, nem sempre geram os resultados financeiros desejados quando do início do jogo; pelo contrário, geram dívidas, gasto excessivo com o dinheiro antes comprometido para mantimento do lar, e o pior, o revés no jogo ainda alimenta o desejo de voltar na próxima oportunidade para fins de amenizar o prejuízo, nutrindo o vício e o descontrole financeiro que pode levar a casos extremos.

Quando da pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores, alguns processos chamaram a atenção por tratarem de crimes entre trabalhadores, especificamente um chamou mais ainda a nossa atenção, pois envolveu o trabalho e a prática do jogo que desaguou na morte de um trabalhador.

Brasiliano Elpídio de Lira, 28 anos, agricultor, solteiro, residente na zona rural da então Vila de Cornoió, no ano de 1951, comprou uma certa quantidade de batatas ao senhor Antonio Alexandre de Macedo, 64 anos, na condição de pagá-lo após a comercialização na feira de Caturité. Após a negociação e estando de posse do apurado, o mesmo, segundo autos do processo⁷¹, procurou um jogo no mesmo local da feira e gastou todo o apurado, não pagando as dívidas contraídas junto ao Sr. Alexandre, este indo até a casa de Brasiliano lhe ameaçou de denunciar o caso na justiça.

Por sua vez, Brasiliano concebe um plano para tirar a vida daquele que ameaçava levá-lo à justiça, assim comprou 100 gramas de veneno para matar formigas (acênico) a um vizinho de Antonio Alexandre, alegando que era para o próprio Antonio matar as formigas. Pois bem, de posse do veneno, no dia 08 de novembro de 1952, Brasiliano foi justificar ao vendedor Antonio o motivo de ainda não ter sanado a dívida com as batatas e adentrando ao interior de sua residência, localizada em Caturité, colocou um pouco do veneno em um recipiente com chá que se achava em cima do fogão. Tão logo Alexandre ingeriu a bebida

⁷¹ Processo nº 1.612, apelação criminal da Comarca de Cabaceiras, 1952.

deitou-se em uma rede vindo a passar mal e de pronto pediu ajuda ao seu algoz para que ele (Brasiliano) gritasse pedindo socorro aos vizinhos que ele estava morrendo, mas Brasiliano percebe naquele momento a chance de concretizar seus planos e tirar a vida de Antonio Alexandre de Macedo. Sacando uma faca peixeira de oito polegadas, ele desferiu cinco golpes, além de matar, o acusado ainda rouba o dinheiro da vítima, cerca de seiscentos e noventa cruzeiros. No entanto, após fugir do local, os moradores conseguiram deter-lhe, e este após preso confirmou toda ação criminosa à polícia.

Para além dos detalhes, é importante perceber que existe a possibilidade de um conjunto de motivações para tal crime. Segundo uma das testemunhas, o acusado não tinha boa índole e praticava pequenos furtos na localidade (fls. 29). No entanto para além do caráter, a frieza de Brasiliano ao envenenar a vítima colocando veneno no chá, lhe esfaqueando e roubando seu dinheiro é digno de roteiro cinematográfico, uma vez que o motivo maior era a cobrança da dívida contraída por uma “carga de batatas”.

Entra em cena algumas indagações: que levou de fato Brasiliano a cometer tal crime com tamanha frieza? O medo de ser preso? A falta de condições para pagar a dívida? O caráter? Ou vício descontrolado no jogo o impedia de cumprir suas responsabilidades financeiras?

Inicialmente é preciso considerar que uma carga de batata não era lá um valor tão alto que o impedisse de pagar, essa hipótese pode remeter as intenções do acusado em não gostar de pagar, dado seu costume no jogo e sua conduta anterior ao crime, conforme o relato da 1ª testemunha⁷² (fls. 29, afirmando que o acusado “já foi preso pelo crime de furto, tendo escapulado das mãos da polícia (...)”, “habitado a pratica de furto”⁷³ (fls 30) e “(...) foi preso antes deste crime por furto de criação; que ouviu dizer ainda, pelo povo de vereda Grande, onde residia o réu, que o mesmo se dava ao habito de furtar algodão e batatas nos roçados.”⁷⁴ (fls 31). Cabe pensar ainda no fato da vítima ser de uma idade bem maior que o acusado e ter tido poucas chances de reação, pois morava sozinho⁷⁵, mas também gozava de uma certa

⁷² Processo nº 1.612 - 1ª testemunha, Manoel Apolinário de Macedo, 35 anos, casado comerciante ambulante, morador de uma comunidade Tabuado vizinha a comunidade da vítima e do acusado, e conhecia ambos.

⁷³ Processo nº 1.612 - 2ª testemunha, Antonio da Silva Ramos, 32 anos, casado, negociante ambulante, morador de uma comunidade Caminho Novo, vizinha a da vítima e do acusado, conhecia ambos e avistou a vítima esfaqueado.

⁷⁴ Relato contido no depoimento da 4ª testemunha, João Francisco Gomes, 55 anos, agricultor, casado, residente na mesma localidade do acusado.

⁷⁵ Informação contida no depoimento da 3ª testemunha Probo Ernesto do Rego, 35 anos, agricultor residente no mesmo lugar do acusado. Probo foi o vendedor do veneno utilizado por Brasiliano para matar Antonio de

intimidade com o acusado conforme relato da mesma testemunha, uma vez que o acusado comete o crime por volta das “11 horas da noite”, mas tendo chegado na casa do mesmo por volta das “6 horas”, e ter tido tempo e liberdade para se justificar do não pagamento e, principalmente, ter acessado ao interior da morada da vítima, ter “ceiado” com a vítima, além de colocar veneno no chá da mesma, enfim são várias as hipóteses que poderiam levar a vários caminhos, argumentos e motivações sobre o crime cometido por Brasileiro.

Nesse contexto, talvez a cobrança pública da dívida tenha sido para o acusado mais pesaroso do que pagamento da mesma, logo se construiu uma forma de mostrar força ante a ameaça velada: se não tinha como pagar a dívida com o bem (dinheiro) pagaria com o mal (a morte).

É preciso considerar ainda a importância e o peso da ‘palavra’, pois nesta época uma palavra, no sentido do compromisso, ou seja, comprar ou pagar alguma coisa, logo esta era mais importante do que cheques, promissórias ou algo do tipo, no entanto como Brasileiro já tinha um histórico de não ter esta ‘palavra’, talvez a amizade tenha pesado para a realização de tal negociação. No entanto, para entender o que está por trás da geração do débito é necessário tentar entender o cotidiano do acusado antes do crime, pois em meio a comercialização das batatas na feira, existiam as bebedeiras e os jogos, e certamente Brasileiro não fazia tal comércio pela primeira vez, tendo em vista que conseguiu vender todo o produto. Na feira como em vários locais públicos de grande circulação de pessoas há espaço para os costumes populares, entre eles a dança, bebedeira e a jogatina, nesse sentido Brasileiro era um trabalhador atraído por tais costumes, em meio a tudo que se oferecia e no bolso o apurado do dia, Brasileiro não conseguiu frear a vontade ou o vício da jogatina e acabou gastando todo o apurado do dia ao invés de pagar a dívida contraída, e quando da cobrança pelo pagamento ele não fez muito esforço para tal, mas preferiu planejar a morte de Antonio Alexandre, pois naquele momento certamente a ofensa e a humilhação de ser cobrado publicamente pesou muito mais do que a possibilidade de ser preso por longos anos .

Decerto, o desejo de Brasileiro em ganhar mais dinheiro, desta vez no jogo, conforme o entendimento de Huizinga (1999), o fez se submeter voluntariamente ao espaço da disputa financeira. Com o apurado no bolso, era a chance de duplicar ou quem sabe multiplicar o dinheiro adquirido na feira, era o momento onde se entrecruzavam o trabalho e a diversão, era

Alexandre, não sabendo entretanto que era para tal finalidade. Probo ainda afirma que a vítima era homem de ‘recursos’, de boa conduta e pacífico. (fls. 30).

o lugar de diversão, alegria e de lucros, mas no jogo Brasileiro e qualquer outro trabalhador encontraria trabalhadores com os mesmo anseios dele: diversão e lucros!

Diante de vários interesses individuais, inseridos no interesse coletivo, eles arriscavam a perspectiva do dia seguinte ser mais ou menos tranquila do ponto de vista financeiro, é certo que nem todo dia o trabalhador saía da roda de jogo perdedor, mas também não era todo dia que saía vencedor, mas como o acordo entre Brasileiro e Antonio de Alexandre era pra ser cumprido depois do apurado feira, o resultado de Brasileiro naquele dia certamente não foi exitoso, abrindo caminho para que a confiança anterior no ato da compra fosse substituída pela desconfiança acompanhada da cobrança. Assim, o jogo assume um papel preponderante no processo de desorganização financeira e familiar do trabalhador, que mesmo consciente entra no jogo confiando na sua capacidade de ganhar, não esperando que seu(s) oponentes sejam melhores ou mais “preparados”, e assim a vontade de se divertir depois de um dia de trabalho, acaba saindo caríssimo, inclusive causando alguns anos de reclusão como foi para Brasileiro e a vida de Antonio de Alexande, morto literalmente, por batatas.

1.8 O caminho da morte

Assim como o crime fútil por batatas, as lutas mais ‘significativas’ também estão presentes nessa conjuntura. Lembremo-nos que com o estatuto da terra, o direito a propriedade gerou em alguns proprietários de terra zelo para com suas propriedades, entretanto, este zelo era visto pelos grandes proprietários que inclusive faziam fronteira com algumas destas terras, tentavam a todo custo, usar o poder local e a influencia, seja política ou financeira, para invadir propriedades e fazer uso de terras alheias para alimentação e circulação de rebanhos, como também passagens em cercas e criação de caminhos para pessoas.

Esse confronto, levará famílias às vias de fato, como também levará muitos à justiça e à morte, como é o caso que passamos a descrever,

“(...) na véspera do crime seu marido, Severino Alves do Nascimento, havia novamente fechado o caminho em questão”.⁷⁶ O trecho do relato é da senhora Severina do Espírito Santo, viúva da vítima acima citado, também conhecido como Severino Caboclo que

⁷⁶ Processo Crime nº182/1954, (fls. 36). Vitima: Severino Alves do Nascimento (Severino Cabôclo), Acusado: Antonio Vidal de Negreiros. Processo pesquisado no arquivo da Comarca de Cabaceiras em março de 2015.

por conta de um caminho de roçado criou um “enrasco” com Manoel Vidal de Negreiros e perdeu a vida.

Família de agricultores que no ano de 1954 residiam e mantinham pequena propriedade na vila de Caturité, mais especificamente no lugar chamado Logradouro, onde viviam da agricultura e da criação. Como sabemos, a briga por terras não se restringia a disputa entre “ricos” x “pobres”, pois historicamente o Brasil foi marcado pela alta concentração de terras nas mãos de poucos, logo o trabalhador do campo que detém um pequeno pedaço de terra zela por ele como uma das maiores riquezas. No entanto, este zelo, nem sempre é bem visto por outros que tentam utilizar o poder da intimidação para atropelar o direito do outro, não cumprindo sequer seu dever. Certamente muitos casos semelhantes a este aconteceram e seriam dignos de registro, pois aqui, por conta de um caminho que passava dentro de outra propriedade, resultando em uma família destruída, “(...) corra que mataram papai”,⁷⁷ e o longo processo judicial.

Nesse sentido falar em posse de terra, necessariamente não nos remete a uma briga desigual, e sim há um conflito de interesses, de palavras, onde nem sempre um quer se colocar sob a palavra do outro e para não ficar com o orgulho ferido, após discussões e ameaças acaba cometendo o pior, o crime.

Na manhã do dia 7 de julho de 1954, Severino acordou cedo, por volta das seis horas da manhã e saiu para chamar um vizinho que iria trabalhar até meio dia para ele, no entanto ao sair da casa se depara com Antonio Vidal de Negreiros, trinta anos, solteiro, agricultor, analfabeto e também residente no lugar Logradouro da Vila de Caturité e que era mascateador de tecidos e frutas na feira de Caturité. Aquele encontro seria o ultimo entre Negreiros e Cabôclo. Após o primeiro contato de Cabôclo com sua esposa ao amanhecer do dia, o segundo contato daquela manhã não foi com o trabalhador como ele pretendia, mas com o homem que lhe tiraria sua vida por um simples caminho.

Negreiros estava no local que era motivo de brigas, “o caminho ou passagem” e quando Cabôclo se aproximou dele para saber o que buscara aquela hora da manhã , ele de pronto lhe respondeu com um tiro de espingarda na altura do pescoço como revela os autos do exame cadavérico (fls. 4) que lhe tirou a vida. A viúva Severina do Espírito Santo tendo ouvido a conversa alta entre ambos como fosse no próprio quintal – o caminho era nos fundos

⁷⁷ Pedido de socorro de uma garota filha da vítima, ao senhor Manoel Valdevino, contigo nos autos do depoimento do mesmo como 1ª testemunha de acusação (folha 30).

da casa- em seguida tendo ouvido o tiro levantou-se depressa da cama e avistou seu esposo morrendo e a frieza do acusado. Conforme a viúva:

Quando o marido dela aproximou-se da referida cêrca foi, alvejado por um tiro de espingarda desfechado pelo acusado; que após receber o tiro caiu, e ela a declarante correu imediatamente ao seu encontro; que aí no local ainda se encontrava o denunciado. (...) a quem ela perguntou: “Antonio Vidal pra que fez isso com meu marido”, pergunta que ficou sem resposta, em seguida o acusado (...) arrancou uns estacas da cerca e segurando a espingarda afastou-se; desaparecendo; (...) quando chegou ao local onde estava seu esposo este ainda estava vivo e, embora fizesse grande esforço para falar não o pode em virtude do ferimento recebido que estava deitando muito sangue. (folha, 36)

A frieza de Negreiros depois de atingir seu contraditor se revela quando em sinal de que a vida de Cabôclo era menor do que a sua vontade ou sua ‘rixa’, “arrancou uns estacas da cerca e segurando a espingarda afastou-se”. Ou seja, o caminho que no dia anterior havia sido fechado por Cabôclo, foi novamente aberto, agora na sua presença, mas sem direito a discussão, pois não tinha força nem para respirar.

Ora, o que se desvela por trás deste acontecido é uma família destruída, e um jogo do poder onde o famigerado “caminho” motivo da morte havia sido fechado por diversas vezes, mas sempre aparecia aberto e animais entravam em seu roçado, mas não se sabia que abria.

As linhas finais do depoimento da viúva (folha 37), em meio a medo de revelar os fatos pretéritos que jogavam luz sobre o ocorrido, revela o jogo a rede de poder e ameaças existentes no trajeto de um crime premeditado. O “fecha e abre caminho” na propriedade particular de Cabôclo já era de conhecimento de alguns e inclusive do Comissário de Policia local, tendo em vista que,

(...) na penúltima vez que esse caminho foi fechado, o cabo-sub-comissário de Policia de Caturité, conhecido por Nivaldo disse na rua de Caturité ao pai dela, (...) que ia abrir o caminho para ver até onde chegava a força dela declarante, (...) o Cabo Nivaldo trabalhava nas terras de Vieira Queiroga⁷⁸ e que ao tempo da ocorrência delituosa o Cabo Nivaldo ainda estava exercendo o cargo de comissário de Policia de Caturité; que essa autoridade teve conhecimento do fato delituoso tendo ido até o local e em seguida à casa do denunciado, todavia desinteressado pela perseguição do acusado, bem assim da feitura do inquérito que foi procedido por iniciativa do Sargento-comissário de

⁷⁸ A titulo de esclarecimento, Vieira Queiroga era filho João Queiroga, então proprietário de terras, produtor, comprador de algodão, e também detentor de uma descaroçadeira/ bolandeira de algodão em Caturité já citado anteriormente neste capítulo.

policia deste município, e que tinha chegado a noticia na casa dela que no dia anterior ao crime, que o acusado Antonio Vidal de negreiros havia declarado na rua de Caturité, perante o cabo Nivaldo, já referido, e de outras pessoas, que daquele dia para o outro resolveria com a vitima o caso da cerca; (folhas 37/38)

A trágica morte de Cabôclo concretizou um enredo construído sob ameaças e premeditações, cercadas de discussões e interesses, por motivo vão, mas os desdobramentos que se dão antes do fato criminoso vão construindo uma rixa que descamba do objeto em questão e passa para o lado pessoal, onde até sujeitos que representam o braço armado e deve representar a justiça, se envolvem no processo com objetivo de tirar proveitos pessoais, como é o caso do cabo Nivaldo que certamente trabalhava em alguma terra de Vieira Queiroga nas proximidades do local e tomava as dores do acusado Antonio Vidal, certamente pelo fato de ser militar e ter a confiança de Queiroga.

Neste caso, porém, apesar do Juiz e promotores tentarem descobrir a partir da inquirição das testemunhas sobre a ligação do cabo o fato, todos negam, mas as fofocas e as conversas que circulavam anterior ao crime e tomado conhecimento pela viúva, nos faz perceber que ninguém queria se envolver com tal questão, e principalmente com militares que tinham o poder da farda e “costas quentes”. A despeito de todo medo e receio do que viesse a acontecer a viúva não tinha mais o que esconder e revela, o que ao final do processo não fica claro, mas que Cabôclo perdeu a vida por defender seu espaço de trabalho, conquista talvez resultado de muito suor e via nas formas sutis a tentativa de invadirem o que era seu, pondo em risco, não apenas seu roçado, seus animais, mas também sua família, sua renda e principalmente sua propriedade, mas muito mais do que isto, Cabôclo perdeu sua vida.

O acusado foi capturado e preso no dia 31 de julho do mesmo ano pelo Sargento Comissário Otacílio Domingos Ferreira, por determinação Judicial (mandato de prisão) do Juiz Dr. Rivaldo Silvério da Fonseca da comarca de Cabaceiras (fls. 19/20), sendo condenado por 8 anos e 4 meses de reclusão na sessão de julgamentos no dia 30 de agosto de 1955, ficando preso na casa de detenção em João Pessoa sendo posto em liberdade condicional em julho de 1960.

1.9 Lazer e religiosidade

Até aqui discutimos, trabalho, crimes, economia entre outros aspectos, mas os trabalhadores também caminham pelo lado espiritual, nessa direção, os momentos de lazer das famílias da comunidade de Caturité estão muito atrelados às questões religiosas. Neste sentido, tentar escrever e entender um pouco sobre estes momentos significa perceber que os costumes de um povo inserido em determinada época, existem, em grande parte em função das influências religiosas e políticas.

As festas geralmente eram promovidas pela Capela local ou em benefício dela⁷⁹, a exemplo das festas de padroeira, final do ano, e as rezas diárias do mês de maio. As festividades também eram promovidas por terceiros, mas geralmente em benefício da igreja, como é o caso das vaquejadas e argolinhas organizadas pelos homens de maior poder aquisitivo da região.

Por conta da falta de iluminação elétrica, a maioria dos eventos acontecia durante as manhãs e tardes de sábado e domingo, é o caso das touradas, bumba meu boi, cavalo marinho, pastoril, danças, sempre com presença marcante de uma banda filarmônica e uma amplificadora de som, ambas de Campina Grande. Nas décadas de 50 e 60, as festividades contavam com o apoio do Coronel Severino Cabral⁸⁰, prefeito de Campina Grande entre o final da década de 1950 e a década de 60.

Tais festividades na localidade tinham a influência direta de fazendeiros e da igreja, que por sinal se alinhavam muito bem. Mesmo com interesses diferentes, ambos se uniam quando o assunto era organizar festividades que divertiam os mais humildes ao tempo que

⁷⁹ Informações depreendidas a partir de um cartaz de 1949, anunciado uma Vaquejada em prol da capela de Nossa Senhora da Conceição com a participação e patrocínio de vários fazendeiros e políticos, entre estes o apoio do Cel. Severino Cabral. Embora dando sua contribuição financeira, estes se aproveitavam para fazer uma média com a população no intuito de tirar dividendos políticos. A título de exemplo está posto no referido cartaz que a responsável pelos festejos religiosos é a “Mme. Francisca Cavalvanti”. O pronome de tratamento “madame” no cartaz já sinaliza o lugar de superioridade daquela senhora ante as camadas mais humildes daquela comunidade.

⁸⁰ A presença e apoio de Severino Cabral nas festividades da comunidade eram resultado não apenas das ligações políticas, mas também por conta da influência do mesmo com fazendeiros e produtores de sisal. Cabral chegou a fundar uma indústria chamada “Leiteria Celeste”. Também foi proprietário de uma indústria de beneficiamento de caroá e sisal, além de uma fábrica de tecelagem, chamada “Caruá”. Informação disponível na matéria “Os 40 anos da morte de Severino “Pé de Chumbo” Cabral” (23/03/2010) disponível no site Retalhos Histórico de Campina Grande no seguinte endereço: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/12/severino-pe-de-chumbo-cabral.html#.VlfSiXarTIU>

construíam uma imagem positiva junto a estes, fortalecendo ainda mais os laços de dominação e influências política e religiosa.

Ora, como ser contrário a homens e mulheres que uniam a comunidade para angariar fundos para construir, expandir ou reformar a capela local ? Lugar onde todos podiam entrar e ter acesso a Deus?. Essa é a sutileza que nos referimos anteriormente, pois fazer algo tão simples – investido de poder do coronel – representava um alinhamento de interesses coletivos que perpassavam as barreiras econômicas e de classes sociais, assim os mais pobres viam nos fazendeiros e homens de posses a possibilidade de construir e desenvolver a localidade.

Embora encabeçando a organização das festas, estes não desembolsavam os valores das despesas, isto é, aos ‘ricos e respeitados’ cabe apenas organizar as festas e desembolsar o mínimo possível, isto pode ser percebido quando da análise dos cartazes de tais festas que estampavam os nomes das famílias mais poderosas com direito a todos os pronomes de tratamento e os mais rebuscados termos que os homens e mulheres mais humildes sequer conseguiam ler ou entender.

Assim eram realizados bingos de animais doados pelos populares que angariavam fundos para erguer a Capela, deste mesmo modo eram realizadas as cantorias. Quem não podia doar bens ou dinheiro à igreja doava o dia de trabalho que consistia em carregar água, tijolos, etc, tudo sob a supervisão dos homens de confiança da igreja e dos padres: os fazendeiros. Estes sempre religiosos e interessados no crescimento e no envolvimento dos populares na igreja que logo resultaria em fortalecimento dos seus poderes políticos e econômicos locais.

CAPITULO II

QUEDA DE BRAÇO: PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO EM A MEIO RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS.

A lógica de dominação e exploração existente no Nordeste é marcada pelas práticas herdadas dos tempos coronelistas que afeta diretamente os explorados, na maioria deles trabalhadores que se submetem aos patrões e senhores proprietários de terras para manterem a sobrevivência. A submissão se efetiva nas práticas políticas que visam manter no poder certo agrupamento político, para tanto, fazem uso da troca de favores aos trabalhadores que na maioria dos casos, mantinham estreita relação de compadrio. Essa forma de atuação dos grandes proprietários de terras funcionou em grande medida por conta da desinformação dos trabalhadores, mas também em virtude do medo e do receio de perder o emprego e até a morada, represálias essas, que podiam se estender ao uso da violência.

Neste capítulo buscaremos apresentar um pouco das relações entre trabalhadores e patrões, relações que descambam para as mais diversas áreas do cotidiano, como locais de trabalho, política e justiça. Nestes espaços, as relações ganham traços de dominação ou resistência, é aí que buscamos analisar as posturas de ambos os lados neste processo.

A partir da análise de processos judiciais, ações trabalhistas e os relatos orais, buscaremos entender um pouco deste contexto eivado de interesses por parte de trabalhadores e senhores, que tentam o todo custo ampliar seu domínio para o campo político, com retribuições positivas no campo econômico.

A princípio analisaremos dois processos trabalhistas visando entender como se dava a relação entre os campos opostos no espaço da justiça. Em um segundo momento analisaremos a força política dos coronéis a partir de violência contra trabalhadores para impor e se manterem no poder.

2.1 A fonte e seus usos

Os processos trabalhistas aqui utilizados são fontes oficiais, produzidas pela justiça a partir de um lugar e evento específico e carregam consigo a marca do sistema como mecanismo de controle social, logo, a quantidade de termos jurídicos, nem sempre representam a fala do sujeito envolvido um processo, aliás, o processo como acessamos na

pesquisa é resultado de todo um processo de “manipulação”, resultado da utilização de um sistema de regras e códigos. (GRINBERG, 2009, p, 126).

Mesmo com as mais variadas técnicas e recursos tecnológicos para otimizar e facilitar o acesso aos arquivos e pesquisas, o que se ver conforme Chalhoub é “(...) a cada dia notícias e rumores sobre a destruição de autos da Justiça do Trabalho país afora. O foro está abarrotado, segundo a cantilena. Isto numa época em que há recursos tecnológicos de sobra para compactar e preservar o patrimônio documental da nação”.⁸¹

Segundo Keila Grinberg (2009, p, 125), o uso mais enfático dos processos judiciais na historiografia brasileira se dar a partir dos anos 1980, período da difusão da história social no Brasil, principalmente no sentido de entender como se dava as lutas dos trabalhadores fora do seu ambiente de trabalho, tal pesquisa e interesse no cotidiano dos trabalhadores resultou em trabalhos como Sidney Chalhoub⁸², Maria Helena Machado⁸³, Hebe Maria Mattos⁸⁴, Silvia Lara⁸⁵ entre outros, que buscaram de forma mais intensa uma reflexão sobre a justiça bem como a recuperação da voz dos ‘subalternos’, mesmo enfrentando por algum tempo certo ceticismo

⁸¹ CHALHOUB, Sidney. Os arquivos dos trabalhadores. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 15. Rio de Janeiro, dezembro de 2006, p.98.

⁸² Um das obras clássicas da história social no Brasil é CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986. Neste trabalho ele utilizou inquéritos judiciais (produzidos por juizes, advogados e promotores) e inquéritos policiais (produzido pelas policias locais, a saber, civis e militares)

⁸³ Em uma de suas obras, O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição (1994), a autora usa em seu trabalho uma rica documentação no corpo do texto, tendo diversos testemunhos de pessoas dos dois lados da “trama” que se envolvia a escravidão. Além de processos judiciais, telegramas, documentação criminal como um todo e ofícios diversos da polícia, além de registros paroquiais, cartórios, livros de óbitos e de casamentos de livres e escravos. Entretanto, a ênfase está nas correspondências entre jurisdições e dos diversos cargos hierárquicos da polícia assim como os depoimentos dos acusados de revolta, na região do Rio de Janeiro e interior de São Paulo. Ver: MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994.

⁸⁴ CASTRO discutiu a legislação civil a partir das alforrias e as ações de liberdade dos escravos, tema tratado de forma inovadora por Hebe Mattos. Ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁸⁵ Em um de seus trabalhos recentes, **Direitos e justiça no Brasil**, organizado por Silvia Lara e Joseli Mendonça, discutem os elementos que constituem o direito e a justiça no Brasil colônia à república. Segundo os autores, eles podem ser ambíguos, contraditórios ou conflitantes entre si, visto que as leis editadas para um certo objetivo podem ser usadas com outros fins. Ver: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de história social**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

Nesse trabalho com processos, não cabe ao historiador julgar nem tampouco descobrir a verdade, o que deve interessar e ser objetivo, é como os “atos se transformam em autos” (GRINBERG, 2009, p, 128) e que estes são resultantes de um conjunto de versões. “É possível encontrar, nas entrelinhas dos depoimentos, evidências de como vítimas, réus e testemunhas descrevem não somente os acontecimentos que os levaram à justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados.” (CAUFIELD, 2000: 39).

Assim, este trabalho além da atenção do historiador, requer uma análise uma interpretação em busca dos significados contidos nos atos, não apenas descrevê-los. Para Larissa Rosa Correa (2011), quando analisa o ofício do historiador frente aos processos trabalhistas, é possível analisar diversas temáticas que ocorrem paralelamente em um mesmo processo:

“O universo dos processos trabalhistas permite aos historiadores analisarem diversas temáticas referentes ao mundo do trabalho, como os conflitos e negociações entre empregadores e trabalhadores intermediados pela Justiça do Trabalho, as relações de trabalho no chão da fábrica, os aspectos do processo de industrialização, as relações entre assalariados, leis e direitos. Os autos possibilitam ainda conhecer o pensamento e a atuação dos magistrados, e também realizar análises comparativas entre os tribunais, verificando o perfil dos juízes em determinadas regiões, entre outros desdobramentos temáticos” (CORREA, 2011. p.21)

Conforme a historiadora Ângela de Castro Gomes (2000, p, 48), falando sobre o aumento de processos trabalhistas desde o começo dos anos 1950 dos operários contra fabricas, entre “(...) 1951 a 1964 ocorreu um significativo crescimento da força do movimento sindical, que se utilizou dos dois instrumentos principais que possuía para lutar pela aplicação e ampliação dos direitos do trabalho: as greves e o recurso à Justiça do trabalho” ocorre então a construção de um novo espaço de lutas.

Para Vale (2008, p, 103), analisando os processos trabalhistas da fábrica de tecido de Rio Tinto, ele afirma que Justiça do Trabalho se torna lugar de queixas e reclamações dos trabalhadores, constatando que as ações movidas contra os patrões dão nova feição às reivindicações dos trabalhadores.

Segundo Vale (2008, p, 105) é preciso lembrar que os processos trabalhistas estabelecem um diálogo com o direito, se constituindo em uma considerável contribuição da história social no que toca à possibilidade de utilização de instrumentos que auxiliam ao processo de leitura, interpretação e construção da história como leis, normas, decretos, entre

outros que estão presentes no contexto de disputa por diretos, onde também reinam estratégias de ambas as partes para vencer o processo.

Nessa direção, iniciaremos a discussão de alguns acontecimentos que esbarraram na justiça em busca de solução. Vale salientar que, embora o processos nos oriente nesta pesquisa, eles são escassos, vez que as conciliações eram sempre o primeiro caminho encontrado pelas autoridades locais, não obtendo êxito, o processo seguiria para a justiça.

2.2 Da máquina ‘comedora’ de dedos à justiça

Historicamente a busca e o reconhecimento de direitos dos trabalhadores sempre encontrou barreiras, leia-se o exemplo de luta dos diversos movimentos sociais no Brasil desde o império, ainda muito presente na contemporaneidade, com roupagens da subtração de direitos conquistados e precarização.

Pensar as primeiras décadas da segunda metade do século XX é adentrar em um caminho onde a busca por direitos trabalhistas está cada vez mais no auge dos debates, tendo em vista as conquistas no Governo Vargas. Nas primeiras décadas constrói a ideia de que o futuro do homem estava ligado ao trabalho honesto, em que a própria constituição de 1937 colocava o trabalho como um dever de todos, assim o estado passa a implantar medidas reguladoras tais como o povoamento e os contingentes de mão de obra, onde a imigração foi de pronto atingida, valorizando o capital humano nacional, justificando o aumento de desempregados, a chamada nacionalização da mão de obra; (GOMES, 2005: 240)

De acordo com Gomes (2005: 242), este movimento é resultante da ideia de Vargas quando criou em 1930 o Ministério do Trabalho, Indústria e Pesca e o Ministério da Educação e Saúde, buscando providências para as condições de vida dos trabalhadores. Mais adiante, em 1937 foi criado seguro contra a invalidez, doença, morte acidentes de trabalho e o seguro maternidade visando a saúde do trabalhador, estava instalada a medicina social para proteger a mente e o corpo do trabalhador com capacidade produtiva; caracterizando como uma política de proteção à família com mais educação e o ensino profissionalizante.

Em 1944 Getúlio institui o decreto Lei 7.036 de 10 de Novembro de 1944 que visava regulamentar os acidentes de trabalho, neste sentido é válido mencionar as palavras de Alexandre Marcondes Filho, então Ministro do Trabalho, quando encaminhou tal decreto para aprovação:

A vida humana tem, certamente, um valor econômico. É um capital que produz, e os atuários matemáticos podem avaliá-lo. Mas a vida do homem possui também valor espiritual inestimável, que não se pode pagar com todo o dinheiro do mundo... Por mais que se despenda com a prevenção racional, ela será sempre menos onerosa que o sistema de indenizações.(...).⁸⁶

No entanto, é certo que da lei no papel à lei efetivamente cumprida, muita coisa se perde pelo caminho, isto significa dizer que nas décadas de 50 e 60 muitos dos trabalhadores da periferia do país e principalmente os ligados ao campo sequer conheciam os seus direitos, trabalhavam como se não tivessem nenhum direito, apenas deveres, essa condição favorecia em muito o poder de exploração dos patrões e ampliava a condição de submissão dos trabalhadores. O surgimento da lei dos acidentes de trabalho abre uma fresta de esperança para os trabalhadores na porta da justiça, diante das mais diversas adversidades.

Essa relação desigual entre trabalhador e patrão nas diversas áreas, fortalecia ainda mais a posição do patrão ou empregador, tendo em vista que dificilmente um caso trabalhista seria levado à justiça, isso em decorrência de fatores como desinformação, inviabilidade financeira para pagar custas processuais, uso do poder financeiro dos empregadores para fazer acordo e impedir questões judiciais, e a relação de complacência dos demais trabalhadores que em caso de testemunharem na justiça, geralmente defendiam os patrões por medo de perderem seus empregos.

É nesse momento onde os trabalhadores saem do anonimato e têm suas histórias e trajetórias de lutas, sofrimentos e vitórias cravados em letras manuscritas e datilografados, que décadas depois nos auxiliam a pensar esta sociedade a partir destas relações.

Dois casos nos chamam atenção neste período. Trata-se de duas reclamações de Acidentes de Trabalho envolvendo trabalhadores na então vila de Caturité, no ano 1956 e dois empregadores. Buscamos entender o que os leva às barras da justiça além do acidente, quais as motivações e influências por trás de tal decisão, uma vez que é raro encontrar querelas deste naipe nesta época, tendo em vista que na maioria dos desentendimentos um acordo financeiro era a solução, sem que este precisasse chegar à justiça.

⁸⁶ Trecho presente no discurso do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, no dia 18/09/2013 em Brasília, na abertura do II Seminário Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Na oportunidade ele cunhou a seguinte declaração "Por detrás da fria estatística, há muitas lágrimas, revoltas e emoções desencontradas. Em milhares de residências brasileiras, vamos encontrar uma cadeira vazia, sonhos desfeitos, órfãos desamparados e muitos corações afetuosos na dor da saudade. Não podemos mesmo ficar indiferentes". Disponível em: http://www.tst.jus.br/en/noticias-teste/-/asset_publisher/89Dk/content/%E2%80%9Cprevenir-acidentes-e-dever-moral%E2%80%9D/pop_up?_101_INSTANCE_89Dk_viewMode=print

Nesse interim, antes de adentrarmos ao caso em análise, é válido fazermos um breve balanço da luta no mundo e no Brasil por melhores condições de trabalho. Após a 1ª Guerra Mundial, com o Tratado de Versalhes, aconteceu a criação da Organização Internacional de Trabalho (OIT), impulsionando a formação de um Direito do Trabalho mundial. Na América, especificamente no México, a constituição promulgada em 1917, foi a primeira da História a prever a limitação da jornada de trabalho para oito horas.

No Brasil, a constituição de 1934 foi a primeira a tratar de Direito do Trabalho no Brasil, assegurando a liberdade sindical, salário mínimo, jornada de oito horas, repouso semanal, férias anuais remuneradas, proteção do trabalho feminino e infantil e igualdade salarial, nesse momento também surge o termo ‘Justiça do Trabalho’. Com o golpe militar de 1964, vem a dura repressão à classe trabalhadora do País, apenas em 1970 que a classe trabalhadora vai ressurgir com um novo sindicalismo concentrado no ABCD paulista, mas só após o fim da ditadura em 1985, que as conquistas dos trabalhadores foram restabelecidas. Momento em que a Constituição de 1988 instituiu, por exemplo, a Lei nº 7.783/89, que restabelecia o direito de greve e a livre associação sindical e profissional.

A conjuntura brasileira, em especial até 1988, demonstra a instabilidade que o trabalhador era exposto, vigorava até então as péssimas condições de trabalho, o surgimento da máquina a vapor e a óleo diesel dão lugar ao trabalho manual, em contrapartida facilita a exploração da mão-de-obra, provocava desgaste nas relações de trabalho, e na saúde do trabalhador. Some-se ainda a exposição à ambientes insalubres e perigosos, baixos salários e jornadas excessivas.

O quadro apresentado acima nos faz pensar no conceito de Ruy Mauro Marini acerca da Super exploração do trabalho, estabelecido no final da década de 60 e na década de 70, em um conjunto de trabalhos, dentre eles a “Dialética da dependência (1973)”. Para ele, o regime capitalista de produção desenvolve duas grandes formas de exploração: o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador. O aumento da força produtiva do trabalho se caracterizaria pela produção de maior quantidade no mesmo tempo, e com o mesmo gasto de força de trabalho; e a maior exploração do trabalhador se caracterizaria pelo aumento da jornada de trabalho, pela maior intensidade de trabalho sem a elevação do equivalente em salário e pela redução do consumo do trabalhador. (MARTINS, 1996).

Essa era a dura realidade dos trabalhadores que vivenciavam o trabalho na industrialismo precário, seja no agave, seja no algodão no interior do Nordeste. À época

muitos proprietários rurais que cultivavam o agave adquiriram suas próprias máquinas de desfibrilar o agave, neste sentido enquanto alguns trabalhavam colhendo as folhas de agave, outros trabalhavam puxado o agave, que era uma das atividades que careciam de mais experiência, rapidez e cuidado, pois em fração de segundos de desatenção um braço ou uma mão poderia ser tragada pela máquina, sem contar as péssimas condições no que tange a segurança neste tipo de trabalho, pois os equipamentos eram mínimos e na maioria das vezes improvisado.

Utilizaremos aqui um processo de acidente de trabalho transcorrido na Comarca de Cabaceiras, Paraíba, que nos auxiliará a entender e analisar o quadro de relações entre trabalhadores e patrões existentes e fundamentados no poder financeiro dos patrões e nas precárias condições de trabalho oferecidos aos trabalhadores.

O caso em tela tem como palco a comunidade de Serraria, zona rural do Distrito de Caturité no ano de 1956 e nos apresenta o senhor Antonio Joaquim Barbosa na condição de empregador. Este, levado à justiça pelos motivos assim descritos nos autos iniciais do processo “(...) o empregador não deu conhecimento do acidente a autoridade judiciária competente nem tão pouco entrou em entendimento com o acidentado para a liquidação do acidente”.

O outro personagem desta querela trata-se do senhor Sebastião Matias Pereira na condição de trabalhador acidentado, assim descrito nos autos no processo pela promotoria pública.

(...) que estava trabalhando como puxador de agave, na mencionada maquina no dia 7 de janeiro do corrente ano [1956], quando foi vítima de um acidente em consequência do qual, perdeu, por esmagamento, quase todos os dedos [sic] da mão esquerda (laudo pericial da fls. 6) resultando para o acidentado uma incapacidade parcial e permanente.

Para início de conversa faz necessário explicitar que o acidente acontece no dia 7 de janeiro de 1956, mas a vítima só busca o auxílio da justiça no dia 8 de março no mesmo ano, ou seja, dois meses após o acidente. A demora em procurar a justiça corrobora o que colocamos acima, pois sempre se buscava e se esperava um acordo entre ambas as partes, evitando assim um processo desgastante na justiça comum.

Ver-se, no entanto, que neste caso o caminho do acordo não foi a saída comum, e sim a exceção. Os dois meses que separam o acontecido da denúncia marcam um período desgastante para o trabalhador, que não podia trabalhar e era obrigado a receber o que o patrão entendesse ser necessário para a sua sobrevivência, ou seja, após dois meses, o patrão

sequer noticiou a autoridade competente acerca do acidente acontecido nos seus domínios, tentando resolver o caso conforme a sua vontade e seus interesses.

O caminho judicial representava talvez o caminho mais difícil para o trabalhador acidentado do ponto de vista financeiro, mas também era o último caminho de esperança e restituição de direitos diante do poder de coação dos patrões aos trabalhadores que por vezes moravam em suas propriedades, impedindo assim que algum trabalhador se posicionasse a favor de outro trabalhador ou denunciasse o patrão.

Este tipo de prática de coagir o funcionário remonta ao período da escravidão, em que os cativos eram coagidos⁸⁷ por seus senhores para cometerem crimes contra pessoal que eram do seu agrado em nome de uma satisfação do poder. Nestes casos, muitos cativos mesmo fugindo após cometerem crimes, quando detidos tentavam justificar os atos como coação dos senhores, mas sempre sem êxito, recaindo sobre si a culpa e as chibatadas, além do ferro no pescoço. (LIMA, 2008: 220/221)

Pois bem, voltando ao caso de Sebastião Matias, após formular denúncia ao Comissário de polícia local, o acidentado Sebastião prestou esclarecimentos ao Juiz de Direito e este determinou que fosse aberto um inquérito e que ambas as partes fossem ouvidas, assim como as testemunhas que sabiam do fato e fosse realizado o exame de corpo de delito.

Em sua declaração inicial ao Ten. Severino Batista dos Santos, Comissário de Polícia Local de Cabaceiras, Sebastião Matias, no auge dos seus vinte e oito anos de idade, solteiro e filho único, logo morava com seus pais que além da idade avançada, era cego e vivia na dependência física e financeira do acidentado, que dada a condição pós-acidente estava impossibilitado de ajudar os pais e de se manter.

O escrivão assim descreveu o relato do acidentado,

Estava em sua residência em dias do mês de julho do ano próximo passado [1955], quando foi convidado pelo senhor Antonio Joaquim Barbosa para tomar conta de uma maquina disribiladôra de agave, como o declarante já era trabalhador do acusado, aceitou o convite; que depois de cento e vinte dias foi acidentado(...).

⁸⁷ Este caso de coação se baseia na história do escravo Thomé, que em 1872 agrediu uma mulher a mando do seu senhor no lugar Baixa Verde, termo de Campina Grande e posteriormente foi detido condenado pelo crime, esta história é muito bem contada nas paginas 220/221 da tese de LIMA, Luciano Mendonça. Cativos da “Raiha da Borborema: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco – CFCH – História. Recife: 2008, 356pp

O trecho do relato do trabalhador acidentado nos oferece algumas pistas para entender a relação do trabalhador-patrão, que de imediato nos remete a método do paradigma indiciário⁸⁸ do Italiano Carlo Ginsburg, que aqui nos auxilia a analisar os fatos por trás dos escritos.

Percebemos que o acidentado confirma que já era trabalhador do empregador, certamente realizava suas atividades no campo com a agricultura, pois se declarou agricultor como profissão. O convite para assumir uma máquina é certamente o resultado de certa relação de confiança existente entre ambos, onde o empregador via no trabalhador um sujeito em condições de receber, digamos, uma promoção, pois como afirmamos anteriormente, assumir uma máquina desfibriladora era estar um nível acima dos demais, pois representava mais experiência, coragem e força de trabalho, ou seja, de um modo geral, o patrão via em Sebastião Matias um trabalhador em potencial para manusear corretamente sua máquina e gerar boa produção.

Conforme Nunes, (2010), os puxadores assim usavam roupas e luvas adaptadas de sacos e borracha de câmaras de ar, essa função era mais bem remunerada, no entanto não recebiam nenhum treinamento e eram considerados “arrochados” ou “peça do motor” por serem fortes e habilidosos para enfrentar o motor e o agave;

No entanto, o acidente na máquina mudaria bruscamente a relação entre os dois. Segundo o relato descrito pelo escrivão,

(...) foi acidentado no dia 7 de janeiro do ano em curso perdendo totalmente a mão esquerda; que o seu patrão deu apenas o tratamento, mas nada mais lhe oferecendo, tornando-se inimigo do declarante a ponto de mandar ameaçar a desocupar a casa do acusado; e que vinha mantendo seus pais com a migalha de quarenta cruzeiros diários, e, desde o dia do acidente ficou apenas percebendo apenas a quantia de oitenta cruzeiros por semana dando lugar a maiores crises em sua casa (...).

A declaração do trabalhador Sebastião Matias é ainda mais incisivo com a relação a violência da motor ao acidentá-lo, pois aqui ele afirma ter perdido “totalmente a mão

88 O paradigma de Ginsburg é especialmente tratado no texto: Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Para Ginsburg, o paradigma indiciário se resume ao trabalho detetivesco, ou seja, o historiador italiano parte do pressuposto de que toda realidade está repleta de pequenos detalhes que permitem vê-la numa profundidade pouco costumeira. Ver: GINZBURG, Carlo. Sinais: **raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. A metodologia do paradigma indiciário também é utilizada no livro "O queijo e os vermes" de 1976, do Carlo Ginsburg, tornou-se um marco para a micro-história, pois mostrou como o historiador pode captar nos mínimos detalhes personagens e acontecimentos que outrora passariam despercebidos. E uma análise minuciosa de cada detalhe que possibilita grandes descobertas.

esquerda” e não apenas os dedos, como descrevia inicialmente os autos do comissário de polícia local.

A demora em procurar a justiça talvez comece a ser respondida a partir do relato do próprio trabalhador. Como o mesmo trabalhava para manter seus pais, tendo em vista a extrema dificuldade de acessar ao auxílio previdenciário nesta época, o acidente deixou Sebastião inoperante, uma vez que não podia trabalhar nem ajudar os pais como deveria.

É simbólico o fato de o trabalhador considerar a remuneração percebida antes do acidente como uma “migalha”, esse relato já demonstra o tom da insatisfação do trabalhador com o patrão, acentuando ainda mais tal insatisfação quando do acidente, pois o mesmo passa a receber apenas um terço do que recebia semanalmente considerando que se trabalhava até o sábado, seis dias por semana. A redução salarial implica diretamente em dificuldades básicas para o trabalhador, que impedido de trabalhar e obter renda ainda tem que oferecer cuidados aos pais, o que torna praticamente impossível sobreviver.

Para piorar a situação, nesses dois meses entre o acidente e a denuncia do patrão, a relação entre os dois praticamente inexistia, mas, como ele mesmo afirma, o patrão passa a lhe ver como um inimigo e de quebra o ameaça de expulsá-lo da casa em que o trabalhador morava.

A ameaça por si só nos indica que a insatisfação do trabalhador acidentado recebendo “migalhas” e tendo que conviver com todas as dificuldades não era mais apenas de conhecimento pessoal ou de sua família, mas já chegara aos ouvidos do patrão, que de imediato manda lhe ameaçar de desocupação de sua casa e de suas propriedades.

É comum nessa época os patrões proprietários de terras utilizarem de violência e ameaças para manter a dominação dos trabalhadores (BATISTA, 2010, p, 158). Apesar disso, os trabalhadores resistiam a dominação dos patrões a partir daquilo que o cientista político americano J. Scott (2000) chama de resistência oculta, isto é, através de gestos, fofocas, rumores, etc, os trabalhadores do campo temiam as represálias dos patrões, por isso não os enfrentava de frente ou abertamente, mas andavam falando e criticando as ações do patrão, buscando a proteção do anonimato.

Neste caso verifica-se que a concessão do patrão ao dar emprego e moradia, era também um favor com significado de submissão infinita do trabalhador. Logo este não devia reclamar de suas condições, pois morava de favor, e ainda recebia sem trabalhar por conta do acidente, e assim o empregador se dava ao luxo de não pagar os direitos do trabalhador e

sequer comunicar o acidente à autoridade competente, pois tinha a certeza de que a submissão por ele imposta através das condições de trabalho e vivência os impedia de qualquer reação contrária a seus interesses.

A decisão de Sebastião Matias em procurar a justiça em busca de direitos trabalhistas contraria o agora inimigo Antonio Joaquim, pois certamente a péssima condição de vida posterior ao acidente, aliada às ameaças de desocupação, não o fez recuar de sua insatisfação, mas ao contrario, o motivou ainda mais a resistir e buscar seus direitos, agora na justiça.

2.3 Incapacidade motivadora

Além dos fatores acima descritos que levaram Sebastião Matias as barras da justiça, é relevante considerar que sua incapacidade não era temporária, sendo tal condição constatada nos autos do exame de corpo de delito realizado no mesmo pelos peritos Ereciano Pereira da Costa e Hermenegildo de Almeida Castro no mesmo dia da denuncia, oito de março de 1956. Assim concluíram os peritos,

(...) verificamos que o mesmo está incapacitado para prover sua manutenção, pois perdeu a mão esquerda até a altura do côncavo ficando apenas com a falangeta do dedo polegar em consequência do acidente sofrido quando da ação de seu trabalho.

A conclusão dos peritos se baseou em critérios que buscava verificar se a lesão física causada pela máquina deixaria o trabalhador com sequelas “temporárias ou permanentes, incapacidade parcial ou total”, após o exame de pericia foi diagnosticado que a vítima era “incapaz total e permanente” para o trabalho.

O diagnóstico dos peritos aponta que as condições física de Sebastião Matias não era as ideais para um homem do campo, que precisaria toda força física e máximo vigor para desenvolver suas atividades e buscar seu sustento; certamente tal condição motivou ainda mais sua ida à justiça, pois não se tratava apenas de uma condição passageira, mas sim de um caminho sem volta que mesmo conseguindo trabalhar ou desenvolver atividades não teria o mesmo desempenho de um trabalhador em plenas condições físicas.

Neste sentido, a sua condição de um homem jovem com a obrigação de cuidar dos pais, se via agora sem perspectivas futuras de conquistar algo com a força de seu trabalho. Assim, a busca da reparação da injustiça causada pelo seu ex-patrão, Antonio Joaquim, não pagando os direitos que lhe caberia, era no mínimo um caminho que amenizasse a situação difícil em que o mesmo se encontrava naquele instante, ou seja, a justiça era o caminho que

amenizava a sua situação perante um futuro incerto diante de sua condição física e a precariedade previdenciária que amparava os trabalhadores incapazes para o trabalho, pois agora Sebastião considerado incapaz - ao menos para a justiça - tinha que cuidar de seu pai, também incapaz.

Sobre a possibilidade de um trabalhador se encontrar em tal condição, o agricultor, Severino Nunes⁸⁹ nos afirmou que “(...) se o dono do serviço tivesse pena, fosse uma pessoa boa dava uma ajudazinha e se não tivesse passava fome, era pra morrer”.

Diante da situação financeira e do desconhecimento dos direitos trabalhistas, o agricultor ver os seus direitos como uma boa ação condicionada á conduta do patrão, bom ou ruim, necessitando ter “pena” do trabalhador, pois do contrário penava até a morte.

Certamente toda essa condição o influenciou o bastante para que o mesmo, após dois meses de espera por um acordo que não aconteceu, buscasse na justiça os direitos que naquele instante de recuperação pudesse amenizar suas dificuldades e buscar um novo caminho, a começar pela saída da terra e da casa do ex patrão.

2.4 União e solidariedade: interesses em jogo

Analisando cuidadosamente os autos do processo e seu tramite de um órgão para outro, qual seja, juiz, promotoria, juiz, comissário de polícia e posteriormente juiz para conclusão do processo, constata-se que no mesmo dia, 8 de março de 1956, o trabalhador acidentado Sebastião Matias Pereira prestou sua denúncia e no mesmo dia o Juiz de direito daquela Comarca determinou ao Comissário de polícia local que fosse instaurado inquérito e fossem ouvidas as testemunhas e neste mesmo dia tal determinação foi cumprida pela comissário local.

Quando da inquirição das testemunhas, três delas eram residentes na mesma comunidade, trabalhavam para o mesmo empregador e operavam máquinas iguais a da vítima. A quarta testemunha trata-se de um enfermeiro do posto do DNOCS instalado na Vila de Boqueirão quando das obras do Açude Epitácio Pessoa, que atendeu o acidentado momentos

⁸⁹ Severino Nunes, 86 anos, agricultor, aposentado, entrevistado no dia 15 de Janeiro de 2015 na cidade de Caturité, PB

depois do acidente, este profissional da saúde foi buscado em casa pelo empregador acima citado e deslocou-se até a comunidade de Serraria onde medicou a vítima Sebastião Matias.

A presença das testemunhas no processo tem um peso importantíssimo para além das linhas, pois revela as relações sociais existentes entre os trabalhadores e entre os patrões.

A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos de crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim os pequenos atos cotidianos das populações do passado. (BACELLAR, 2005, p, 37)

Essas relações de sociabilidade e interesses entre as partes, ao que parece nos autos, é que as duas primeiras testemunhas do processo acompanhavam o acidentado desde a realização da denúncia e acabaram servindo de testemunhas não por acaso, mas sim como uma estratégia de fortalecer a defesa do trabalhador que passava por situação difícil. Há, nesse sentido, uma solidariedade entre os trabalhadores que eram vizinhos, trabalhavam juntos e conheciam a situação que passava a vítima da máquina, se unindo em favor do companheiro de trabalho; ambas as testemunhas afirmaram que conheciam e trabalharam com Sebastião e viram o momento do acidente.

Historicamente, é comum ver casos de solidariedade entre trabalhadores de segmentos diferentes, mas que se ajudavam para a busca da liberdade, da conquista de direitos e do fortalecimento da classe. Assim é do nosso conhecimento o exemplo da formação da classe operária inglesa (THOMPSON, 2012). A organização da classe durante o Império e República, no Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive com o apoio de tipógrafos a escravos em fuga, entre outros casos. (MATTOS, 2009), (FAUSTO).

Neste cenário de solidariedade por parte de uns, percebe-se ainda a postura contrária no relato das duas últimas testemunhas, não ficando clara a data em que estes foram inquiridas, no entanto fica claro que ambos tecem comentários em desfavor do trabalhador acidentado,

(...) quando chegou no lugar acima citado, encontrou Sebastião Matias com os dedos da mão esquerda apartados ficando apenas a falangeta do dedo polegar; que ele o depoente notou a vítima visivelmente alcoolizado de tal forma que ele o depoente disse que não foi preciso aplicar anestesia na vítima porque ele afirmava que não havia nenhuma necessidade pois não estava sentido dores de espécie alguma. (3ª testemunha - Antonio Xavier dos Santos)

O relato do enfermeiro Antonio Xavier dos Santos, transcrito pelo escrivão, se apresenta como um relato favorável ao empregador, tendo em vista que se percebe de forma nítida que havia certa aproximação entre o enfermeiro residente na vila de Boqueirão e o

patrão, Antonio Joaquim, pois quando do acidente o enfermeiro foi buscado e levado as pressas até Serraria, local do acidente, para atender ao trabalhador. Ele relata a consequência do acidente, mas enfatiza o nível de embriaguês do trabalhador, pondo em dúvida a responsabilidade do trabalhador no seu posto de trabalho, ou seja, de forma sutil o enfermeiro cumpre um favor ao patrão, ao tempo que responsabiliza o próprio trabalhador pelo acidente.

Na mesma linha segue o relato da 4ª testemunha, Miguel Francisco do Espírito Santo, que também era trabalhador de máquina desfibriladora de agave na propriedade de Antonio Joaquim Barbosa, afirmando,

(...) que antes da ocorrência, no referido serviço notou Sebastião Matias um pouco embriagado. Disse que antes desse acontecimento presenciou Sebastião Matias chegar no serviço em que trabalhava diversas vezes embriagado.

A testemunha também relata que momentos depois de ver a vítima alcoolizada o avistou acidentado, mas imediatamente o

Sr. Antonio Barbosa mandou buscar o enfermeiro do DNOCS em Cornoió, Antonio Xavier dos Santos que prontamente medicou a vítima. (...) o depoente sabe que o Sr. Antonio Barbosa gastou com Sebastião Matias a quantia de oito mil cruzeiros.

Percebe-se claramente que os depoimentos da 3ª e 4ª testemunha estão articulados e previamente acordados no sentido de tirar a responsabilidade do patrão e colocar sobre os ombros do trabalhador, oferecendo relatos de uma possível embriaguez no momento do acidente e em outros momentos por parte da vítima. Nesta mesma direção ambos afirmaram que o patrão não mediu esforços para prestar socorro à vítima e gastou altos valores para a medicação do trabalhador.

Assim se constrói a defesa do trabalhador e do empregador, obviamente que o empregador tem uma participação e interesse efetivo na sua defesa, pois sabe que a lei dos acidentes de trabalho Decreto Lei 7.036/1944 em que se fundamenta o pedido do representante do Ministério Público, não lhe restará outra saída a não ser buscar um acordo com a vítima do acidente e desembolsar certa quantia para liquidação dos direitos do trabalhador.

Antes de adentrarmos na decisão final do processo, há de se considerar que os próprios trabalhadores se dividem em dois lados, apoiando o trabalhador vitimado pela máquina e o patrão. Ocorre, porém, que dos três trabalhadores inquiridos no processo, dois se mantêm ao lado do trabalhador e um deles se coloca ao lado do patrão, certamente por trás de cada postura há o medo de enfrentar o patrão, perder o emprego e desconsiderar os favores por ele

prestados, mas também há o desejo de denunciar as condições de trabalho e a forma como o trabalhador é tratado após um acidente. Neste caso, a condição de Sebastião Matias é um exemplo que nenhum deles está imune, e o que separa a condição um do outro é um acidente que deixaria aquele trabalhador para sempre em condição inferior aos demais para trabalhar e conquistar o próprio pão. Assim há uma união e solidariedade em prol de um companheiro de trabalho, mas também em prol de uma bandeira de luta por direitos, bem como um enfrentamento ao patrão, e antes de pensar em perseguições eles percebem que o que acontecia com Sebastião Matias naquele instante podia acontecer com qualquer um deles.

Caso de semelhante solidariedade se ver quando da análise do caso de da operária campinense Maria Miná da Silva⁹⁰ em 1932. A mesma era operária da fábrica de tecidos de estopa, pertencente à firma Marques de Almeida & Cia. No dia 16 do corrente, às 15 horas, provavelmente a referida operária, quando trabalhava em uma máquina daquela fábrica, foi vítima de um acidente, que resultou em diversas escoriações no couro cabeludo, seus colegas ainda correram com um canivete para cortar seu cabelo, mas não evitaram o fato de Maria Miná ter fica toda ensanguentada⁹¹.

A despeito do caso de Miná se percebe que na justiça acontece algo semelhante ao processo que analisamos anteriormente. Segundo MATIAS (2009, p, 126), pode-se observar que houve vários depoimentos a favor da operária mesmo correndo o risco de perderem seus empregos, testemunhando a favor da operária, o que demonstra uma rede subterrânea de solidariedade⁹².

2.5 Por um direito ao futuro

A lei que fundamenta o pedido do Ministério Público para que as partes cheguem a um acordo, e o trabalhador, vítima da máquina desfibriladora tenha seus direitos liquidados é o Decreto Lei 7.036 de 10 de Novembro de 1944, instituído pelo presidente Getúlio Vargas dentro do pacote de leis trabalhistas implantados em sua gestão.

⁹⁰ Auto de Reclamação: Acidente de Trabalho. Reclamante: Sindicato Geral dos Trabalhadores em favor de Maria Miná da Silva Reclamado: Marques de Almeida & Cia., 1932. Solução: Procedente.

⁹¹ Para uma análise melhor deste caso envolvendo a operária Maria Miná é valido a leitura do trabalho CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens**. Campina Grande: EDUFCG, 2009.p.104-131; e a dissertação de MATIAS, Allison Luna. **Voices dissonantes do “progresso”: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930-1965)**. Campina Grande, 2013.

⁹² O ato de testemunhar a favor de uma colega de trabalho era uma decisão muito difícil de ser tomada, pois colocava o operário em oposição ao seu empregador. Ver CORREA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964)**. São LTR: 2011.

Alguns pontos da lei nos levam a concluir que o trabalhador acidentado foi orientado por algum conhecedor de direito uma vez que o mesmo era analfabeto e ele procurou a justiça justamente após dois meses do acidente, em conformidade como Art. 52 da referida lei,

A liquidação das obrigações decorrentes de acidente do trabalho, salvo no caso de haver processo judicial, deverá ser feita por meio de acordo particular, realizado entre o empregado ou seus beneficiários e o empregador, reduzido a escrito segundo o modelo oficial, e far-se-á sempre dentro dos sessenta (60) dias que se seguirem à morte do acidentado, à sua cura ou à verificação de uma incapacidade permanente.

O acordo particular a que se refere o artigo acima citado demonstra o espírito de conciliação de classe proposto por Getúlio Vargas evitando assim confrontos diretos na justiça que certamente seriam mais desgastantes, mas teoricamente mais justo para o trabalhador e mais caro para o empregador.

No caso de Sebastião Matias, o acidente acontece no dia 7 de janeiro e ele procura a justiça dia 8 de março, ou seja, no dia posterior que o prazo de dois meses para um acordo particular se vence, a vítima procurou a justiça. Tal atitude do trabalhador demonstra que mesmo sendo iletrado tomou conhecimento dos seus direitos e não pensou duas vezes em reclamá-lo na justiça, sabendo ainda que o seu patrão já havia infringido a lei dos acidentes de trabalho no que toca a não comunicação do acidente ao órgão competente, como dispõe o Art. 46 da mesma lei, “Tendo conhecimento do acidente, o empregador o anotará no registro de que trata o art. 10 e, dentro de 24 horas, enviará do sucedido comunicação escrita à autoridade judiciária competente”.

Diante destas constatações, percebemos que a presença dos seus companheiros na justiça, enquanto testemunhas não aconteceu sem um planejamento prévio, haja vista que, além da distância percorrida entre o local de morada e a sede da justiça (Cabaceiras) é considerável, assim, entendemos o planejamento orientado vislumbrava o alcance e interesse da justiça pela causa em disputa. Entretanto, nem sempre a justiça funciona ao tempo da necessidade, nesse sentido, a morosidade e o espaço para o contraditório no processo permitiu ao ao promover testemunhas em desfavor do trabalhador, este por sua vez acabou fazendo acordo diante da autoridade judicial de acordo com os parâmetro da lei, especificamente o § 2º do Art. 17 da lei dos acidentes de trabalho que afirma o seguinte,

Quando do acidente resultar uma incapacidade total e permanente, a indenização devida ao acidentado corresponderá a uma quantia igual à quatro (4) anos de diária, calculada esta segundo o prescrito no parágrafo único do artigo 19.

Nesse sentido, consta nos autos uma determinação por parte do Juiz da questão que acordo de indenização ao trabalhador fosse feito baseado na lei cima citada e considerando a condição presente e futura do trabalhador como “a perda total da mão esquerda do acidentado, a sua idade, salário, e profissão”, aplicando ao patrão uma indenização de CR\$ 17.682,20, Dezesete mil, seiscentos e oitenta e dois cruzeiros e vinte centavos, que não acompanha perfeitamente o que disporia a lei que no caso da vítima deveria ser “igual a 4 anos de diária”, mas como se trata de um acordo, entende-se que foi um valor acordado entre ambos.

Concluimos então, que a busca da justiça por parte de Sebastião Matias se fundamenta principalmente nos deveres descumpridos pelo patrão, que mesmo na situação precária que se encontrava não se calou diante das vontades e regras do proprietário patrões, sabendo que poderia lograr êxito, foi em busca de seus direitos e, como percebemos, mesmo diante de alguns empecilhos logrou êxito, que reverberou uma postura de coragem e afronta ao patrão que certamente serviu de exemplo a outros trabalhadores que com ele trabalhavam e agora sabiam o caminho da justiça caso precisassem.

Seguindo esse raciocínio é importante ainda destacar a importância das leis trabalhistas neste contexto, pois mesmo analfabeto o agricultor teve acesso aos direitos e o empregador teve contra sua vontade a imputação de uma indenização altíssima e desfavorável, tornando-o ainda mais contrário às leis trabalhistas.

Concluimos então que, assim como o senhor Joaquim Barbosa, muitos patrões eram alinhados ao poder local, não entendendo, nem se esforçavam para compreender o sentido profundo da legislação trabalhista como instrumento de apaziguamento dos embates de classe, preferindo omitir os problemas que envolvessem os trabalhadores e o acionamento da justiça, findando por ter que arcar financeiramente com os direitos não assistidos outrora.

2.6 O caso do Pedreiro

No arquivo onde realizamos parte de nossa pesquisa não foi possível encontrar muitos processos de reparação de direitos trabalhistas, principalmente envolvendo acidentes de trabalho, Tal escassez se justifica em parte pelo objetivo da Lei de Acidentes de Trabalho nº 7.036 de 10 de Novembro de 1944, que à época fundamentava os casos de acidente de trabalho buscando antes de tudo um acordo amigável entre as partes, e só em último caso houvesse a busca da justiça. A falta de processos se justiça ainda pelo uso de estratégias -

ameaças, pagamento mínimos semanais, segurando o trabalhador, evitando que este procurasse seus direitos na justiça.

Em seu livro “Os trabalhadores e a cidade”, especificamente no terceiro capítulo intitulado, *Exploração social, resistência de classe e condições de vida em Juiz de Fora na virada do século*, Luís Eduardo Oliveira faz uma análise acerca dos casos reduzidos de acidente de trabalho que chegam à imprensa e à justiça na cidade de Juiz de Fora, MG, nos primeiros anos da República, quando da formação da classe operária juizforense. Segundo ele, muitos casos não eram de conhecimento público devido a acordos entre trabalhadores e patrões, tendo em vista que por vezes estes acidentes eram tidos como fruto do descuido e irresponsabilidade dos trabalhadores, fatalidade do destino ou ainda obra do diabo, isentando assim a responsabilidade do patrão. (OLIVEIRA, 2010, p. 240)

Pois bem, o caso do pedreiro e carpinteiro Abdias Pereira, 58 anos, casado, residente na Vila de Caturité revela que mesmo após um longo período posterior ao acidente e sem a realização de acordos entre as partes, como propõe a lei aqui discutida, a justiça foi buscada mesmo que tardiamente.

O acidente teria acontecido com o no dia 6 de abril de 1955, quando o mesmo estava realizando uma construção na fazenda do senhor José Moscôso e no final da tarde, conforme depoimento do acidentado nos autos do processo, o mesmo desequilibrou-se e caiu de uma “altura de quatro (4) metros”, tendo ficado “aleijado do braço esquerdo”

No depoimento, o trabalhador mesmo recebendo do seu patrão uma quantia semanal de “cem cruzeiros (CR\$ 100,00)”, não se sentia satisfeito com o desfecho do caso tendo em vista que já tinha trabalhado “setenta e seis (76) dias antes de ser acidentado” e sua diária era de “quarenta cruzeiros (CR\$ 40,00) diários”, o que neste caso estava causando prejuízos para si e para a família.

Diferente do caso que analisamos acima do trabalhador que perdeu parte da mão na máquina de agave, aqui o trabalhador só busca seus direitos no mês de junho de 1956, isto é, mais de um ano pós-acidente. Mas neste caso o acidentado não busca a justiça comum, mas vai buscar apoio no Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho, onde o mesmo foi bem acolhido⁹³ e encontrou razão a seu favor.

⁹³ Ofício nº 2782 da delegacia regional do Trabalho - O acidentado Abdias Pereira fez o exame pericial no Instituto de Polícia Técnica do Governo da Paraíba no dia 20/06/1956 a requerimento do Delegado Regional do Trabalho na Paraíba o senhor João Pires, que conforme consta nos autos, no dia 26/06/1956 remeteu o ofício nº 2782 acompanhado do laudo de exame médico ao Juiz Curador de Acidentes em Cabaceiras - PB

No laudo da perícia feita no pedreiro a pedido do representante do Ministério do Trabalho foi verificado que o trabalhador tinha perdido “90% nos movimentos de extensão, flexão, pronação e supinação da mencionada articulação [cotovelo]”. Tal perda, segundo consta na intervenção do representante do Ministério Público, o Adjunto do Promotor Público José Nunes Filho, teria resultado em uma “incapacidade parcial e permanente para o trabalho”

Vejamos que o processo tem seu início no Ministério do Trabalho e volta pra justiça comum, onde a documentação advinda subscrita pelo representante do Ministério do Trabalho fortalece o interesse do trabalhador em questão. Tanto é que na primeira audiência de conciliação designada pelo Juiz da questão, o Dr. Rivaldo Silvério da Fonseca, as partes chegaram a um acordo onde a parte acusada, o senhor José Moscôso, resolve solucionar amigavelmente o acidente conforme a Lei dos acidentes de trabalho, que após cálculo financeiro realizado pelo juiz teve que pagar ao pedreiro a quantia de “Doze mil, seiscentos e noventa e quatro cruzeiros (CR\$ 12, 694,00), acrescida da taxa de 1,5% das custas processuais”

Neste processo não há a participação das autoridades policiais da localidade, nem tampouco de advogado ou testemunhas, o processo se desenrola e tem sua conclusão no dia 29 de outubro de 1956, pouco mais de quatro meses após a denúncia à Delegacia Regional do Trabalho, não constando nos autos resistência alguma por parte do patrão para pagar tal indenização ao pedreiro acidentado.

Mesmo encontrando poucos processos de acidentes de trabalho, percebemos que os patrões resistiam ao máximo em cumprir a legislação da época, certamente acreditando que dificilmente algum trabalhador lhe denunciaria na justiça, mas quando estes estão frente à justiça não há muito o que fazer e acabam tendo que arcar com as consequências e responsabilidades de há muito omitidas. O resultado dos processos pode até parecer ser um prejuízo ao patrão, no entanto se considerarmos que outros tanto casos envolvendo trabalhadores não chegavam a justiça por medo, desinformação ou falta de condições financeiras, os patrões na verdade saíam no lucro e por isso não titubeavam em descumprir as leis trabalhistas, uma vez que as fiscalizações praticamente inexistiam, fortalecendo ainda mais o seu domínio sobre os trabalhadores, restando em último caso aos trabalho buscar a justiça.

2.7 Violência e coerção em busca do poder nas eleições de 1950

Saindo um pouco do espaço da justiça, caminhemos um pouco para o espaço político para entender a relação dos políticos e cabos eleitorais com os cidadãos nas eleições de 1950, tentando entender como se dava a conduta política para se manter no poder, desrespeitando direitos e usando de muita violência contra alguns trabalhadores.

A partir de 1932 os novos princípios eleitorais atingem diretamente o coronelismo, embora a República velha tenha se esforçado para acobertar a crise. Mas a vitalização do município e o estabelecimento de contatos diretos entre a união, aliado a ampliação das garantias da magistratura e do ministério público contribuíram para o enfraquecimento do coronelismo. No entanto o aparelho policial resistiu com mais ênfase às mudanças que implicavam no comprometimento de sua participação neste sistema. Assim, o sistema político não caiu de vez, ao contrario, permanece vivo, com outra roupagem, mas com as mesmas praticas. (LEAL, 1997, p, 285).

Nessa mesma direção sobre as rupturas eleitorais no Seridó Potiguar, Cicero Neto (2007, p,10) afirma que “há a mudança do elemento central da mobilização e recrutamento político no interior, ao transferir do coronel para o cabo eleitoral a função de domínio e controle do processo eleitoral por intermédio de metodos escusos.”

Ainda segundo NETO (2011), esse processo acontece por intermédio do uso da violência política na tentativa de afastar das urnas o grupo político adversário, impedindo-o de votar, pois o método mais simples, a fraude eleitoral, já não representava a via mais fácil devido a presença da fiscalização em certa medida mais intensa, daí a coerção política com uso da violência se tornar mais presente.

Diante deste quadro de mudanças pós 30, analisaremos um processo criminal eleitoral⁹⁴ ocorrido no distrito de Caturité pertencente à comarca de Cabaceiras no dia das eleições de 1950, especificamente no dia 3 de outubro onde o desenrolar dos fatos demonstra a luta pela permanência no poder a todo custo e com todas as armas necessárias para coagir e deixar o “terreno limpo” para a prática de atos violentos visando tão somente o poder e interesses pessoais, inclusive para isso se utilizando de cargo público.

⁹⁴ Ação criminal eleitoral nº 245/1950, pesquisada no setor de processos civil no arquivo da Comarca de cabaceiras. O processo tem como réus os senhores Genésio Nunes Queiroga e João Batista de Queiroz, denunciados pelo PSB por terem cometido atos violentos e coercitivos impedindo de eleitores manifestarem seu direito ao voto no dia 3 de outubro de 1950.

Na Paraíba, pós 30, especificamente em 45, as oligarquias locais se readaptam a uma nova realidade social e demonstram claramente que quando seus interesses convergem, unem-se na tentativa de assegurar o poder. Desta vez, as forças oligárquicas se concentram em torno da (U.D.N) União Democrática Nacional e no (P.S.D) Partido Social Democrata. Esses partidos tornaram-se no Estado as principais agremiações políticas.(GURJÃO, 1994)

Domingo, 3 de outubro de 1950. Em todo país acontecem as eleições gerais para escolha de deputados estaduais, federais, senadores, governadores e vice governadores, Presidentes e vice presidentes. Em nível Nacional as eleições de 1950 revelaram uma democracia que ainda caminhava em passos muito tímidos. Entre 1930 e 1945, a ação populista de Getúlio Vargas havia feito com que os partidos políticos, sindicatos e a renovação das lideranças políticas se enfraquecessem. Nesse espaço, Vargas consolida a imagem de um líder carismático e defensor dos interesses populares e encontra o cenário ideal para que retornasse ao posto do qual havia sido deposto; abraçando a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Vargas saiu em campanha com apoio de lideranças populares e sindicais e venceu a eleição com 48% dos votos válidos. Eduardo Gomes obteve 29% dos votos e Cristiano Machado ficou com pouco mais de 20%⁹⁵.

Na Paraíba a campanha para governador e senador foi considerada uma das campanhas mais radicais da história com um acirramento que descambou para a violência. Tal disputa dividiu o estado em dois blocos distintos, de um lado se encontrava José Américo e Ruy Carneiro, e do outro, Argemiro de Figueirêdo e José Pereira Lira, respectivamente candidato a governo e senado. Além dos diversos nomes que disputavam cargos de Deputado estadual e federal, a população também se manifestava nos comícios e passeatas ao longo de todo o período.

Conforme Jivago Correia Barbosa (2009, p,7), o acirramento eleitoral também resultante da política de aliança nacional, “tornou o pleito de 1950 profundamente desagregador, o clima de guerra foi se propagando aos poucos nos comícios. Embora os conflitos tenham sido de proporções alarmantes em todo o Estado, o maior confronto se deu em Campina Grande, mais precisamente na Praça da Bandeira, no domingo, dia 09 de julho de 1950”.

De acordo com Camargo (1984, apud BARBOSA, 2009, p,5)

⁹⁵ SOUSA, Rainer Gonçalves. "Eleições de 1950"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/eleicoes-1950.htm>>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

Alguém impediu que o grupo da passeata tivesse acesso ao palanque, inclusive policiais impediram esse acesso. A proibição gerou discussão, conflitos, troca de tapa, tiro, e saíram todos aqueles ferimentos e mortes.

O saldo da tragédia foram nada mais nada menos que onze pessoas atingidas, uma em estado grave e duas mortas. Os ânimos se acirraram ainda mais e nesse contexto José Américo foi aos poucos se tornando o grande nome da campanha. Inclusive uma das vítimas deste acirramento foi o vereador e advogado Felix Araújo, natural de Cabaceiras.

Na vila de Caturité a temperatura política também estava elevada, e no dia da eleição os cabos eleitorais da coligação democrática Paraibana encabeçada pela UDN de Argemiro de Figueredo e liderado pelo candidato a deputado estadual Ernesto Heráclito do Rego não mediram esforços para coagir eleitores e cabos eleitorais do grupo opositor que tinha José Américo como candidato a governador.

De acordo com Vítor Nunes Leal (1997, p, 280) “A precariedade das garantias da magistratura e do ministério público (ou sua ausência) e a livre disponibilidade do aparelho policial sempre desempenharam a este respeito saliente papel, de manifesta influência no falseamento do voto (...)”. Em outro momento, o autor afirma “que não é possível apagar completamente as rivalidades locais (...) Daí a crônica truculência da facção local governista, acompanhada muitas vezes de represálias” (LEAL, 1997, p, 281).

A constatação presente na obra clássica de Leal, confirma as práticas de coesão e violência que o grupo governista lançava mão no interior do Estado, utilizando a força policial e colocando esta no rastro dos opositores.

Em Caturité, a votação ocorria em dois locais⁹⁶, em cada local uma urna, neste caso as urnas eram instaladas no Grupo escolar e na Igreja Católica. Nesta eleição estavam em Caturité as urnas nº 519 e a nº 520, respectivamente as seções 11º e 12º. Conforme o adjunto do promotor, Pedro Advincula Falção, também representante do ministério público,

No dia 3 de outubro, (...) achava-se na vila de Caturité, antiga Conceição, desta 21ª zona eleitoral, com sede neste município, o citado denunciado João Batista de Queiroz que em companhia de Genésio Nunes Queiroga, sub-delegado daquele distrito, promoveram toda sorte de arbitrariedades no intuito do Partido União Democrática Nacional [UDN], obter maioria de votos. Para isso usaram de meios não recomendáveis, como sejam intimidando eleitores, rasgando cédulas, isso fazia em companhia de capangas que ali se achavam para esse fim. Por este motivo houve grande abstenção no eleitorado das eleições naquele distrito. (fls. 2).

⁹⁶ Folha 31 da Ação criminal eleitoral nº 245/1950, onde consta Certidão advinda do Tribunal Eleitoral da Paraíba datada de 15 de março de 1951, tratando dos votos e abstenções das referidas urnas.

As palavras do Promotor já denotam o clima de medo instalado naquele dia 03 de outubro em Caturité e certamente em outras localidades onde havia urnas. Chama a atenção para o envolvimento da força de segurança, neste caso o Sub-delegado Genésio Nunes que deveria trabalhar em prol da ordem, naquele dia promoveu o terror fazendo uso do seu cargo, de onde se esperava justamente o contrário, mas o esperado para o grupo a qual lhe indicara para tal cargo. Ora, quem poderia enfrentar a polícia e vários capangas armados se passando de “fiscais externos”? Pois bem, mais adiante o promotor revela as astúcias que os acusados fizeram com as vítimas.

O chofer José Ramiro foi coagido a conduzir eleitores da UDN já estando contratado para conduzir eleitores da Coligação democrática Paraíba. Para Maior cumulo foi o cidadão João Adão funcionário da prefeitura de Cabaceiras a pretexto de está traindo o partido, ameaçado vendo-se na contingência de afastar-se da vila, o senhor Antonio Monteiro foi espancado para não exercer o direito de voto nem exercer influencia no eleitorado (...) tais fatos provocaram pânico e insegurança no dia das eleições em Caturité, desta forma, vemos que se trata de coação generalizada e que o direito do voto não foi respeitado naquela vila. (fls. 2-3).

Por mais que os acusados contraditem as acusações, nos autos é perceptível as ligações políticas e o interesse em manipular e instalar o clima de medo no dia da eleição. Segundo o testemunho de Manuel Herculano Nascimento (folha 34), o mesmo tinha ouvido que

O senhor Antonio Monteiro havia sido agredido pelo acusado João Batista de Queiroz, o qual teria levado o agredido para o muro do quintal da residência do acusado Genésio Nunes de Queiroga, e aí revistaram a Antonio Monteiro e rasgaram várias cédulas que o mesmo conduzia, sendo afinal a vítima conduzida para a fazenda de João Queiroga; que diante dessa agressão e intimidação, o Sr. Antonio Monteiro só voltou a Caturité, à noite, depois de encerrada a votação, não tendo podido votar.

João Queiroga, o mesmo senhor proprietário de terras e produtor, comprador e dono de uma descaroadadeira de algodão, apresenta sua faceta coronelista e autoritária, pois sua fazenda e lugar de morada é utilizado como cárcere improvisado para prender eleitores opositores, tudo isso alinhado às ordens e comando do subdelegado Genésio Nunes. Este último também envolvido diretamente na coerção ao motorista José Ramiro, pois segundo testemunho de Manuel Herculano, na noite anterior à eleição, Genésio e outros homens foram até a casa de Ramiro que ficava no Relva, distrito de Boqueirão, para levar eleitores da UDN, este se negando a topar tal acordo pois já tinha fechado contrato com o grupo opositor, de pronto é ameaçado por um dos capangas que acompanhavam Genésio, “um dos indivíduos que acompanhavam Genésio, então declarou que José Ramiro iria de qualquer modo, pois do contrário teria que resolver com dois homens que ali se encontravam para este fim” (fls. 33/34)

O tom de ameaça não é nada agradável e diante de tais ameaças será que restava outra saída a Ramiro? Certamente não. A denúncia que origina este processo é feita pelo partido perdedor das eleições de 1950, o PSB, e que certamente com o resultado desfavorável busca entender os fatos que supostamente teriam causado sua derrota, daí os desmandos arbitrados pelos correligionários da UDN e pelo comissário de Polícia local representarem os motivos pelos quais os candidatos da UDN saíram vitoriosos naquela eleição no município de Cabaceiras.

Sobre a intimidação causada ao funcionário público João Adão, vale salientar que depreende-se no depoimento de Ernesto Heráclito que João era seu correligionário e para provar tal ligação, Ernesto apresenta uma carta lhe enviada por João Adão dias antes, se constituindo em cabo eleitoral no processo de alistamento para eleições, desta feita Ernesto alegou apenas que, na véspera da eleição mandou entregar a ele um pacote de chapas dobradas. (folha 41)

Entendemos então que João Adão era cabo eleitoral de Ernesto e também da UDN e por algum motivo, no dia da eleição estava ausente na vila, portanto omissos às suas tarefas eleitorais anteriormente acordadas com o chefe político, Ernesto Heráclito, ao que os capangas foram lhe procurar e este não achava-se em casa e no local onde se encontrava, próximo a Bodocongó, (Barra de Santana) não dava tempo de chegar a Caturité, pois seu deslocamento se dava em uma velha bicicleta.

Certamente, por algum motivo ou insatisfação, João Adão estava ausente do pleito e encontrava-se visitando amigos na redondeza, onde outrora passara para pedir. É bem provável que Adão tenha mudado de lado político as vésperas da eleição, pois quando os capangas dão conta da ausência no dia da eleição, vão a sua procura e quando o encontraram o fizeram voltar para casa e sequer ir votar. Tal fato talvez explique o porquê do partido opositor à UDN ter citado tal acontecimento na denúncia à justiça eleitoral que gerou este processo.

Para além disso, o que se percebe é que o motorista José Ramiro, Antonio Monteiro e João Adão eram homens populares que lidavam diretamente com a população mais pobre daquele distrito e por isso foram frontalmente coagidos.

Nesta eleição Ernesto Heráclito do Rego (UDN), foi eleito deputado estadual, com a maior votação em Cabaceiras, 2,975 votos, por sua vez, Argemiro de Figueredo, candidato a governador pela UDN foi o mais votado em Cabaceiras com 2,988 votos, equivalendo a

62,47% dos votos contra 1,795 votos (37,53%) de José Américo de Almeida, no entanto o ultimo viria a vencer as eleições em todo o estado, tomando posse em 1951⁹⁷.

Ainda neste processo, Argemiro de Figueredo, então candidato derrotado se constitui advogado de Genésio e de João Batista, este ultimo chega afirmar em depoimento que todo o processo é fruto da perseguição política e pessoal do Promotor Pedro Advincula.

Por fim o processo chega ao seu curso final em 12 de Junho de 1951, quando os juízes do TRE votam pelo indeferimento do processo, no entanto, é preciso retomar o entendimento que não temos a exatidão da dimensão que tal desordem causou sobre aquela eleição. Os dados do TRE demonstram que mesmo com tamanho descalabro, os cidadãos foram às urnas, se contrário ou favor à forma açodada com que UDN e seus capangas agiram são sabemos, mas de acordo com os dados do processo o número de abstenção foi de apenas 17% ou seja, dos 521 eleitores aptos a votar, 432 votaram, isto é, uma presença de 83% do eleitorado.

Talvez o trecho abaixo melhor explique e conclua esta pequena e singela analise sobre a forma como os cidadãos mais humildes eram destratados, usados e obrigados a servir de plataforma dos poderosos.

1º - O sub-delegado de policia daquele distrito, Genésio Nunes de Queiroga, acompanhado de capangas armados tomando títulos, resgando cédulas de votação e espancando os eleitores, que eram obrigados a votar com cédulas diferentes. 2º O fato mais grave no dia das eleições foi o espancamento cidadão Antonio monteiro, agricultor, (...) que agredido em plena rua de Vila de Caturité pelo sr. João batista de Queiroz, que esbofeteou o mencionado eleitor, depois de rasgar suas chapas, tudo com o pleno conhecimento e cumpricidade do dito sub delegado de policia; 3º A agressão aludida foi perpetrada com o auxílio do individuo Antonio Freire, criminoso de morte.⁹⁸ (fls. 5/6)

O trecho do documento por si só esclarece e joga luz no ambiente pesado do dia das eleições, de fato a coação foi enorme, não apenas para impedir que eleitores viessem votar, mas principalmente fazer com que os prováveis opositores votassem a favor da chapa udenista e assim se construiu a eleição de Ernesto Heráclito do Rego para deputado estadual com 3.318 votos, ocupando o 2º lugar em votação numa bancada de 15 deputados, exercendo o mandato de 1951 a 1955⁹⁹.

⁹⁷ TRE-PB, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. **Histórico do Município Cabaceiras**; Resultado de Eleições. Disponível em < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes> >. Acesso em 30 de novembro de 2015

⁹⁸ Relato contido no recurso de decisão de junta apuradora (folhas 5 e 6)

⁹⁹ Anteriormente já havia sido prefeito do município de Cabaceiras no período 1947/50, a após o mandato de deputado foi novamente eleito prefeito de Cabaceiras para o período de 1955 a 1959 e posteriormente conseguiu ser prefeito de Boqueirão quando o distrito foi transformado em município, em três ocasiões: de 1963 a 1969; de 1973 a 1977; e, de 1983 a 1988.

O objetivo em trazer aqui este processo eleitoral é no sentido de refletir sobre a vida política dos cidadãos mais humildes que mesmo diante de tamanhas dificuldades, exploração ainda eram violentados no direito de votação, se obrigando a votar em A ou B para permanecer com um emprego e não correr o risco de ser enxotado do emprego, da propriedade e muitas da comunidade em que morava.

CAPITULO III

SINDICATO E O ASSISTENCIALISMO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

Quando estudamos os trabalhadores e os mundos do trabalhadores seja em um estudo amplo ou restrito a alguns aspectos, sempre surge a necessidade de analisar a existência de uma organização de trabalhadores ou órgão representativo, seja ele oficial ou não, mas que represente ou apoie os trabalhadores. Neste caso investigaremos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão a partir das fontes orais, fichas sindicais, carteiras de mensalidades, fotografias, livro de tombo, entre outros achados, buscando entender qual a motivação para o surgimento do sindicato, como se dava a relação entre os trabalhadores e o sindicato, se havia reconhecimento ou desconfiança no órgão representativo, quais os objetivos da classe, o que atraía os trabalhadores ao sindicato, qual a relação com a igreja católica e com a política em meio à turbulência causada pela ditadura militar.

Analisando os depoimentos orais colhidos na fase da pesquisa caminhávamos na direção de obter respostas acerca dos aspectos ideológicos e de resistência do sindicato, no entanto tal interesse não foi fácil ser captado tendo em vista que não fica claro nos depoimentos dos colaboradores da pesquisa a existência de uma relação estreita entre trabalhador e sindicato no que toca à luta e a consciência de classe, foi aí que começamos a perceber que o STR de Boqueirão tinha na verdade uma característica bastante presente a época em vários órgãos sindicais: o assistencialismo.

Assim, as fontes nos fazem enxergar a face do STR até então desconhecida na nossa pesquisa. Daí em diante percebemos que os aspectos procurados (ideologia, luta, resistência e direitos) existiam, mas, em proporção menor (quantidade e significado) que as demais ações que o sindicato desenvolvia e que atraía os sócios, isto é, a assistencialista médica e odontológica, a distribuição de leite em pó, bolsa educacional, oferecimento da escola Mobral, distribuição de cestas básicas e os direitos trabalhistas, assim, constatamos ao longo da pesquisa que o assistencialismo é vivo e bastante presente desde a fundação até os dias atuais do Sindicato.

Deste modo, as fontes sempre temperadas com a marca do assistencialismo direcionaram a pesquisa para o um exame mais profundo nas relações do sindicato com os trabalhadores, com a igreja, com o poder público, com a justiça e com a política.

Para compreendermos melhor as ações sindicais misturadas aos feitos assistencialistas do STR de Boqueirão faz-se necessário entender que entre 1961 e 1964, durante o governo João Goulart, o Brasil vivia um contexto marcado pela crise financeira, política, institucional e partidária que resultou em um acirramento ideológico entre direita e esquerda, onde o capitalismo representado pelas forças de direita aliadas pelo militarismo de alta patente, o todo tempo confrontava-se com as forças populares representada em sua maioria pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) além de partidos políticos, entre eles o Partido Comunista, visto como ideologia a ser duramente combatida. (TOLEDO apud NUNES, 2010)

Em meio a esse processo de sufocamento, não restou a Jango outra saída, se não uma guinada, ou pelo menos uma identificação e defesa dos direitos e dos interesses da esquerda. Deste modo, as reformas de base, principalmente a agrária representou uma afronta aos setores mais conservadores somando ainda mais ingredientes a quadro de acirramento instalado e cada dia mais consolidado. Por outro, cresce também as mobilizações populares (sindical, camponês, estudantil), com o surgimento de Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais empenhados em defender a reforma agrária impulsionados pelas orientações do PCB e também do advogado e militante Francisco Julião, este especialmente no Nordeste.

Todo esse quadro desemboca no golpe de 1964, onde o presidente João Goulart é deposto pelas forças militares atendendo a um acordo firmado entre a força do capital internacional, através da burguesia industrial que via no governo e nos projetos de Jango um empecilho e afronta ao desenvolvimento e êxito financeiro das empresas multinacionais, bem não avistava nas reformas de Jango, solução para a crise que o país passava, além de que as reformas de base também representavam uma afronta a política de estabilização da economia¹⁰⁰, mas também significava perda de poder dos grandes latifundiários nacionais receosos em perder propriedades e mão de obra com a implantação da famigerada reforma agrária.

Na Paraíba o quadro não é diferente, governado por Pedro Gondim, o estado tenta se manter em uma posição equilibrada, tentando manter uma postura de defesa de direitos e defesas das classes populares uma vez que o populismo teria sido o responsável pelo mandato de Gondim a época, entretanto, após o golpe, os fatos ocorridos no Estado acabam demonstrando que o Governador preferiu manter seu mandato e sua liberdade a ser cassado e preso pelas forças militares. Gondim que antes desautorizava as forças militares reprimirem

¹⁰⁰ Conceito desenvolvido por Jacob Gorender no clássico “Combate nas trevas”. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas: A esquerda brasileira, das ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987.

os trabalhadores, agora fazia vista grossa quanto à violência praticada pelos capangas dos proprietários e reforçava a força policial onde havia tendência de descontrole popular. (NUNES, 2010, p, 289)

Nesse sentido, o Brasil passa por um período conturbado, marcado pela repressão às forças de esquerda representando um duro golpe aos anseios dos movimentos populares, em especial os sindicatos que sofreram perseguição e tiveram líderes depostos. A partir daí, tanto as instituições políticas como as sindicais perderam a estabilidade, de modo que muitos políticos tiveram mandatos cassados e foram perseguidos e muitos sindicatos fecharam as portas e tiveram direção substituída tendo que se alinhar aos interesses e à tutela do governo através do Ministério do Trabalho.

As lutas por direitos não estão presentes apenas na ordem do dia da década de 1960, mas fazem parte de um contexto de luta anterior a este quadro, onde cumprir a lei e os direitos estabelecidos nem sempre eram o forte do estado, pois havia uma grande distância entre a lei do papel e sua aplicação desde a instauração da CLT por Vargas em 1943. Assim, que se percebia era uma forte intenção e arbitrariedades da classe patronal aliado ao governo tentando sufocar e não cumprir os direitos dos trabalhadores. Ao longo dos quase vinte anos que perpassaram os dois governos Vargas, Dutra, JK, Jânio Quadros e João Goulart, os trabalhadores enfrentaram fortes tentativas de tutela no sentido de engessar a classe. (NEGRO; SILVA, 2010)

Assim, o rescaldo do golpe militar sobre os trabalhadores não é algo absolutamente novo tendo em vista que desde o governo Vargas, o trabalhismo tinha face amorosa de cuidar, valorizar e fortalecer a classe dos trabalhadores, mas acompanhado com a sutil obrigação de fundação de sindicatos e filiação dos trabalhadores, com o discurso de organizar a classe ao tempo que se buscava uma forma de controlar com maior facilidade os trabalhadores.

Historicamente no *front*, os trabalhadores já a partir da segunda metade do século XX, especificamente no ano de 1953, realizaram diversos movimentos, entre estes foram 800 greves, a maior delas com 300 mil trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicos e gráficos. Participação intensa do PCB e reivindicações que não eram apenas econômicas, mas também por liberdade sindical. No campo, os trabalhadores iniciaram seu processo de mobilização. Em 1955, surge a 1ª Liga Camponesa¹⁰¹,

¹⁰¹ O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco – SAPPP.

Os órgãos associativos que começam a surgir no Nordeste tinham como finalidade a assistência jurídica aos trabalhadores, uma espécie de autodefesa no caso de ameaças ou descumprimento de direitos dos trabalhadores. A longo prazo também se buscava a consciência dos trabalhadores por seus direitos.

Entre lutas, vitórias e derrotas os trabalhadores constroem um entendimento de que não dava mais para lutar sem a organização, uma vez que a política oligárquica e coronelista ficava cada vez mais distante e os trabalhadores se organizavam em busca de direitos. No entanto, no campo ainda existia o anseio daqueles que não haviam sido beneficiados pelos direitos trabalhistas adquiridos com a CLT (1943).

Antes mesmo da CLT, o sindicalismo rural brasileiro era regulado por lei especial que vigorou por meio do Decreto nº 979 de 1903. Efetivamente os direitos só chegam aos trabalhadores rurais em 1963, com a Lei 4.214/1963, denominada de Estatuto do Trabalhador Rural, que tratou dos direitos individuais, coletivos, processuais, previdenciários e fiscalização trabalhista no meio rural. A referida lei aproximou os direitos do trabalhador rural aos direitos do trabalhador urbano. Mas por outro lado, colocou o movimento sindical sob a tutela do Ministério do Trabalho, quando da criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), representantes oficiais dos proprietários e trabalhadores agrícolas, estendendo para o campo uma estrutura sindical corporativista e direitos trabalhistas.¹⁰²

Com o Estatuto do Trabalhador Rural, o trabalhador foi incluído na previdência social. Entretanto, somente em 1966 com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, e mais adiante em 1971, com a criação do Programa de Assistência Rural (PRORURAL), diretamente ligado do FUNRURAL, que os trabalhadores passaram a ter acesso a benefícios de aposentadoria e ações assistencialista nos serviços de saúde concedido aos trabalhadores rurais.¹⁰³

Já na Ditadura Militar, é instaurada a lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, denominada de Estatuto da Terra, que tratava da reforma agrária e o direito à posse da terra.

¹⁰² RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: Anais do VIII Simpósio Nacional Estado e Poder – PPGH/UFF. Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em 15 de maio 2016.

¹⁰³ PAIDA, Zenilda. Trabalhador Rural. Disponível no site Conteúdo Jurídico, no endereço: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,trabalhador-rural,36550.html>. Acesso em 15 de maio de 2016.

Entretanto, a luta dos trabalhadores não se limitava ao direito à terra, mas a outros direitos que acabaram motivando vários conflitos, principalmente na região Nordeste.

Com a legislação mais positiva a seu favor, há certo afastamento dos sindicatos rurais da luta pela redistribuição e direito à terra, ao tempo que caminham em busca de direitos trabalhistas, aceitando a distribuição da terra, mas lutando para que tenham os mesmos privilégios e benefícios dos trabalhadores urbanos. Assim, a organização das Ligas Camponesas e dos sindicatos Rurais representava um esforço maior no sentido de alcançar tais objetivos, para Furtado (1989, p.131), “as Ligas Camponesas são uma tentativa do trabalhador agrícola organizar-se e como tal não podem ser combatidas”.

Entretanto, como dito antes, com o golpe militar de 1964 há uma intensa e profunda repressão política sobre a classe trabalhadora.

As ocupações militares e as intervenções atingiram cerca de 2 mil entidades sindicais em todo o país. Suas direções foram cassadas, presas e exiladas. A desarticulação, repressão e controle do movimento foram acompanhados de uma nova política de arrocho de salários, da lei antigreve nº 4.330 e do fim do regime de estabilidade no emprego. A ditadura passou a se utilizar de práticas de tortura, assassinatos e censura, acabando com a liberdade de expressão, organização e manifestação política.¹⁰⁴

Conforme a citação, em meio a um contexto de crise política e ditadura militar, os movimentos sociais são cada vez mais sufocados e tachados de “comunistas”, que objetivavam tomar as terras dos fazendeiros, tal entendimento gera uma relação conflituosa que perdurou por longos anos.

Todo este contexto apresentado constrói um ambiente nada propício para luta por direitos, todavia, o governo cria formas de aproximar as forças sindicais para perto de si, de modo que a existência e ação dos sindicatos estão condicionadas ao controle e a fiscalização do governo, tornando-os vivos, mas sem vida, livres, mas presos ao governo passando inclusive a realizar ações assistenciais de responsabilidade do estado através de parcerias que aparentam uma relação de respeito e liberdade, mas na verdade o sindicato é utilizado como braço assistencial do estado, logo, este se reconhece enquanto defensor dos direitos dos trabalhadores, enquanto o estado efetivará com maior veemência sua política assistencialista e dominadora pelos mãos do próprio sindicato, construindo uma imagem positiva, mas

¹⁰⁴ História do Sindicalismo no Brasil. Texto de autoria do SINTET - Sindicato dos Trabalhadores Técnico - Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia. Publicado em março de 2011 no site <http://hid0141.blogspot.com.br/2011/03/historia-do-sindicalismo-no-brasil.html>

revelando-se coercitivo e dominante, ao tempo que o sindicato deixa de lado suas funções elementares envolvendo-se em um burocracia que afoga a luta da classe trabalhadora.

3.1 Formação do STR de Boqueirão

O movimento de sindicalização cresce muito rapidamente em Pernambuco e na Paraíba em meados dos anos 1950. Na Paraíba as ligas camponesas se destacaram com o núcleo de Sapé a partir de 1959, sendo o maior e o mais expressivo de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962 quando seu principal líder, João Pedro Teixeira, foi assassinado a mando de um proprietário local. Pouco depois esse núcleo congregaria milhares de membros, enquanto outros núcleos iriam se espalhar pelos municípios adjacentes.

Como é sabido, com o golpe de 64 o movimento sindical no Brasil sofre certa desorganização, mas não perde sua articulação, permanecendo suas reivindicações básicas que seriam incorporadas pelos sindicatos rurais no período seguinte. Neste sentido, trabalhadores de diferentes localidades do estado da Paraíba participavam de reuniões que carregavam a esperança de dias melhores para os trabalhadores do campo.

No caso de Boqueirão, o senhor João Alves de Assis, foi um desses trabalhadores. Ao receber convites para participar de reuniões de sindicatos em Campina Grande e nas cidades vizinhas, passou a frequentá-las sem muita pretensão, mas se envolveu no movimento a tal ponto que levou a sério e compartilhou com outros companheiros de trabalho a ideia de fundar um sindicato que os representasse.

Ainda sem muita noção do que aquela ideia resultaria e talvez sob a força da emoção de liderar uma associação, o sindicato surge em 02 de março de 1963 com o apoio da FETAG¹⁰⁵. A primeira reunião aconteceu em uma sala do Grupo Escolar Municipal Euflaudiza Rodrigues, no centro da cidade de Boqueirão, com a presença de dezessete trabalhadores.¹⁰⁶

A realização de uma reunião sindical em uma repartição pública cria aqui um ponto de interrogação, de como teria sido a repercussão, pois àquela altura vários trabalhadores já haviam sido convidados para tal reunião e tal informação certamente já chegara aos ouvidos

¹⁰⁵ Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba

¹⁰⁶ Informação encontrada no arquivo de fichas do Sindicato, onde os fundadores estão em grupo de fichas denominado “0” (zero).

dos proprietários de terra e ao gestor municipal¹⁰⁷, que à época, mesmo sendo fazendeiro e proprietário de terras, autorizou a realização do evento.

Um das primeiras pistas que nos atraiu para conhecer a história do sindicato foi uma carteirinha¹⁰⁸ de sócia do referido sindicato (STR) encontrado nos documentos antigos da nossa avó materna, Olimpia Gomes Taveira (in memoriam) e outra carteira do nosso avô materno, Sindolfo Severino da Silva, esta do Sindicato Patronal. Seguindo a pesquisa nos deparamos com dezenas de fichas de filiações de homens e mulheres no STR, onde foi possível constatar a simplicidade e a dificuldades dos primeiros passos daquela organização sindical. Entretanto, essa simplicidade representava a força e a coragem pela qual o sindicato se apresentava à sociedade e aos proprietários de terra contrários aos direitos dos trabalhadores. A frase na capa da carteirinha dava o tom: “A união faz a força”.

A união, ousadia e a coragem eram fundamentais e determinantes para o futuro e o êxito das ideias daqueles homens que antes de fundarem oficialmente o sindicato dos trabalhadores já militavam no movimento sindical há algum tempo, participando de reuniões em outras cidades e se preparando para fundar o sindicato local.

O documento adiante é uma ficha de filiação (nº 17) que apresenta a data da filiação de um dos fundadores, João Alves de Assis que veio a ser o primeiro presidente do órgão.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de BOQUEIRÃO-PARAIBA

NOME JOÃO ALVES DE ASSIS

Data do Nascimento 15 / 11 / 18 Inscrição n.º 17 em 01 / 12 / 19 63

Est. Civil Casado Nacionalidade Brasileiro Naturalidade Paraibano

Residência R. Ivanilda Rodrigues Chagas Nº 67 Boqueirão-Pb

Carteira Profissional n.º _____ Série _____ Carteira de Reservista n.º _____

Trabalhador Rural no Sítio Boqueirão.

P. proprietário no Sítio _____

Meciro na Faz. _____

Pai do associado Ismael Alves de Melo (falecido)

Mãe do associado Irene Celestina da Cruz.

Espos(a) Josefa Batista da Silva.

Filhos Josefa Alves de Assis.

Atenciosamente: Falecido em 28/06/2005

Estuda(n) Sim Quantos 1 (um)

Nº 9

Figura 1 - Ficha Sindical de João Alves de Assis. Insc. nº 17 de 01/12/1963 – Arquivo STR, 2015

¹⁰⁷ João Bezerra Cabral, conhecido como João Hermínio, foi o primeiro prefeito de Boqueirão (1959-1962).

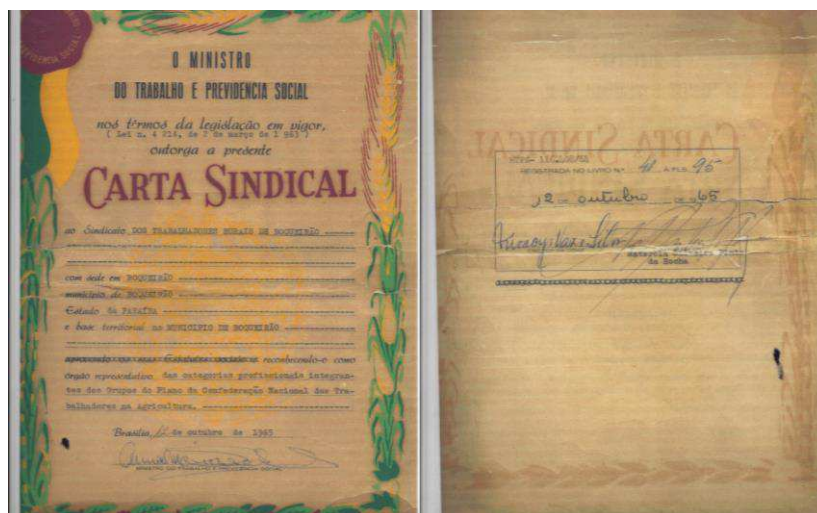
¹⁰⁸ A carteira é uma identificação do sindicato como uma ficha de controle de pagamento mensal, com os dados pessoais, familiares e a foto do sócio(a).

Oficialmente, o STR só foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 12 de outubro de 1965. A imagem abaixo mostra o dia da reunião de posse da 1ª diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a presença de trabalhadores e autoridades sindicais.



Imagem 4 - Fundação do STR de Boqueirão em 02/03/1963 – Foto: Acervo do STR

Em pé, de terno e gravata, está o presidente da FETAG Álvaro Diniz e a sua direita, sentad, num movimento da esquerda para a direita está o então presidente João Alves de Assis (1963-1983), ladeado por trabalhadores em pé e alguns sentados que também compunham a mesa. O local desta reunião foi na pequena sede do sindicato, inclusive é possível ver ao fundo a Carta Sindical (Imagem a baixo) enquadrada e exposta por trás da mesa, a foto também revela certa organização na humilde sede, como é possível ver uma pintura a meia parede.



**Imagem 5- Carta Sindical com autorização de funcionamento do Ministério do Trabalho
Fonte: Acervo STR**

A exposição da Carta Sindical é fundamentada no Estatuto do Trabalhador Rural e é exposta como um troféu, uma vez que representa a legalidade para atuação em defesa dos trabalhadores, algo que certamente havia sido contestado nos anos precedentes a sua outorga.

A quantidade de presentes demonstra que o sindicato já tinha alcançado um bom número de sócios. A presença do presidente da FETAG também certifica a relação de confiança entre ambos, construída nos encontros e reuniões sindicais sob muita dificuldade. “Ele me contava que ia de pau de arara, era na época de Margarida. Pra longe não era de ônibus não, era nos caminhões, ele foi pra Brasília, trouxe certificado, passava fome que só”. (Maria José de Assis, 2015)¹⁰⁹

A história de Margarida Maria Alves nos remete ao contexto em que os sindicalistas de Boqueirão foram forjados, com a marca da coragem, e luta em busca dos direitos dos trabalhadores. Margarida torna-se presidente do sindicato em Alagoa Grande em 1973, bem depois de João Alves. A proximidade entre ambos os líderes não foi possível ser identificada de forma exata, mas o fato é que foram gerados em uma escola de luta, resistência e combatividade.

Mesmo com pouco estudo, mas participando de encontros sindicais, Alves realizava leituras que influenciaram diretamente sua ideologia em defesa dos trabalhadores rurais, “ele lia tudo que era do sindicato, lia muito Che, ele gostava de Che Guevara e de Fidel”, (Maria José de Assis, 2015). A presença destas literaturas no cotidiano do sindicato é confirmada pelo segundo presidente João Gomes dos Santos (1984-1991)¹¹⁰, relatando em depoimento que “(...) gostava de ler sobre Francisco Julião, Che Guevara, essas coisas aí...”. Quando ele cita “essas coisas aí”, ele faz referência a leituras que eram não eram aceitas, aliás eram

¹⁰⁹ Dona Maria José de Assis, entrevistada em março de 2015 na cidade de Boqueirão é neta de João Francisco de Assis, 1º presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão, ela acompanhou seu avô na labuta sindical desde os primeiros anos de vida e aos 51 anos de vida permanece em exercício no mesmo sindicato, agora rememorando a difícil missão do sindicato a partir dos anos 1960. Ela lembra que aos 10 anos já preenchia ordens/requisições de exames e consultas para os filiados realizarem em Campina Grande.

¹¹⁰ João Gomes dos Santos, 65 anos, filho de agricultores natural de Barra de Santana, iniciou o trabalho na agricultura aos 7 anos de idade e começou a estudar aos 12 anos quando conseguiu uma bolsa de incentivo ao estudo financiada governo em parceria com o sindicato. Desta forma ele inicia seus estudos e automaticamente se aproxima do sindicato e do presidente da época que era João Alves de Assis. Posteriormente, a FETAG oferece cursos de capacitação a todos os sindicatos, por sua vez ele é indicado a fazer um curso técnico de contabilidade e capacitações junto a órgãos sindicais o que o torna um sindicalista informado e disposto a enfrentar as adversidade. Fez parte da diretoria do sindicato como secretário, tesoureiro presidente em 1984.

consideradas subversivas e comunistas, daí o tom de menosprezo ou tentativa de esquecimento das mesmas.

As influências literárias de Francisco Julião, Che Guevara e Fidel Castro, ícones da revolução cubana que levou os revolucionários a vitória em 1959 e a consequente implantação do socialismo em Cuba, trazida à baila pelos depoentes nos remete ao cotidiano de discussões e debates vividos pelos dirigentes sindicais que buscavam acesso a mais direitos, justiça e participação de jovens, estudantes, trabalhadores do campo no sentido de fortalecer a classe.

Os movimentos acima descritos nos apresentam as influências políticas e ideológicas que atuaram no contexto de formação do sindicato, no entanto chamamos a atenção novamente para a constatação sintomática da ausência de uma definição acerca da organização sindical nas memórias dos depoentes, esta ausência indica que o vínculo entre trabalhador e a sua associação no que toca à consciência e significado de classe não era tão latente que resultasse na vivacidade da memória.

Tal realidade nos condiciona a dizer que a dificuldade de conscientização e informação dos trabalhadores acerca dos objetivos da classe também se constituem em influências para os líderes do sindicato, neste caso um desafio que se torna motivação, pois esta dificuldade de comunicação e entendimento por parte dos agricultores, na maioria analfabetos, constitui-se assim em uma barreira comunicativa prejudicando o entendimento sobre o que se tentava construir para defender os seus direitos.

A dificuldade de comunicação entre trabalhadores ao darem passos em busca da organização coletiva não é algo atípico, pelo contrário, é comum em vários momentos da organização regional dos trabalhadores trazidas à tona por alguns estudos, como é o caso do trabalho de Isabel Aparecida Bilhão “Relações indentitárias: trabalho, etnicidade e gênero”, onde a autora analisa as relações étnicas e de gênero na formação da classe trabalhadora Porto Alegrense nas décadas finais do século XIX. Segundo ela, havia dificuldades relativas à comunicação desde as primeiras reuniões da Liga Operária Internacional, dificultando os debates de assuntos de interesse da classe. Neste caso específico trabalhadores da Alemanha, Itália, Portugal e do Brasil dividiam o mesmo espaço, o que dificultava um pouco os acordos, dada as dificuldades de entender a língua um do outro, dificultando a unidade e organização. (BILHÃO, 2008 p. 93/94)

A desinformação também era fator preponderante neste processo, pois limitava muitos a entenderem qual era o papel do órgão representativo, resultando numa procura diminuta de direitos, e majoritária no sentido de acessar as ações assistencialistas.

Conforme relato do Padre José Jonette referente aos anos 70, “Uma grande parte do povo, apesar do discurso oficial, não sabe ler, nem escrever, continua analfabeta e desviada pelas seitas, pelos propagandistas e pelos políticos ambiciosos. (Folha 7, Livro de Tombo da Paróquia de Boqueirão). Neste sentido, vê-se o desenho das dificuldades para a união e conscientização da classe trabalhadores.

O sindicato só era procurado pelo trabalhador quando havia uma necessidade em que este fosse possível lhe auxiliar. Logo, o sindicato era uma espécie de ajuda distante ao mesmo tempo próxima, dada a sua força de atração de trabalhadores em busca de serviços e direitos, que só o sindicato podia resolver ou ajudá-los.

Após a pesquisa e anotações sobre diversos documentos a respeito do sindicato e seus filiados, bem como as dificuldades enfrentadas por este órgão, em busca de consolidação diante das perseguições dos grandes proprietários, foi possível constatar que o papel do Sindicato à época limitava-se a oferecer assistências médicas e odontológicas, e mediar algumas disputas entre trabalhadores e grandes proprietários de terra. Todavia, mesmo que a conscientização da classe estivesse distante, o órgão exercia importante papel de apoio e auxílio ao trabalhador.

3.2 Igreja Católica e o apoio ao Sindicato

No processo de fundação do referido órgão houve um efetivo apoio da igreja católica especialmente na pessoa do Padre Antônio Palmeira,¹¹¹ que era simpático às causas dos mais humildes. Tal postura se justifica pelo convívio direto com o povo, vez que à época o padre dava conta de regiões muito extensas e tinha que se deslocar de um lugar para outro. Logo, identificava com mais facilidade as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores.

¹¹¹ Padre Antônio Palmeira, foi incentivador da criação da paróquia de Boqueirão e o primeiro pároco. A mesma foi fundada em 07 de Agosto de 1961. Informações disponíveis no site da paróquia Nossa Senhora do Desterro disponível em <http://www.desterro.org.br> acesso em 20 de março 2016.



Imagem 6 – Padre Antonio Palmeira, 1º Pároco e incentivador da criação do STR em Boqueirão.

Natural de Pombal, sertão paraibano, Padre Antônio Palmeira, segundo relatos, teria chegado a direção da paróquia de Boqueirão por influências de diversos setores da sociedade boqueirãoense. A época o religioso era vigário em Cabaceiras, tendo sido indicado a ser o primeiro Padre da Paróquia de Boqueirão.

Na ata de instalação da paróquia (07/08/1961) e na inauguração da casa paroquial no dia seguinte é possível notar a presença de deputado estadual, prefeito, vice prefeito, vereadores, padres, representante do prefeito de Campina Grande, representante do Exército, DNOCS, representantes de associações e uma multidão de fiéis (Ata de instalação da Paróquia, folha, 1, do livro de tombo).

Palmeira esteve à frente da paróquia de 1961-1967. Como apresentado acima, é possível constatar a relação do padre junto às diversas camadas sociais. Nos relatórios constantes no livro de Tombo, verificam-se reuniões com diferentes grupos sociais, políticos, agricultores, sindicalistas, professores, pescadores, entre outros.

Em visita pastoral do Bispo diocesano de Campina Grande, Dom Manuel Pereira da Costa à paróquia de Boqueirão entre os dias 1 e 4 de dezembro de 1966, acompanhado pelo Padre Palmeira foram realizadas missas e pregações além de visitas e reuniões de contato com a realidade da cidade, uma das primeiras ações é a uma visita à barragem (açude de boqueirão) ouvindo os problemas dos pescadores junto à mesma, em seguida ocorreu visitas e palestras a escolas da cidade, palestras para casais e jovens, encontro com professores e catequistas e também “houve um encontro com direção e associados do sindicato rural” (Livro de Tombo, folha 3)

No entanto esta sensibilidade e flexibilidade para circular nos vários setores da sociedade não era comum a todos os religiosos, dependia da formação familiar e formação acadêmica, logo é preciso analisar as influências internas da igreja sobre os padres para compreender a relação externa entre a igreja e o sindicato.

De acordo com o Padre João Jorge Rietveld¹¹², sob as consequências drásticas do pós 2ª guerra mundial, a igreja Católica passou a se questionar qual seria o seu papel na sociedade. Nesse sentido o Papa João XXIII convocou o Concílio do Vaticano II, dividido em quatro setores que se entendeu de 1962 a 1965 e produziu o documento “*Gaudium et spes*” que em latim significa “Alegria e Esperança”. Ainda segundo Rietveld, “o contexto da igreja católica daquele tempo era lutar pelos direitos dos trabalhadores”. Por conseguinte os Bispos da América Latina realizaram em 1968 a conferência de Medelin,

(...)lá produziram um documento que em trecho diz: “a igreja faz uma escolha pelos pobres” de lá nasce a teologia da libertação, uma teologia que não pode falar em Deus sem falar no homem, então a partir daí alguns padres começaram a se conscientizar que tinha que fazer diferente, os holandeses fizeram isso ao pé da letra. (Rietveld, 2016)

De um modo geral a igreja demonstrava uma preocupação com a América de modo que não podiam ficar indiferentes ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantinha a maioria dos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria humana, logo, o objetivo era usar a linguagem e a proximidade da Igreja católica como povo para combater a desigualdade social.

Em relato manuscrito no livro de Tombo da paróquia (folha 5), o Padre Francês, Paulo Guiral¹¹³ afirmou: “A igreja não é mais a comercialização dos sacramentos, batismos, casamentos e missas. Ela lida com a vida do povo”. O discurso se alinha à direção da parte mais renovada da igreja católica a época. Entretanto, neste período a população do cariri sofre com pobreza e com as secas, são agricultores, em geral pequenos proprietário ou rendeiros, na maioria analfabetos. Tinha uma fé e uma religiosidade muito fortes, mas a ignorância religiosa é tremenda. (2015, apud Gabriel Hofstede (2008 apud RIETVELD, 2015, p, 326)

Em 1975, Pe. Guiral, analisando o quadro social anos antes do termino de seu contrato com a paróquia de Boqueirão, afirmou o seguinte:

¹¹² Padre holandês, historiador, chegou a Brasil em 30/01/1986. Na data desta pesquisa, o mesmo estava a frente da paróquia do município de Cabaceiras – PB.

¹¹³ Padre Francês, pertencente à Diocese de Albi, Franca, passou cinco anos a frente da paróquia de Boqueirão (1972 – 1977).

Muita gente continua o êxodo para Sul. O cariri é uma região sem condição econômica. A água do açude sem política agrícola não resolve nada. O povo continua na mesma: muita pobreza, muita fome, muitas crianças morrem pequeninhas, as famílias mais pobres são sobrecarregadas de filhos, os jovens não encontram emprego. Só os “grandes” conseguem uma vida mais ou menos explorando os pobres. (folha 5, livro de tombo da paróquia de Boqueirão)

Apesar da análise do Padre conter certo conceito negativo formado sobre o Nordeste, certamente construído a partir de informações e leituras antecedentes à sua vinda ao Brasil e à região Nordeste, ele acaba por mostrar uma realidade que de fato assolava a população nordestina. Seu escrito expõe a sua própria visão sobre o quadro de exploração e de injustiça social quando afirma que “só os “grandes” conseguem uma vida mais ou menos explorando os pobres”, ou seja, apesar da realidade de dificuldades climáticas, da falta de informação, das políticas públicas de saúde para controle de natalidade, e da falta de emprego, a situação ainda piora com a dura realidade da exploração dos pobres em detrimento dos ricos.

Neste contexto de desigualdade social, a igreja orienta formalmente que essa aproximação com os mais carentes vise não apenas a liberdade, mas também a emancipação destes. O trecho do documento *Gaudium et spes* no artigo 68, consolida esta ideia da busca de liberdade e emancipação dos trabalhadores em meio a um quadro de ditadura e disparidade social. Vejamos:

Entre os direitos fundamentais da pessoa humana deve contar-se o de os trabalhadores criarem livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a recta ordenação da vida económica; e ainda o direito de participar, livremente, sem risco de represálias, na actividade das mesmas. Graças a esta ordenada participação, junta com uma progressiva formação económica e social, aumentará cada vez mais em todos a consciência da própria função e dever; ela os levará a sentirem-se associados, segundo as próprias possibilidades e aptidões, a todo o trabalho de desenvolvimento económico e social e à realização do bem comum universal. (Art. 68 do *Gaudium et spes*)

A defesa da liberdade de associação dos trabalhadores mais humildes era um confronto direto a parte mais conservadora da igreja, que nunca deixou de existir, inclusive segundo o Padre João Jorge, nesse período muitos padres conservadores entregaram a batina, pois não aceitavam o contato direto com os trabalhadores, uma vez que eram cobrados pelos proprietários e fazendeiros acerca das ações que influenciavam a independência destes.

Em tom de desabafo, o Padre Paulo Guiral escreveu sobre o conservadorismo da igreja. Ele afirma: “Estou em Boqueirão com um contrato de cinco anos como padre. Pouca ligação com os outros padres com a diocese. Eu vivo nessa contradição: numa igreja muito

tradicional e num mundo que vai para frente esquecendo os pobres”. (folha 5, Livro de Tombo)

A visão de Guiral reflete a linha de pensamento do documento do Concílio do Vaticano II: “eu orientava de forma clara que quando surgissem conflitos económico-sociais, os padres deveriam utilizar todos os esforços na busca de uma solução pacífica, assim a orientação era na direção da negociação e o diálogo para a conciliação”. Deste modo, os padres deveriam ensinar que os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos “alimenta o que padece fome, porque, se o não alimentaste, mataste-o”.

Nessa direção, o Padre José Jonette¹¹⁴ (1977-1978) substituto do Pe. Paulo Guiral, realizou ações que visavam tal emancipação e saída para enfrentar as dificuldades que assolavam a região. “No aspecto material, comprei um terreno vizinho a casa paroquial (15,000.00 cruzeiros) e construí um galpão para o povo fazer tijolo de cimento e construir casas melhores, mas a falta de tempo para conscientizar o povo, não permitiu ainda um resultado sensível”. (Verso da folha 6, livro de tombo)

Essa consciência a que se refere o padre é na verdade uma continuação de um trabalho que já vinha sendo realizada por padres anteriores, ela se dava por visitas, cursos bíblicos, exibição de filmes e “projeções luminosas” para os fiéis, de modo que buscasse extrair destes uma conscientização quanto à importância da união e organização para alcançar uma vida melhor para os mais carentes, uma vez que, nas condições, já descritas aqui, as diferenças e distâncias entre ricos e pobres, exploradores e explorados só acentuavam. Assim, a luta pela conscientização, era um trabalho silencioso a longo prazo, como afirma o padre José Jonette: “Quanto ao povo em geral, ele continuava sua luta em silêncio, pobre, marginalizado e sofredor”.

Nessa direção, é preciso considerar as ações de Dom Helder Câmara¹¹⁵ e do Dom José Maria Pires¹¹⁶, ambos foram baluartes neste processo de humanização e aproximação da igreja com os mais carentes. Em plena ditadura ambos eram chamados de bispos vermelhos

¹¹⁴ Padre Francês, pertencente a Diocese de Neves, França. Foi padre na diocese de Campina Grande por cinco anos, sendo dois desses dedicados a paróquia de Boqueirão (1977-1978). Ao fim dos cinco anos voltou para sua paróquia de origem, na França.

¹¹⁵ Helder Pessoa Câmara (1909-1999), bispo auxiliar do Rio de Janeiro e, em seguida, arcebispo metropolitano de Olinda-Recife,

¹¹⁶ Dom José Maria Pires, mineiro proveniente da sé episcopal de Araçuaí-MG, toma posse em 1966 como o 4º Arcebispo da Paraíba. Seu pastoreio na Arquidiocese paraibana priorizou a assistência social e da luta pelos direitos dos mais necessitados.

(comunistas). Segundo Pires, “quem maltratava e espezinhava o povo achava que nós éramos comunistas. Mas, éramos comunistas como Cristo foi. Ele defendeu o direito do pequeno, do pobre, da prostituta e ficou sempre do lado dos pobres”¹¹⁷.

Na gestão de Dom José Maria, em plena ditadura, a Igreja exerceu um papel político importante protegendo presos políticos, denunciando a violência do Estado e no abrigo institucional de lideranças das lutas do movimento popular e sindical, que haviam sido fortemente reprimidos. Na sua gestão destacam-se ainda a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, do Serviço de Paz e Justiça, a Comissão Pastoral da Terra e a Associação dos Amigos da Natureza. (CARNEIRO; ZENAIDE, 1995)

O sentimento de aproximação ao povo era mais presente no baixo clero, isto é, os padres e missionários que lhe davam diretamente com o povo. Outro padre que foi pároco de Boqueirão e teve boa relação com a comunidade foi o Pe. João Bosco (1968-1971) que também foi vigário de Queimadas – PB. De acordo com matéria publicada no Jornal Acontece/Queimadas, na edição II de 1999, intitulada “Padre João Bosco: na memória do povo de Queimadas” relata que “o carro utilizado pelo padre e ele próprio prestavam o serviço de transportar pessoas doentes, acidentados, gestantes, e até pessoas mortas para outras cidades vizinhas”.

O discurso da igualdade e da justiça social fundamentava o apoio da igreja baseado no cristianismo de ajudar ao próximo. Naquele momento a ajuda da igreja foi bem vinda, uma vez que ela detinha grande respeito junto às classes dominantes que neste caso funciona como barreira ‘protetora’ dos trabalhadores, obviamente, uma relação marcada por interesses.

3.3 Assistencialismo Sindical

3.3.1 Leite do “Pade”

Neste contexto de dificuldades existentes no Nordeste, os sindicatos e a igreja através dos padres e missionários se destacam na busca de espaço e direitos dos trabalhadores, Neste sentido, é possível verificar nas fontes analisadas um largo uso de ações assistencialistas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Boqueirão, algumas em parceria com a igreja, outras, em larga escala com os órgãos governamentais, inclusive assumindo o papel do estado.

¹¹⁷ Entrevista Intitulada “Dom José Maria Pires diz que não tem mágoa da ditadura”, publicada no site ParlamentoPB em 22.12.2011, no endereço: <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?dom-jose-maria-pires-diz-que-nao-tem-magoa-da-ditadura> . Acesso em 15 de março de 2016.

Junto à igreja destaca-se o projeto de distribuição de leite em pó, conhecido também como “leite do pade”, programa internacional de distribuição de alimentos denominado “Alimentos para a paz”, promovido pela Cáritas¹¹⁸ em parceria com o programa *Food for Peace*¹¹⁹, que levou à doação de 40 mil toneladas de leite em pó e o equivalente a 6 milhões de dólares em outros alimentos¹²⁰.

O leite em Pó era enviado ao Brasil pelo governo norte americano, e o governo brasileiro fazia a distribuição por áreas. Em Boqueirão, os responsáveis por receber o leite e fazer a distribuição eram a Paróquia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Quando o leite chegava à cidade, em caixas e identificadas com a frase “Alimentos para paz”, logo era armazenada em um quarto do sindicato. “Tinha a feira, cesta básica, tinha o leite do governo federal, eu lembro que o povo chamava “Leite do Pade”, vinha muito, era cheio lá dentro dum quarto, ele não desviava nada, nada”. Maria José de Assis (2015); “Recebíamos o apoio das Cáritas internacional, que com apoio da igreja nos ajudava com alimentos e outros benefícios” (João Gomes dos Santos, 2016).

Posteriormente os sócios eram informados do dia e hora para distribuição. Por representar a igreja no projeto da Cáritas, o Pe. Antonio Palmeira, próximo do sindicato e responsável local pela correta distribuição, mas também reconhecido por orientou o sindicato na aquisição do benefício, certamente era reconhecido nos discursos do presidente do sindicato, por isso o apelido de “Leite do Pade”.

A distribuição era feita na pequena e apertada sede do sindicato, “organizados” em filas, primeiramente recebiam os sócios do sindicato e em seguida os mais carentes sem relação direta com o sindicato, esta lógica fazia parte da política de distribuição do leite acordada entre a igreja e o sindicato.

¹¹⁸ A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe)

¹¹⁹ Programa de Alimentos para a Paz subsidiado pelo governo estadunidense como um dos eixos de uma ação maior chamada “Programa Aliança para o Progresso”, implementada após a Segunda Guerra Mundial em parceria com os governos nacionais.

¹²⁰ BARBOSA, Igor Andrade Vidal. A governamentalidade e o desenvolvimento internacional: um estudo de caso do Acordo do Nordeste de 1962. Dissertação de Mestrado. PUCRio/ Rio de Janeiro, 2010, p. 38.

Essa cooperação entre órgãos sindicais e associativos religiosos confirma o que Van der Lindem (2013, p, 267) afirma: “Os sindicatos organizados em escala nacional podem se beneficiar da cooperação internacional”.

Na visão de Vasconcelos (2005, p, 443), a distribuição de leite tinha conotação econômica e política, uma vez que se impunham novos hábitos alimentares no caso do leite em pó, e no campo político a distribuição objetivava combater a fome¹²¹. Isto é, criando um lastro assistencial e popular para o discurso dos políticos.

Contrário a Vasconcelos, Barbosa (2010, p, 47), citando Arraes, desfere uma acida crítica contra o programa de distribuição de leite no Nordeste.

O câncer do Nordeste está preocupando os norte-americanos, que pensam que nossas doenças podem ser politicamente contagiosas e contaminar os nossos vizinhos. Então eles nos dão leite em pó – se ingenuamente ou não, eu não sei – como se nossa fome fosse diferente da sua, como se ela não estivesse constantemente renascendo, como acontece no mundo todo. Isto é humor negro; não é engraçado, nem resolve, nem poderá resolver a situação angustiada de uma família nordestina (ARRAES apud PAGE, 1970)

De fato, o assistencialismo é uma das diversas facetas dos governos em diferentes níveis e áreas, mas, definitivamente o leite não acabaria com a fome dos nordestinos, ao passo que, de fato, criava condições políticas para alguns líderes políticos construíssem falsos discursos.

Nesta pesquisa analisamos um Termo de acordo entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil assinado em janeiro de 1962 pela Agência para o Desenvolvimento Internacional para o governo brasileiro autorizando a transferência e entrega de leite em pó desnatado para o Brasil no valor de US\$ 18.500,000 dólares, contendo várias instruções e orientações para entrega e acomodação. O acordo está descrito em letras datilografadas ao longo de seis laudas divididos em oito itens, abaixo alguns trechos do documento.

A. Leite em pó preparado pelo processo "spray", acondicionado em pacotes de papelão, forrado com polietileno, de 4 1/2 libras de peso, reunidos em grupos de 12, em caixas retangulares para fins de exportação e/ou em sacos de papel multifolheados, com fôrro de polietileno e com capacidade de 100 libras.

CUSTOS INTERNOS DO PROGRAMA NO BRASIL

B. O Governo do Brasil se responsabilizará pelo pagamento de todos os custos locais inclusive os seguintes: (1) de distribuição da mercadoria aqui autorizada, nele incluídos, entre outros, as taxas consulares e de sobre estadia; despesas portuárias no porto de destino, inclusive taxas de marinha mercante; desembarque da mercadoria (Free out); de

¹²¹ Ver artigo VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. In: Revista Nutri. vol.18, nº 4, Campinas July/Aug. 2005, p, 443.

armazenagem e transporte; (2) de reconstituição do leite ou preparação de outros alimentos em que sejam utilizados como ingredientes os suprimentos de leite em pó fornecidos pelos Estados Unidos da América; (3) de compra ou aluguel de equipamento; (4) os custos administrativos, decorrentes da supervisão permanente de todas as fases de execução do programa.

Os pontos citados acima são apenas alguns dos vários expostos no documento, de modo que expõem os limites, direitos e deveres de cada país envolvido na parceria firmada entre os governos do Brasil e EUA. Neste caso, embora o programa de doação de alimentos para os países mais carentes, institucionalmente soasse como um favor do governo americano ao Brasil, na verdade a “ajuda” era uma forma de estreitar os vínculos comerciais objetivando tirar proveitos futuros, considerando ainda as dificuldades que assolavam o povo nordestino, bem como a estreita relação destes países na articulação precedente ao golpe militar de 64.

É preciso salientar ainda que as políticas econômicas e sociais que os governos militares do Brasil precisavam implantar no país, careciam de uma face popular, neste caso as alianças com órgãos sindicais e religiosos serviam para enfraquecer as forças de esquerda e os movimentos sindicais sob o manto do assistencialismo, aliado à utilização da estrutura religiosa bastante influente da igreja católica nas áreas mais interioranas do país, principalmente no Nordeste.

A imagem abaixo mostra claramente como o leite era utilizado em muitos locais como instrumento de apelo popular, moeda de troca política em busca de dividendos futuros. Neste caso específico, a imagem trata da exposição do leite em pó em uma cidade do interior do Rio Grande do Norte na década de 1960, onde o produto exposto na calçada da prefeitura, para realização fotos e posterior publicidade.



Imagem 7 - Distribuição do leite em uma cidade do Interior do RN - Reprodução da Internet

Conforme explicitamos acima, nem sempre o benefício chegava aos mais carentes por vias “legítima”, isto é, por entidades representativas legítimas. Fica claro isso se dava por vias diversas, inclusive com forte influência política em algumas ocasiões.

No STR em estudo, apesar de beneficiar sócios e uma parte da população carente, a política assistencialista do Leite sofria oposição no interior do sindicato. A época, o secretário do órgão sindical, João Gomes, que depois sucedeu o primeiro presidente afirmou: “quando assumi o sindicato fazia reuniões mensais aqui e nos distritos, eram reuniões educativas, pedagógicas tentando conscientizar os trabalhadores que eles deviam aprender a viver da produção deles e não das migalhas que o governo dava comidas estragadas, muitas vezes.”

Em outro trecho do depoimento ele criticou abertamente a política assistencialista: “o trabalhador não via o sindicato como guardião de seus direitos, porque era acostumado a receber as migalhas do sindicato, que na verdade era obrigação do município e do estado como educação, saúde e etc.”.

Entretanto, é preciso analisar que em meio a ditadura militar onde “a legislação autoritária criaria diversos mecanismos para diminuir o poder de luta dos trabalhadores, desmobilizando a ação sindical e ampliando a exploração de classe (Mattos, 2009, p, 106), o sindicato cumpre uma função social e governamental, que, em tese, seria tarefa do governo, desta forma, o estado passa a usar o sindicato como braço aliado, ao tempo que associa e tenta construir uma imagem positiva junto as camadas mais carentes atendidas pelo programa. Por

outro lado, ao sindicato, tais ações junto a igreja e a órgãos internacionais, parecia um caminho para a aproximação, consolidação e reconhecimento dos trabalhadores para com o órgão sindical.

3.3.2 Mobral

No começo de 1964, o educador Paulo Freire iniciava a implantação do método de alfabetização que atenderia principalmente a adultos. Seu método buscava aliar o cotidiano do trabalhador a uma reflexão sobre as questões sociais. Com o golpe militar, Freire foi exilado.

Tentando suprir o método de Freire o governo lançou, em 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como Mobral¹²². Nessa via, e com o intuito de oferecer outras ações de assistência aos associados, e considerando baixo nível de alfabetização dos sócios, fato que dificultava a comunicação nas reuniões e na busca de direitos, o STR de Boqueirão passou a oferecer em sua própria sede a alfabetização funcional a jovens e adultos, através do ensino MOBREAL no horário noturno.

A primeira professora do MOBREAL na sede do Sindicato foi Dona Naná, que era paga pelo estado. Na pequena sala, adaptada com quadro negro, ela tentava suprir as dificuldades de homens e mulheres que sequer sabiam escrever seu próprio nome. A imagem abaixo nos apresenta a sala de aula.

¹²² Criado pela lei nº 5.379/ 1967 pelo governo federal no governo Costa e Silva, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL foi um projeto que propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos acima da idade escolar. O Mobral foi amplamente usado pelo País afora até meados dos anos 1980, quando se tornou muito caro para o governo e foi extinto. Mas não ficou totalmente esquecido. Durante muito tempo, quando alguém queria chamar outra pessoa de ignorante, dizia: “Ô, seu mobral!”.



Imagem 8 - Mobral na sede do STR – Boqueirão – Acervo do STR

A imagem acima apresenta o momento da inauguração do MOBRAL, onde o presidente, João Alves de Assis (1º do canto esquerdo) apresenta e ler o documento de autorização de funcionamento acompanhado por diretores do órgão, bem como o momento da apresentação da professora (de óculos) à turma.

A presença do MOBRAL na sede do sindicato nos remete aos estudos clássicos de E. P. Thompson (2012, p, 414-416), onde é possível perceber que ele entendia a educação como uma ponte para a conscientização de classe. “Assim, a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade.” Thompson ainda afirma que em determinados momentos de efervescência política, muitos operários ingleses não sabiam ler os periódicos e era preciso que um deles lesse em voz alta gastando um imenso tempo. Desta forma “à medida que sentia cada vez mais os efeitos das escolas dominicais e diárias, e o esforço de auto aperfeiçoamento dos próprios trabalhadores caia o número de analfabetos”.

Embora a experiência inglesa em educação operária tivesse objetivos claros para o futuro da classe, no Brasil e no nosso caso específico de estudo, o método se diferenciava em muitos pontos ao idealizado e implantado por Paulo Freire. Em vez de ser um método crítico, o MOBRAL pregava ideais de obediência ao Estado através do patriotismo e militarismo, bastando apenas aprender a ler, escrever e fazer as operações básicas de matemática.

Internamente, essa ação assistencial no campo educacional também foi motivo de discussões e discordâncias como relata, João Gomes, ex-presidente sobre mudanças que

realizou quando assumiu a gestão, “Tirei a escola MOBREAL de dentro da sede e tirei o ambulatório odontológico, eu gostava mesmo de investir o dinheiro na área jurídica, porque eles defendiam os direitos do trabalhador”.

O pensamento de Gomes é radicalmente contra o assistencialismo, uma vez eu tira o foco da entidade, sua fala coaduna com o que pensa SOUTO (1999, p, 2), quando afirma:

Os sindicatos dos Trabalhadores Rurais [STRs] colocados sob uma mordça institucional, a partir do AI5, assumem como estratégia de sobrevivência uma ação meramente assistencialista. Afastados da ação reivindicativa e da política, usam o assistencialismo como forma de ampliação da rede sindical no campo.

Neste sentido, o sindicato passa a ser um órgão de colaboração governamental buscando sobreviver, ao tempo que suas ações assistencialistas diminuem cada vez mais sua identidade de lutas e atuação enquanto órgão representativo, mas consegue, através destas medidas atrair trabalhadores, logo, o Estado regula o aparelho sindical, tornando-a uma entidade despolitizada.

3.3.3 Bolsa de apoio estudantil

Na trilha do assistencialismo, outra ação desenvolvida pelo Sindicato nas décadas de 60 e 70 em parceria com o governo federal foi a **Bolsa estudantil**. O programa consistia em verba proveniente do Governo Federal eu destinava aos filhos dos sócios do sindicato uma quantia em dinheiro, cerca meio salário mínimo, pago uma vez no ano para auxiliar nos estudos dos filhos. Na oportunidade, os sócios que tinham filhos estudando recebiam do sindicato um vale pelo qual o dinheiro era sacado no banco.

As bolsas financiadas pelo governo eram limitadas em trinta e cinco, no caso do STR estudado, ao menos dois presidentes do órgão receberam ainda na infância a referida bolsa. Na verdade, a bolsa não tinha grande efeito na educação dos filhos, como o valor era pequeno e pago apenas uma vez por ano, esta servia mais para ajudar na manutenção do lar.

De acordo com o ex-presidente, João Gomes de Andrade¹²³, a época, bolsista, “o sindicato dava um cheque agente uma vez por ano para sacar no banco, tinha a especificação, mas era como se fosse hoje a bolsa família, não lembro se era salário ou se era percentual de salário, mas o sindicato pagava aos pais que tinham filhos estudando”.

¹²³ Entrou na vida sindical no ano de 1978, aos 26 anos de idade, na oportunidade foi Tesoureiro, Secretario e Presidente entre os anos (1992-1996). Atualmente ele é o presidente do STR de Caturité – PB.

Conforme Ericksen (1979, apud ALCANTARA, 2012; SANTANA 2008), a bolsa de estudo para educação secundária para eles próprios [pais] ou seus filhos, assim como as demais ações assistencialistas, eram estratégias do governo que visavam construir uma nação homogênea, uma espécie de coesão social, fortalecendo o sindicato e o tornando-o corporativo no sentido de atrair maior número de filiações, logo, o estado tinha o controle indireto do órgão nas mãos.

3.3.4 Assistência médico-odontológica

Como sabemos o sindicato não era visto com bons olhos pelos grandes proprietários e líderes políticos, já para os agricultores era o apoio que nunca tiveram. Além de distribuir sementes e equipamentos agrícolas como enxadas, chibancas entre outras, o sindicato também disponibilizava apoio na área de saúde, com o atendimento odontológico, médico e realização de exames de baixa e média complexidade.

Os exames de maior complexidade eram realizados em Campina Grande, geralmente os sócios eram transportados em veículos de propriedade do sindicato¹²⁴. Já o atendimento médico odontológico era realizado na sede do sindicato. Essa pratica que existiu no STR em estudo, era comum na maioria dos sindicatos brasileiros a partir da década de 70. Para BOITO (1991, p,47 e 91) “A principal – e praticamente única – atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período de 1968 - 1978 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviços médico, odontológicos, laboratoriais, jurídicos, colônia de férias, etc.(...)”

A instalação de um gabinete odontológico nos anos iniciais da década de 70 era algo inacreditável para os sócios do sindicato de Boqueirão, dada as condições físicas da sede do mesmo, entretanto, com verba federal o sindicato consegue instalar uma sala adequada e implanta o serviço na cidade. De imediato, a entidade sindical passou a ser vista, e bem vista, por aqueles que agora avistavam no atendimento odontológico, ou simplesmente, no dentista, algo que lhe motivava a ir até o sindicato e melhorar a aparência.

Esta condição foi a que levou o ex-presidente, João Gomes de Andrade a se tornar sócio da organização sindical em 1976. “O que me atraiu foi o gabinete odontológico né, eu

¹²⁴ Segundo diretores consultados, todos os veículos foram adquiridos pelo órgão por meio de recursos próprios, a exemplo da primeira Rural, em seguida o Fusca, um Voyage e por fim um Fiat uno.

precisava ajeitar os dentes, minha esposa também, daí nos tornamos sócios”. Não apenas, Gomes, mas dezenas de outros trabalhadores(as) rurais, tornaram-se sócios do sindicato para obter direito de atendimento, de modo que os filhos dos sócios também tinham o direito a tal atendimento, logo, o número de sócios do sindicato aumentaria e conseqüentemente o sindicato também aumentaria suas receitas, haja vista que o atendimento também era condicionado ao pagamento das mensalidades sindicais em dia.

Para Francisco Weffort (1972), o pagamento de mensalidades para ter acesso aos serviços médico cria uma situação no mínimo “esdrúxula”.

Em primeiro lugar, com um sindicato assistencial, cada novo sócio traz uma pequena contribuição em termos de mensalidade para a receita da entidade, mas a despesa da entidade sindical para financiar os serviços para este mesmo sócio é maior que a contribuição individual paga por ele. Nestes termos, a entidade sindical necessitaria estar sempre recorrendo aos auxílios do imposto sindical (WEFFORT, 1972, p, 28).

Além do imposto sindical, o sindicato recebia em conta específica, verba para pagamento dos profissionais de saúde que vinham de João Pessoa de quinze em quinze dias realizar o atendimento em dois dias na semana. A parceria funcionava da seguinte forma, os salários dos profissionais eram creditados em conta específica do sindicato para esta atividade, entretanto, estes atendimentos tinham um teto, caso passassem da meta estipulada pelo estado, o sindicato devia arcar com o excedente financeiro a ser pago.

Nessa direção, este “novo sindicalismo” praticamente abole as formas de lutas dos sindicalistas que antecederam o período do golpe de 64, onde a entidade age cumprindo também o papel do poder público, não sendo fácil diferenciar os limites de atuação junto à categoria, bem como junto à comunidade. (SOUTO, 1999).

Além da assistência odontológica, os sócios também tinham acesso à atendimento médico, alias esse atendimento chama a atenção por ser oferecido na sede de outro sindical, o Patronal, isto é, o governo firmara parcerias com os sindicatos patronais e dos trabalhadores e em função desta condição consegue “uni-los”, considerando que os sócio do STR recebiam um vale liberação da direção do sindicato que estava vinculado e com esta liberação em mãos estava apto a receber atendimento médico no Sindicato Patronal. Por outro lado, o STR também oferecia um número de vagas semanais para atendimento odontológico dos sócios do Sindicato Patronal.

Para José Fernando Souto Jr. (1999, p, 19) esse tipo de assistência funciona como uma “espécie de vírus para desarticular o movimento nascente do sindicato de barganha,

reivindicativo e revolucionário”. Entretanto, neste contexto apresentado os trabalhadores preferem um sindicalismo assistencial, resultado da falta de consciência de classe (HUMPHREY, 1982).

Esta parceria entre sindicatos de interesses opostos é o que representa com mais clareza o enfraquecimento da organização sindical. No início deste capítulo, apresentamos que uma das razões motivadora desta pesquisa foi uma carteirinha da minha avó e outra do meu avô. No momento do encontro desta documentação, uma dúvida pairou no ar: qual a motivação de marido e mulher pertencerem a sindicatos diferentes e opostos em seus interesses? Entendemos que a partir da relação (exposta acima) existente entre os sindicatos, a dúvida fica esclarecida, uma vez que uma família sendo sócia de dois sindicatos significava uma abrangência maior de direitos, tendo em vista que os filhos e eles próprios podiam ter acessos às ações assistencialistas de ambos os sindicatos.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão-Pb.
FICHA DE ASSOCIADO N.º 2.917

Nome: CREUZA BARBOSA DA SILVA
 Filiação: João Adão Filho e Maria Barbosa

Estado Civil: Casada Naturalidade: Boqueirão-Pb.
 Nacionalidade: Brasileiro

Local onde reside: Sítio Serraria - Boqueirão-Pb.
 Carteira Profissional n.º 11403 Série 625 Reserva
 Título Eleitoral n.º da Zona Inscrito no Sindicato em 18 / 19 78

Outras associações a que pertence:
 Data do nascimento: 25 de outubro de 1940

Trabalha para: Desde quando? 1950
 Local onde trabalha: Sítio Serraria-Boqueirão-Pb.

Sabe ler: Mao Instrução:
 Nome da(o) esposa(o): Severino Evaristo Monteiro
 Filhos: Elae Evaristo Monteiro, Eva Evaristo Monteiro, Maria do Socorro Monteiro.

Quanto estudam:

ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Hospitalar	Dentária
A Maternidade	Jurídica
Funerária	Farmacêutica
Auxílios diversos	Médica Ambulatorial

Imagem 9 – Ficha de associado do STR – Boqueirão. Em destaque, espaço para anotações de assistência social. Fonte: Arquivo do STR.

A imagem acima não apenas confirma a prática assistencialista, mas também mostra certa organização e controle com estas ações. Este é modelo de ficha confeccionado pelo próprio sindicato, ver-se na parte inferior do documento um espaço para observações e preenchimento quanto aos meios assistenciais recebidos pelo sócio, a saber: Hospitalar, Auxílio Maternidade, Funerário, dentária, jurídica, Farmacêutica, Médica Ambulatorial e Auxílios diversos.

Confirmando nossas conclusões sobre o excesso de assistencialismo exercido pelos sindicatos, Francisco Weffort afirma que:

“as atividades assistenciais do Estado são geralmente precárias, os sindicatos passaram a usar os fundos públicos que recebiam para criar seus próprios serviços assistenciais. O resultado deste processo foi que não apenas a prática dos sindicalistas criou uma esdrúxula concepção do ‘sindicato assistencial’, como o crescimento das funções assistenciais do sindicato terminou por sobrepujar suas funções de representação” (WEFFORT, 1972, p, 28).

Entretanto, o entendimento de Almeida (1984), mesmo seguindo a linha de raciocínio de Weffort, nos confirma que o significado do sindicato para maioria dos sócios foi desvirtuado ao longo do tempo.

Contraditoriamente, a função assistencialista, que pervertia e desnaturava o sindicato como arma de combate²¹, permitiu que não se cortassem por completo seus vínculos com a base. Novos associados continuaram a procurar o sindicato, para fazer uma consulta médica, cortar o cabelo ou processar o seu empregador na Justiça do Trabalho. (ALMEIDA, 1984, p, 201)

Em suas conclusões, Weffort (1972) e Almeida (1984) apresentam aquilo no qual o “novo sindicato” tutelado pelo estado conseguiu se tornar: um auxiliar do governo, acreditando veemente que estava crescendo e se emancipando. De fato, cresceu, mas permaneceu dependente e subordinado aos interesses do Estado que cada vez molda-o conforme interesse, até certo ponto com um consentimento consciente.

No plano da tutela, é possível verificar quanto o STR era tutelado e “cumplice” do governo militar, certamente uma forma de sobrevivência. Em outubro de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu a Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência (CEC) para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Faziam parte desta comissão, intelectuais e acadêmicos, através da participação da ABI e do IHGB na CEC, que davam o caráter intelectual, mas também representavam os esforços oficiais para construir uma imagem popular das festas de independência, através da participação dos sindicatos sob ordens do Ministério do Trabalho exaltando as realizações do regime. (CORDEIRO, 2011).

Nestas comemorações o STR também foi representado. Nos arquivos do órgão encontramos um diploma quase ilegível referente às comemorações do sesquicentenário do Brasil, recebido no exato ano de 1972, em evento promovido pela Agência Brasileira de Imprensa – ABI, ocorrido no dia 8 de Dezembro na cidade do Recife.

Na oportunidade o então presidente, João Alves de Assis, recebeu a homenagem, representando o setor sindical como “Titulo de honra ao mérito pelos relevantes serviços que vem prestando ao desenvolvimento nacional no ano do Sesquicentenário da Independência do

Brasil”, confirmando assim, o alinhamento do Sindicato com as ações do governo militar no plano local e nacional.

3.3.5 Assistência Jurídica

A assistência jurídica é algo inerente às atividades sindicais, principalmente quando se refere a defesa de trabalhadores envolvidos em “questões” na justiça, bem como na busca de direitos previdenciários. Entretanto, é possível verificar que algumas vezes ela é acionada pelos sócios por questões diversas, tais como apoio para busca de pensões alimentícias na justiça, defesa de trabalhadores que incorriam em delitos, entre outras, que nem sempre eram atendidos pelo órgão.

Nas palavras do ex-presidente João Gomes dos Santos, é possível notar que, ao menos em sua gestão, a assistência jurídica era prioridade. Segundo ele: “fazíamos acordos de contas de trabalhadores lá no sindicato, encaminhávamos para o hospital, mas eu não gostava de pagar isso não, eu gostava mesmo era de pagar assistência jurídica”.

A assistência jurídica tão defendida por João Gomes representada na figura do advogado significava orientação correta e a mediar conflitos, bem como acompanhar a tramitação das causas do sindicato e dos filiados na justiça quando da negativa ao acesso aos direitos trabalhistas.

Até os anos 70, a figura do advogado era invocada em casos de conflitos que não eram resolvidas pela conciliação sindical, neste caso o advogado acompanhava o trabalhador e representantes sindicais em audiências na justiça, em delegacias, cartórios em busca de solucionar conflitos judiciais envolvendo posse e invasão de terras, assim como em busca de direitos trabalhistas relativos a acidentes de trabalho. A partir de 1971, o auxílio do advogado era essencial quando se recorria a auxílios previdenciários, momento em que surge os programas assistenciais ao trabalhador rural, a exemplo do PRORURAL¹²⁵ - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, instituído pela Lei Complementar nº 11, de 25.05.1971, prevendo a concessão de aposentadorias por idade, invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social.

¹²⁵ O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural foi instituído em 1971, quando Presidente da República o General Emílio Garrastazú Médice. Atende sob o ponto de vista previdenciário e assistencial: todos os assalariados em atividades rurais; os que, proprietários ou não, trabalham em atividades rurais, quer individualmente, quer em regime de economia familiar.

As atividades assistenciais e previdenciárias do Prorural eram custeadas pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, que não recebia contribuições dos assalariados assistidos, mas recolhia recursos de diversas fontes, à base de diferentes percentuais.

À medida que os auxílios previdenciários aumentavam o público atendido, a burocracia no interior do sindicato também aumentava, desviando o foco da política de lutas históricas em busca de direitos, tornando-se uma extensão da Previdência Social, resumindo sua missão à organização de papéis para posterior aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Nos anos 80, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires já alertava para o perigo causado pelo desvio da função sindical ao não promover os legítimos interesses dos trabalhadores em detrimento do papel que cabia ao estado. Segundo ele,

Os Sindicatos [rurais] precisam fazer pelo homem do campo mais do que preparar papeis para aposentadoria dos velhos, fornecer guias para tratamentos de saúde ou providenciar transporte para os enfermos. Os Sindicatos precisam mostrar com exemplos concretos qual é a verdadeira situação dos camponeses. Os sindicatos têm que deixar de ser uma organização a serviço de velhos que buscam um conforto para o fim da vida para se tornarem instrumentos de união dos camponeses e de promoção de seus legítimos interesses (PIRES, 1980, p.25)

Assim, o sindicato continua atraindo trabalhadores em busca de assistências das mais diversas, ao passo que a consciência de classe em torno da unidade e lutas, vai deixando de ser uma prioridade no cotidiano do trabalhador, pondo em xeque a legitimidade e o esforço do sindicato para enfrentar os patrões na busca de liberdade e independência.

3.4 Ameaças, resistência e a política partidária

Apesar do assistencialismo, a vida sindical não era “só de flores”, vez por outra chegavam ao sindicato conflitos a serem resolvidos, assim, estar a frente de um sindicato que buscava direitos dos trabalhadores rurais era tarefa espinhosa dado que o líder se colocava no meio de um conflito de interesses. Aqui reside as maiores dificuldades para defender a causa dos trabalhadores do campo. A iminência de agressões precedidas de ameaças fez vários sócios fundadores da entidade abandonaram a empreitada pouco tempo depois, por temer enfrentar os coronéis e não sofrer na própria pele a represália. Dona Maria José, neta do então sindicalista, João de Assis, relata a difícil de missão de estar à frente de uma associação de trabalhadores:

Minha avó não gostava muito da profissão dele não, porque ele se dedicava a essa profissão e em casa ele se esqueceu né, os filhos dele foram tudo embora, nenhum quis ficar. Ele apanhou, (...) ele levou uns sanfão ainda por ali, ameaças de revolver desses grandes proprietários de terra que não gostava dele que diziam que ele ia fundar esse sindicato pra tomar as terras, eles achavam que ele queria tomar as terras deles, era a tal reforma agrária né, e eles não entendia. Eles achavam que era um sindicato pra o povo invadir as terras.

A maioria dos Sindicatos Rurais na Paraíba foi criada na década de 50 e 60 em um contexto de efervescência e divergência de interesses. De um lado, classes dos trabalhadores rurais em busca de direitos até então limitados aos trabalhadores urbanos, do outro os proprietários de terra que não aceitavam a organização dos trabalhadores, nem tampouco a cessão de direitos aos mesmos. Nesse contexto eclodem vários conflitos e muito derramamento de sangue nos estado da Paraíba e Pernambuco, onde a execução cruel de alguns líderes sindicais foi a solução mais fácil e rápida por parte dos latifundiários que tentavam a todo custo barrar e intimidar o avanço dos trabalhadores.

Neste passo, os sindicatos locais surgem ainda com muita apatia em algumas cidades paraibanas, uma vez que não era fácil encontrar homens e mulheres disponíveis a colocarem suas vidas e de suas famílias em risco em favor de agricultores pouco instruídos, na maioria analfabetos, explorados, que buscavam um mínimo de apoio para poder sobreviver no seu humilde roçado, uma vez que o jogo entre proprietário de terras e os agricultores era sempre desigual e a figura de uma representante trabalhador investido do sindicato poderia ser a saída ou um atenuante ao sofrimento e as desigualdades e injustiças sociais cometidas no campo contra os agricultores.

Maria José ainda criança acompanhou os primeiros passos do avô à frente das lutas sindicais em prol dos agricultores, e lembra-se do esforço empreendido pelo avô para consolidar o sindicato. Segundo ela, com pouco estudo ele agia com muita firmeza quando a situação permitia, geralmente não abria mão dos direitos dos trabalhadores, mas agia com bom senso e diálogo, evitando que muitos problemas do campo chegassem a justiça ou as vias de fato.

Segundo o ex-presidente, João Gomes dos Santos, a posição de sindicalista era muita espinhosa,

Recebia ameaças, muitas, muitas. As pessoas ligavam para telefone do sindicato, mandavam eu recuar que era melhor. Outros procuravam meus pais pra me pressionar. Minha esposa e filhos me apoiavam, meu pai também, dizia que eu estava fazendo o certo, mas minha mãe tinha medo, mandava deixar pra lá”

Utilizar o recurso da ameaça ou da agressão se configura em uma estratégia que demonstrava a insatisfação dos grandes fazendeiros e proprietários quanto às atividades do sindicato. Muitos dos acordos de rescisão contratual, demissão ou contas a pagar eram fechados no interior do sindicato, momento em que, interpretar os interesses que fundamentavam as ações dos proprietários era imprescindível, além de exigir uma postura e convicção firme para resistir aos assédios financeiros e ameaças usadas para manipular as conciliações em favor dos patrões ou proprietários de terra.

Nunca comi bola, uma vez chegou um filho de um coronel lá de Riacho de Santo Antonio pra fazer um acordo com um trabalhador e me disse, pegue esse dinheiro aqui que vou dar essa outra parte aqui ao trabalhador.

Eu disse: - Não! Dê esse dinheiro ao seu trabalhador! Quantas vezes você me viu nas suas terras trabalhando? Ele se enraivou e perguntou: - Você é pobre?, eu disse sou sim, mas isso não me diminui minha dignidade, ele afirmou: - Pois merece!" (João Gomes dos Santos, 2016)

Para resistir a certas tentativas de corrupção era preciso se cercar de provas, nestes casos, ele conta que quando o trabalhador era prejudicado, tinha seu roçado invadido e procurava o sindicato, existia uma tabela que variava por tipo, tamanho e quantidade de lavoura destruída.

Eu escrevia a denuncia e pedia pro agricultor assinar e por cima gravava, porque geralmente quando os proprietários vinham para a audiência que agente convocava, o agricultor por medo ou receio negava a denuncia ou os termos aí o patrão vinha com razão pra cima de mim, aí eu dizia, tenha vergonha rapaz, eu estou lhe defendendo e você fica negando, de quem é essa assinatura? De quem é essa voz? (mostrando o áudio). (João Gomes dos Santos, 2016)

Ao expor e pressionar o trabalhador, Gomes na escolha da estratégia de consenso, haja vista que o trabalhador era exposto a uma situação inusitada em que a pressão psicológica poderia se virar contra seu favor, considerando que pra chegar até àquele momento muitos trabalhadores sofriam ameaças, alguns rasgavam a carteirinha, outros desistiam da ação já na sala do sindicato, para não perder o emprego e ainda acontecia do fazendeiro ou patrão, quando recebia a intimação, rasgava-a, em sinal de menosprezo para com os trabalhadores e os sindicalistas. Assim, como se não bastasse a opressão do patrão sobre o trabalhador, o próprio sindicato acaba se utilizando deste método, nada agradável.

Caso o proprietário se negasse a vir à audiência o sindicato encaminhava pra justiça (delegacia) e solicitava junto a prefeitura que os animais fossem presos, por sua vez a prefeitura prendia e cobrava diárias do proprietário pelos dias que o animal passava lá. Esta

talvez tenha sido uma das estratégias muito utilizadas, pois logo o proprietário procurava o sindicato para fazer acordo.

O crescimento do Sindicato na cidade de Boqueirão convergia agricultores de vários distritos da zona rural. Essa expansão gerou o assédio político nas lideranças do Sindicato, que mesmo buscando manter o diálogo com as classes políticas e administrativas da cidade. De acordo com Gomes do Santos (2016), “sempre éramos assediados pelos políticos, mas tanto eu como João Alves de Assis resistimos e nunca aceitamos(...)”.

Certamente os líderes tinham a clara certeza, que objetivo dos políticos em relação ao sindicato não era de ajudá-los, mas sim usá-los, tirar proveito e diminuir suas forças, devendo considerar ainda que a maioria dos políticos à época eram grandes proprietários de terras e que viam no sindicato uma forma de ameaça a seus interesses, ou então um trampolim político.

Entretanto, faz-se necessário trazer à tona que mesmo negando associar política sindical e política partidária., o Sr. João Alves de Assis, gostando de aliar sindicato a política partidária e ao contrario das informações obtidas até então, descobrimos nos arquivos online do TER, que João Alves de Assis (1º presidente) foi candidato a vereador nas eleições de 1968 obtendo 62 votos pelo MDB ficando na suplência¹²⁶. Vale ressaltar ainda que é bem provável que a sua candidatura tenha se dado no sentido de fortalecer a luta encampada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) partido político brasileiro que abrigou os opositores do Regime Militar de 1964 ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

O interesse político ao se aproximar dos Sindicatos também é presente no depoimento do senhor Severino Gervasio¹²⁷, agricultor que foi o primeiro presidente do STR de Queimadas¹²⁸ fundado em 1966. Naquela época a principal bandeira do movimento era a luta pela terra e pelo direito à previdência rural com a aposentadoria por idade. Ele lembra que

¹²⁶ TRE-PB, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. **Histórico do Município Cabaceiras**; Resultado de Eleições. Disponível em < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes> >. Acesso em 30 de novembro de 2015.

¹²⁷Agricultor entrevistado em 2011 aos 91 anos, com um grau de lucidez impressionante considerando os problemas de saúde enfrentado por ele como a perda da visão e próstata, mesmo assim ele nos concedeu em seus relatos uma riqueza de detalhe impressionante. O mesmo faleceu em 2013.

¹²⁸ Queimadas é um município paraibano distante 133 km, da Capital João pessoa, fundado em 14 de dezembro de 1961, localizado na mesorregião do agreste com limites territoriais com as cidades de Campina Grande, Caturité, Barra de Santana, Aroeiras, Gado Bravo e Fagundes.

determinado dia quando voltava a cavalo para casa foi abordado pela prefeita da cidade de Queimadas na busca pelo seu apoio nas eleições vindouras,

Eu mim lembro que tinha uma prefeita em Queimadas que chamava-se Dulce¹²⁹ e ela veio atrás de mim, que eu era político também, atrás do meu voto (...) ela chegou e eu não estava nem em casa, mais me acompanhou, eu vinha da rua e me encontrou no caminho e conversou comigo e eu conversei com ela, que eu era uma pessoa muito positivo, direito e positivo, gosto de dizer a verdade. Ela veio atrás de voto pra eu arranjar voto pra ela e eu disse: “a senhora desculpe que não vou arranjar voto pra senhora não e eu tô arrumando voto pra fulano de tal.

O relato de Gervásio demonstra que na visão dos políticos o sindicato era uma terra fértil para gerar frutos na eleição. No entanto, um pouco contrário ao presidente do Sindicato de Boqueirão, Severino Gervásio se sentia importante por também se considerar político e ser procurado por uma política/prefeita. Neste caso, quando o sindicalista afirma, “a senhora desculpe que não vou arranjar voto pra senhora não e eu tô arrumando voto pra fulano de tal”, está demonstrando seu envolvimento direto na política apoiando A ou B, ou seja, escolhendo um lado político que certamente teria oferecido uma proposta mais atrativa a ele próprio ou ao sindicato.

A luta sindical e a política partidária é uma questão delicada “se você partidarizar, você corre o risco de quebrar o movimento”.¹³⁰ É perceptível aqui a importância do Sindicato na mediação entre os trabalhadores e os políticos, uma vez que o sindicato conseguia unir a maioria dos trabalhadores em torno de um nome, no caso de um projeto que dificilmente traria resultados efetivos ao trabalhador.

Muitos dos proprietários de terras se sentindo incomodados com organização sindical dos trabalhadores (ainda que pequena), trataram de se organizar e criaram o sindicato patronal, como destacamos neste capítulo. Na prática o sindicato patronal não fazia frente ao STR, pelo contrario, fazia parcerias.

Diante deste contexto até certo ponto ameno, o sindicato dos trabalhadores não podia furta-se a enfrentar a tarefa de auxiliar os trabalhadores em casos de disputas com os proprietários, questões nos roçados quando um roçado de um trabalhador era invadido por animais do proprietário, derrubadas de cercas, caminhos em terras alheias, entre outras. Neste

¹²⁹ D. Dulce foi a primeira mulher a se eleger vereadora no Nordeste e no Estado da Paraíba, eleita em 1947, foi vereadora por quatro mandatos (1947-1959) representando Queimadas na câmara de Campina Grande e em 1962 foi eleita a primeira mulher prefeita no estado da Paraíba para governar a cidade de Queimadas.

¹³⁰ Depoimento de Rosa Godoy, acerca da morte de Margarida Maria Alves e seu envolvimento com a política partidária. Documentário: Uma flor na Varzea.

caso, sempre se buscava resolver no diálogo, surgindo assim, a figura do fiscal que vistoriava o problema *in loco*, realizar as anotações e levantando os prejuízos materiais e financeiros.

O senhor João Gomes de Andrade, conta que, “o sindicato fazia essa parte de destruição. (...) Tinha a tabela, a federação tinha uma tabela de preços de lavouras, a qualidade da lavoura, a fase, se o estrago era grande, tinha a tabela, até hoje a gente tem né.

Ainda segundo Andrade,

O prejudicado vinha aqui e fazia a denuncia aí agente convocava o dono da terra e agente ia lá olhar (...). O sindicato destacava uma pessoa para acompanhar o trabalhador, trazia pra cá e avaliava, aí se havia uma conciliação entre o trabalhador e proprietário, fazia um documento né, e quando não ai agente passava pra justiça, a forma era essa. Agente fez várias conciliações aqui.

Esse espírito conciliador entre as classes é o reflexo das política sindical implantada por Vargas, na década de 30¹³¹, que, aliada ao assistencialismo moldou a classe trabalhadora ao longo dos anos, nesse sentido lá atrás, as legislações que regulavam o movimento sindical já buscavam homogeneizar as classes, com o claro objetivo de tornar um sindicato castrado e algemado, “deixando de ser um touro bravo para se tornar um boi manso, um sindicato castrado e algemado”. (VIANNOTI, 207, p, 134-135).

Na Paraíba, em 1931 a ideia conciliatória entre as classes já era bastante presente, haja vista que o governo estadual “já estimulava os trabalhadores a registrarem-se no Ministério do Trabalho e propagava os benefícios trazidos pela nova legislação”. Nesse período várias leis trabalhistas e órgãos de fiscalização foram criados por decretos, a exemplo das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas em 1932 pelo Decreto nº. 22132. (GURJÃO, 1994, apud MATIAS, 2013, p, 45).

Assim, a prática de conciliação é incorporado na identidade sindical, de modo que a orientação dos sindicatos a época é buscar a conciliação, esta, por sua vez travestida de uma imagem de classe pacífica e consciente, quando na verdade o significado na prática é outro: adaptação às regulamentações históricas da legislação sindical que fecha os espaços de luta. Isto é, o exercício da conciliação a todo custo, pauta defendida por um segmento classe dominante, torna o movimento sindical incapaz de qualquer resistência, principalmente durante a ditadura. (MATTOS, 2003, p, 48).

¹³¹ Uma das primeiras medidas do Ministério do Trabalho é a criação da lei de sindicalização (Decreto nº 19770) de 19 de março de 1931.

3.5 “7 de setembro”: O modelo militar inserido no seio do Sindicalismo

Segundo as palavras do próprio ex-presidente do órgão, João Gomes dos Santos, o primeiro presidente do órgão era muito conservador.

João Alves era muito conservador e achava que se eu chegasse a ser presidente do sindicato, um dia seria prefeito, e nunca me apoiou a ser presidente. Ganhei sem o apoio dele, porque o povo queria me eleger, ele tinha uma visão pequena e conservadora, achava que o sindicato tinha que estar sempre por baixo.

Embora representando um órgão de interesse oposto aos patrões e proprietários de terra, João Alves tinha uma postura intransigente e com pouco diálogo. Tal postura gerava conflitos internos entre o presidente eu era praticamente analfabeto, e os demais diretores que estudavam e participavam de capacitações sindicais, fato que os colocaria em condições de discordar e pensar novos caminhos para o sindicato. A prática conservadora de Assis era tão extremista que segundo Gomes “Ele fazia os documentos, ofícios com vários erros de português e eu pedia a ele pra corrigir e ele não permitia, ele dizia que quem fosse ler sabia os trabalhadores eram analfabetos, e muitas vez eu discordava dele e corrigia escondido e ele mandava fazer errado mesmo”.

Mesmo ainda não tendo ascendido à posição de presidente, Gomes dos Santos já pensava diferente e participava de congressos em Brasília, sempre buscava participar dos debates “uma vez participei junto com a turma do Rio Grande do Sul sobre cooperativismo, e achava que aquilo seria uma forma de ajudar o agricultor e combater o atravessador, mas nunca consegui implantar aqui não, eles não tinham essa cultura”.

O cooperativismo defendido acima, na verdade pode representar uma armadilha do capitalismo tão combatido pelos trabalhadores. O governo enquanto propulsor do capitalismo visa dissolver a unidade da classe, propagando justamente seu fortalecimento coletivo. É necessário considerar que as cooperativas, direto ou indiretamente se submetem ao governo quando buscam incentivos, fato que é possível gerar um desvirtuamento do espírito cooperativista transformando-as em empresas privadas, quebrando o cerne da coletividade em favor do capitalismo individualista. (PEREIRA; SOUZA, 2013, p, 60).

Apesar das dissonâncias sob vários aspectos no interior do sindicato, nem sempre estão no melhor caminho, e tampouco impedem que o sindicato se molde às praticas militares conservadores em vigor. Em meio a ditadura Militar, por incrível que pareça o pelotão do sindicato estava sempre presente nos desfiles cívicos alusivos ao “7 de setembro”. Os sócios

eram convocados a vir à cidade para representar o STR e desfilar em um ambiente de total apatia aos interesses destes.



Imagem 10 - Pelotão de Sócios do STR Boqueirão no desfile de 7 de setembro de 1973 – Acervo do STR



Imagem 11 - Pelotão das crianças composto por filhos e filhas dos sócios do STR – Boqueirão. Acervo do STR

As imagens acima constituem o pequeno acervo do STR de Boqueirão, elas revelam a grande participação de trabalhadores e trabalhadores no desfile da independência da República, de modo que toda família (pais e filhos) desfilavam, se de boa vontade ou não, não sabemos, mas o fato é que esta festa era resultado de um enorme esforço do sindicato.



Imagem 12 - Concentração em frente a sede do STR ao fim do Desfile. Cervo do STR

Nas semanas que precediam o evento havia todo um preparativo, desde o convite para a festa até a confecção de faixas, bandeiras e enxadas de papelão, isto mesmo, de papelão. O presidente pedia que alguns sócios trouxessem replicas de “cabos de enxada” e no sindicato se confeccionava uma réplica de enxada com papelão e montava o instrumento que servia de adereço para os sócios representarem (a caráter) o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A despeito da enxada de papelão enquanto adereço para o desfile nos cabe fazer uma reflexão sobre sua simbologia, haja vista que aqueles trabalhadores tinham com aquela ferramenta uma identificação pessoal, afetiva e maior que as demais por ser comum a quase todas atividades do campo, , nesse sentido, a enxada representa justamente a relação do trabalhador com o campo, com a labuta, o esforço, a perseverança, a esperança de dias melhores. Entretanto, a sua representação no desfile na cidade opõem sua natureza, pois além de ser um evento de características militar(onde o destaque é para as armas), a enxada é confeccionada a partir de papelão em um ambiente extremante diferente do local de utilização diário, nos remetendo à fragilidade dos trabalhadores e sua representação sindical, bem como a submissão aos ditames do governo militar, além da perda de identidade da classe.

No dia anterior ao desfile a preparação atravessava a noite com mulheres preparando as comidas que iriam ser servidas aos sócios no dia seguinte, após o desfile sob o sol causticante. Maria José, neta de João Alves nos relatou como se dava este momento “era uns fogo de carvão lá pra detrás, a fumaça cobria, era festa meu filho, era uma fila de homens, mas tinha comida pra todo mundo”.

No dia do desfile, segundo o ex-presidente João Gomes dos Santos.

(...) era comum, em plena ditadura, os trabalhadores formarem um pelotão e desfilarem com enxadas de papelão. Sempre tinha confusões, um pisava no pé do outro, um bebia antes pra ter coragem de desfilar, outro puxava a faca por causa de um pisão e era aquela confusão... Quando assumir a direção do sindicato eu disse, agora ninguém vai desfilar em 7 de setembro não, quem quiser vim olhar pode, mas desfilar não. Não precisa dessa humilhação não.

A postura do ex-gestor quanto à suspensão da participação do STR no desfile revela o quão antagônicos eram as posições dos diretores no interior do sindicato. Certamente a postura contrária quanto à participação no desfile tenha sido originada de leituras e debates ao longo da vida sindical, isto é a força ideológica. Para Linden (2013, p, 257) “Para coordenar efetivamente sua esfera, o sindicato, obviamente, tem que cultivar a lealdade e a cooperação dos seus membros. Entre os fatores que influenciam esta cooperação podem estar aspectos normativos (engajamento ideológico)”.

O desfile era uma festa, com o clímax na confraternização posterior ao desfile, mas antes deste momento todos tinham que ver e ouvir atentamente as palavras do presidente em cima do palanque das autoridades municipais. Na oportunidade, havia uma unidade de poderes e representação, entre políticos, representantes sindicais, religiosos, professores e dividiam o palco e discursar para os presentes defendendo os direitos do trabalhador e as conquistas o que não deixa de ser louvável para a classe, por outro lado, a presença no desfile e no palanque representava os fortes laços de amizade com o sistema político vigente. Nada que soe muito estranho, diante de tudo que já foi percorrido até aqui.

3.6 Ações de solidariedade

Diante de todas as dificuldades que os sindicatos brasileiros passavam durante a ditadura militar, também havia espaço para “fugas”, do sistema opressor, em que pese todas as estratégias de perseguição impostas aos sindicatos, a solidariedade não perdeu suas raízes no seio do movimento.

De acordo com Claudio Batalha (2006, p, 92), no Brasil da segunda metade do século XIX, já havia exemplos de formas de solidariedade horizontais e de organizações que se definem em termos classistas. Dessa mesma ideia também comunga, Marcelo Badaró Mattos (2009, p, 61), segundo ele, os trabalhadores assalariados compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, ondes estes atuaram coletivamente e com certa

organização em busca da libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação.

Se fossemos enfrentar esta questão a fundo, tornaríamos este trabalho cansativo, mas essa não é a proposta. De toda forma há que discorrer sobre a prática da solidariedade praticada no STR de Boqueirão, que foi muito intensa no auge da ditadura militar, quando do surgimento das ligas camponesas na zona canavieira paraibana. A cerca desta questão, o ex-presidente, João Gomes dos Santos relatou o seguinte:

Apoiávamos o dissídio coletivo da zona canavieira que era mais forte. Aqui não tínhamos como fazer greve, porque os trabalhadores eram da diária e não entendiam isso, e nem tinham vínculos. Fazíamos um fundo e íamos até os canaviais levar ajuda financeira e cesta básica, mas sempre éramos parados pelas barreiras do exército que tentava proibir agente de levar ajuda aos companheiros. Era na época das ligas.

Segundo Délio Maranhão (1981, p, 332) em sua obra clássica *Direito do Trabalho*, o dissídio é um conflito de interesses que envolvem a pretensão e a resistência. “Pretensão a exigência de subordinação de um interesse de alguém ao interesse de outrem; resistência é a não conformidade com esta subordinação”. Assim, o STR se coloca em uma posição de apoio ao processo de resistência dos trabalhadores que busca de melhores condições de trabalho, melhores salários e direitos trabalhistas.

O relato de ex gestor no revela que os laços de solidariedade existiam para além das fronteiras, distâncias ou denominações associativas. Levar uma ajuda financeira a outro grupo de companheiros é uma ação humana e de desprendimento, tendo em vista que sindicato conseguia, mesmo pequeno, organizar um fundo suficiente para se manter e ainda se propor a ajudar outros companheiros. Alias, a organização econômica é um princípio basilar para consolidação sindical, como afirma Marcel van der Linden (2013, p, 261) “A disciplina organizacional é de importância crítica” e quando trata-se da gestão financeira torna-se ainda mais crítica pelo fato de muitos sindicatos serem desorganizados e deixarem a corrupção invadir o cotidiano e a saúde financeira do órgão.

Nesse viés, Linden (2013, p, 259) também afirma que a saúde das finanças de um sindicato depende do sua assiduidade no pagamento em dia das mensalidades, bem como sua estabilidade funcional. Deste modo, além do apoio financeiro para auxiliar os movimentos grevistas que já eram recorrentes no Brasil, o sindicato também levava o apoio na forma de cestas básicas, circunstancia que levava a fazerem barreiras para impedir a entrega destes alimentos, certamente no intuito de enfraquecer os trabalhadores da zona canavieira.

O esforço de sair de seu raio de ação e ir para um local com alta tensão social e política consequência das repressões violentas que comumente aconteciam, demonstra a ousadia, a coragem e a força eu os envolvia no movimento sindicalistas, nos fazendo compreender, que caso fosse possível algum movimento em nível local os sindicalistas estavam dispostos a lutarem e enfrentarem pressão, mas como não existia tal necessidade, o apoio era dado em outros locais e em outras linhas de luta. Nem por isso podemos afirmar que tudo era tranquilo, pelo contrário, segundo João Gomes dos Santos,

No início dos anos 70, a ditadura ainda era tão forte, sentíamos na pele. Os proprietários nos chamavam de comunistas, até os bispos da igreja nos via como comunistas, mas os padres viviam junto do povo, não tinha como se separar ou fazer vista grossa a necessidade do povo.

Ao afirmar que a ditadura não era tão forte, ele considera em grande parte o ambiente de luta do STR de Boqueirão, onde não existiam conflitos complexos, essa constatação vem nos dizer, que a ditadura não era nada de leve, haja vista a realidade de ser taxado de comunista.

A realidade de ser taxado de comunista já era algo encarado naturalmente, vez que por si só o sindicato já preocupava em qualquer lugar que viesse a ser instalado. E assim, os trabalhadores da zona canavieira recebiam a solidariedade de outros trabalhadores e de outros sindicatos, certamente essa não era uma ação isolada, mas sim orquestrada pelos órgãos estaduais objetivando o fortalecimento e o envolvimento na defesa dos direitos, ao passo que os líderes estavam sendo forjados para a luta sindical e principalmente para a resistência às imposições dos governos militares.

Nessa tarefa de manter a chama da resistência à exploração acesa, está presente a igreja católica, a partir de seus líderes religiosos, combatendo e buscando saídas junto às camadas mais populares visualizando a reconquista da liberdade no país. É que centrais sindicais tem buscado novos modelos de independência neste processo, todavia, é certo que a ditadura deixou marcas profundas no sindicalismo brasileiro, tornando-o uma extensão do Estado abrigando serviços de diversos órgãos governamentais, principalmente da previdência, assume tarefas que não são da sua alçada, ao mesmo tempo que enfraquece a política de lutas e de reivindicação legítima dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros passos desta caminhada, nossos objetivos ainda estavam desorganizados, aos poucos foram se encaixando, nem tudo pesquisado foi utilizado, mas também nem tudo pensado lá atrás fora pesquisado. Algumas fontes ficaram para outra oportunidade. Encontramos dificuldades, mas também ajuda que nos serviu de combustível para contribuir com a historiografia do Cariri paraibano e da cidade de Caturité no momento em que lidamos diretamente com homens e mulheres que vivenciaram estes períodos e colaboraram para o desenvolvimento deste projeto.

Mesmo diante da escassez de fontes com a qual nos deparamos, esta pesquisa é fruto de grande esforço, constituindo-se em uma contribuição, na busca pela reconstrução da história dos trabalhadores e trabalhadoras do Cariri.

Aqui analisamos as relações de trabalho, os frutos e as consequências da lida diária no algodão e no agave, bem como o contexto econômico e social vivenciado na região em estudo a partir dos anos 50 em diante. Na conjuntura das secas, crescimento da indústria no Sudeste e a precariedade do setor agrário nordestino, constatamos o espaço ideal para os chefes políticos locais atuarem para manutenção do poder.

Ainda neste contexto, estudamos a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Boqueirão, sua estreita relação com a igreja católica e principalmente constatamos que suas práticas assistencialistas resultaram da estratégia do governo, que tutelava e sufocava sua mobilização através de parcerias onde o sindicato passou a cumprir o papel social do Estado.

Portanto, entendemos que ainda há muito a pesquisar, esclarecer e responder, mas essa continuidade se dará em outra oportunidade. Para o momento é o que oferecemos, senão o melhor, mas certamente uma colaboração digna de muito esforço e boa-fé.

É pertinente lembrar que aqui expomos e analisamos diversas ações de resistência envolvendo trabalhadores e patrões, em um contexto jurídico policial escasso e quase inacessível, bem como as imposições dos patrões para tirar o máximo proveito da mão de obra de seus trabalhadores. Nessa direção trouxemos à baila eventos que praticamente foram esquecidos pelas gerações do presente, as lutas por direito, por exemplo, se apresentam como exemplos de resistência vez que a justiça era uma escolha difícil que quase sempre representa o fim da relação trabalhador-patrão.

Diante de patrões rodeadas de influências nos setores jurídico-policial, comprar uma briga com o patrão podia resultar em consequências impensáveis. Por outro lado é possível

perceber no campo sindical, especialmente no assistencial, patrões e trabalhadores eram unidos pelos sindicatos que os representava, confirmando assim, uma hierarquia, domínio e tutela do estado sobre estes, através do ministério do trabalho usando armas que em certo grau neutralizavam as forças dos trabalhadores perante as bandeiras e lutas anteriormente defendidas com maior vigor.

É de fácil constatação nessa pesquisa a presença marcante da desentendimentos entre os próprios trabalhadores, que por vezes sob efeito alcoólico entravam em vias de fato, com utilização de armas brancas, armas de fogo e até veneno, chegando inclusive a resultar em mortes, as quais discurremos a partir de processos judiciais.

A importância da igreja católica e alguns seus padres na formação dos sindicatos no Cariri paraibano parece ser um caminho importante para se ir mais além em pesquisas futuras, ampliando assim a análise sobre o quadro apresentado, mais que certamente deve ter mais alguns fatores peculiares para que ao cabo, o saldo para os interesses dos trabalhadores fossem mais importantes que para os patrões e políticos locais detentores de propriedades.

Nesse sentido, este trabalho percorreu um longo caminho aglutinando várias temáticas relacionadas como trabalho, economia, religião, lazer, mulher, industrialização, secas, direitos, justiça, entre outros que na sua totalidade constituíram e constituem o cotidiano de lutas dos trabalhadores de Caturité e do cariri paraibano.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p, 27
- ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional: Estrada de Ferro, Tropeiros e Empório Comercial Algodoeiro (1907 – 1957)**. Campina Grande: UFPB. Dissertação de mestrado em Sociologia Rural, 1991.
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (org). São Paulo: Contexto, 2005, p, 23/80
- BARBOSA, Jivago Correia. **Política e redemocratização na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. ANPUH – XXV simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009, 10p.
- BARROS, José de Assunção. **Espaço e História**. In: A expansão da história. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013, pp,135-163
- BATISTA, Francisco de Assis. **As múltiplas faces das práticas de dominação e da resistência**. In: Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950). Doutorado em Ciências Sociais. Campina Grande: UFCG, 2010, pp. 152/191.
- BIANCHI, Alvaro. **O desenvolvimento desigual e combinado: a construção do conceito**. In: Blog da convergência, pensamento socialista em movimento. 2013. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=935> - Acesso em 28 de maio 2016.
- BILHÃO, Isabel. **Relações identitárias: trabalho, etnicidade e gênero**. In: Identidade e trabalho. Londrina: Eduel, 2008, pp. 91/159.
- BOITO, Armando Jr. (1991), “**Reforma e persistência da estrutura sindical**”, in. A. Boito Jr. (org), O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 43- 91
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens**. Campina Grande: EDUFCG, 2009.p.104-131
- CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e Freguesias da Paraíba**. Organizado por Antonio Soares e Moacir Germana. Campina Grande-PB: Núcleo Cultural Português/ Edições Caravela, 1997:124p.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Preludio da Cachaça**. Etnografia, História e Sociologia da aguardente no Brasil. Rio de Janeiro, IAA, 1968.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995
- _____, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: Unicamp, 2000
- CAVALCANTE, Messias Soares. **Todos os nomes da cachaça**. São Paulo: Sá Editora, 2011. 392p.
- CHALHOUB. Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORREA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964)**. São LTR:2011.

- COSTA, José Jonas Duarte da. **A Crise do Sistema de Produção algodoeiro Paraibano: (uma análise das causas)**. Dissertação em Economia Rural, Campina Grande: UFPB, 1996.
- DABAT, Christine Rufio. **Lutas: ligas, sindicatos, governo Arraes e regime militar**. In: Dabat, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: EDUFPE, 2007, pp. 694/736
- DERMATINI, Zeila B. F.; LANG, Alice Beatriz S. G.; CAMPOS, M. Cristina S. S. **História Oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU**. São Paulo, Humanitas/FELCH-USP, 1998
- DINIZ, Lincoln da Silva. **Os bairros e a cidade e o seu pequeno comércio**. In: *Permanências e transformações do pequeno comércio na cidade: as bodegas e a sua dinâmica sócio espacial em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFPG, 2009. p, 57/114
- ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, Boris. **A formação da classe operária: determinações estruturais**. In: *Trabalho urbano e conflito social*. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986, pp. 13/37;
- FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. 2. Ed. Passo Fundo: UPF, 2004, p, 42.
- GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 13-41
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. In. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, pp. 237/264
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A esquerda brasileira, das ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciais**. In: *O historiador e suas fontes*. Carla Bassanezi Pinsky; Tania Regina de Luca (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009, pp, 119/140.
- GUERRIOS, Alexsander João. **Os annales e a micro-história: um viés historiográfico pelas obras do historiador italiano carlo ginzburg**. Monografia de conclusão do curso de História, Universidade Federal do Paraná. 2011. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2011/2_sem_2011/alexsander_joao_guerrios.pdf. Acesso em 28 de maio de 2016.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 1994.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: 1885-1945**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.
- HOBBSAWM, Eric J.. **A história de baixo para cima**. In: *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p, 280.
- HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. 4ª edição reimpressão, São Paulo: PERSPECTIVA. 2000, 162 p. PDF,Disponivel em: http://jnsilva.ludicum.org/Huizinga_HomoLudens.pdf
- HUMPREY, Jonh. **“Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira”**. Petrópolis: Vozes/São Paulo: CEBRAP. 1982

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro Fontes Históricas como fonte**. In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (org). São Paulo: Contexto, 2005, p, 9/22

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2013, 269p.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiças no Brasil: Ensaio de história social**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p, 44.

LIMA, Junia de Souza. **De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão de obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872 –1930)**, Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG: CEFET-MG, , 2009

LIMA, Luciano Mendonça. **Cativos da “Raiha da Borborema: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco – CFCH – História. Recife: 2008, 356 pp.

LIMA, Henrique Espada. **E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social**. In: E. P. Thompson: Política e Paixão. Ricardo Gaspar Muller; Adriano Luiz Duarte (orgs). Chapecó: Argos, 2012, pp. 175-214

LINDEN, Marcel van der. **História do trabalho para além das fronteiras**. In. Cadernos AEL, Volume 17, Nº 29, 2010, pp. 33/66

_____, **Trabalhadores do mundo** – Ensaios para uma história global do trabalho. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campina – SP: UNICAMP, 2013.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização e capitalismo: considerações teórico-metodológicas sobre os novos padrões da acumulação de capital e suas implicações para a análise das políticas científico-tecnológicas**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro: EBAP/FGV, 1996.

MATIAS, Allison Luna. **Vozes dissonantes do “progresso”: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930-1965)**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Campina Grande , Campina Grande, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A formação da classe operária inglesa: história e intervenção**. In: Revista Trabalho Necessário, ano 12, nº 18 – 2014. Issn: 1808 - 799X, 24 pp.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 30**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 160p

_____, Marcelo Badaró. **Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro**. In. Revista Mundos do Trabalho, Volume 1, Nº 1, Janeiro-Junho de 2009, pp. 51/64.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: Como fazer, como pensar**. José Carlos Sebe Bom Meihy; Fabiola Holanda. 2. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.** In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 32-44, jan./jun. 2002

MORAES, Cecília Marcondes de Moraes; MULLER, Ricardo Gaspar. **E. P. Thompson e a pesquisa em Ciências Sociais.** In: E. P. Thompson: Política e Paixão. Ricardo Gaspar Muller; Adriano Luiz Duarte (orgs). Chapecó: Argos, 2012, pp. 281-325

NETO, Cícero José Alves Soares; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **O processo de ruptura do voto-de-cabresto do coronelismo: Seridó potiguar (1950).** Publicado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia - GT: Cultura, Política, Memória e Subjetividade, 29 de maio a 1 de junho de 2007. UFPE, Recife (PE) , 18p.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção: A cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (1937-1966, Paraíba).** Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília, 2006, 291 p.

NUNES, Paulo Geovani Antonio. **A quebra da ordem constitucional e a ditadura militar no Brasil.** In: Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico. ARAÚJO, Edna Maria Nobrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lourdes (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

OLIVEIRA, Luis Eduardo. **Exploração social, resistência de classe e condições de vida em Juiz de Fora na virada do século.** In: Os trabalhadores e a cidade. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: FGV, 2010, pp.213/295.

PAIDA, Zenilda. **Trabalhador Rural.** Disponível no site Conteúdo Jurídico, no endereço: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,trabalhador-rural,36550.html>. Acesso em 15 de maio de 2016.

PALMEIRA, Moacir. **Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana.** In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. I: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs). São Paulo: UNESP. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEREIRA, Meire Joisy Almeida; SOUZA, André Barreto. **Cooperativismo ou capitalismo disfarçado? uma breve análise das cooperativas agrícolas em Roraima.** Revista de Administração de Roraima (RARR), [S.l.], v. 3, n. 1, p. 59-81, ago. 2013. ISSN 2237-8057. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/adminrr/article/view/1564/1112>>. Acesso em: 28 Mai. 2016

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007. P, 273.

PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky. **Fontes Históricas.** Carla Bassanezi Pinsky (org). São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES, Dom José Maria. **Do centro para a margem.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980

RAMOS, Carolina. **A construção do sindicalismo rural brasileiro.** In: Anais do VIII Simpósio Nacional Estado e Poder – PPGH/UFF. Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em 15 de maio 2016.

RODRIGUES, André Wagner. **Materialismo Histórico dialético: a contribuição de Marx para o conhecimento histórico.** In: site História em Perspectiva, 24 de Janeiro de 2012,

disponível em <<http://www.historiaem perspectiva.com/2012/01/materialismo-historico-dialetico.html>> acessado em: 23 de Nov. 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática.** In: revista política & sociedade. Nº 13, outubro de 2008. P. 279 – 309.

SAVAGE, Mike. **Classe e história do trabalho.** In. Batalha, Cláudio H. M; Silva, Fernando Teixeira da e Fortes, Alexandre (Orgs). Culturas de classe. Campinas: UNICAMP, 2004, pp. 25/48

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Tradução: Marilda A. de Menezes; Lemuel Guerra. In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002

SEVECENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo: Cia das Letras, 1992. 390p.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo.** In: A escrita da história. Peter Burke (org), tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011, pp,39-62

SHENATO, Vilson Cesar. **Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma leitura a partir de Thompson e James Scott.** Anais da Semana de Humanidade do CCHLA – UFRN, 2010, 11pp

SILVA, Josefa Gomes de Almeida. **Latifúndio e algodão em Campina Grande: modernização e miséria.** Dissertação de Mestrado, Recife: UFPE, 1985, 103p.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Eleições de 1950";** Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/eleicoes-1950.htm>>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** volume 1 (A árvore da liberdade), 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____, **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998

TRE-PB, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. **Histórico do Município Cabaceiras; Resultado de Eleições.** Disponível em < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/resultados-de-eleicoes> >. Acesso em 30 de novembro de 2015.

VALE, Eltern Campina. **Estratégias de reivindicação operária: os usos da justiça do trabalho.** In: Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Mestrado em História. Fortaleza: UFC, 2008, pp. 99/136

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula.** In: Revista Nutri. vol.18, nº 4, Campinas July/Aug. 2005, p, 443.

VIANNOTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

VASCONCELOS, Silvano Alberto de. **Ascensão e Queda da Economia Algodoeira em Campina Grande - Um estudo de caso (1907- 1940).** Dissertação de mestrado em Engenharia da Produção UFPB, - João Pessoa, mimeo.1980.

VILELA, Janaína Alcântara. **O papel do direito do trabalho e dos sindicatos na época da ditadura militar.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11964>. Acesso em maio 2016.

WEFFORT, Francisco C. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco**, 1968. São Paulo, CEBRAP (mimeo). 1972.

ZEFERINO. Bárbara Cristhenny G. **Subsunção formal e real do trabalho ao capital e suas implicações nas relações sociais**. In: Anais do XIX Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-274.pdf> - Acesso em 28 de maio 2016

RELATOS ORAIS

Antonio Manoel da Silva, 65 anos, Aposentado, entrevista realizada em janeiro de 2015 em Caturité, PB.

Antonio Ribeiro Galdino Borges, 77 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011, **Argemiro Sabino Cabral**, 80 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011/ Fev. 2015 em Caturité, PB

Francisco Agostinho Cabral, aposentado, 76 anos, entrevistado no dia 29 de Junho de 2015 em Caturité, PB

João Gomes de Andrade, 56 anos, sindicalistas, entrevista realizada em maio de 2015/ maio 2016 em Caturité.

João Gomes dos Santos, 65 anos, contador e advogado, entrevista realizada em março de 2015 em Boqueirão-PB

Marcos Antonio Valdivino Queiroga, 48 anos, agricultor, entrevistado no dia 15 de Janeiro de 2015 na cidade de Caturité, PB.

Maria Beatriz Nascimento, aposentada, 78 anos, aposentada, reside em Caturité. Entrevista realizada em junho de 2015

Maria José de Assis, sindicalista, entrevistada em março de 2015 na cidade de Boqueirão.

Severino Gervasio da Cruz, 94 anos, entrevistado em Caturité, em Março de 2011.

Severino Nunes, 86 anos, agricultor, aposentado, entrevistado no dia 15 de Janeiro de 2015 na cidade de Caturité, PB

Zélia de Arruda Santiago, 84 anos, aposentada, viúva. Depoimento coletado em 11 de janeiro de 2015, em Caturité, PB

OUTRAS FONTES

Fichas sindicais do STR Boqueirão

Diploma das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil – STR

Fotos dos desfiles de 7 de setembro do STR

Carta Sindical – STR

Livro de Tombo da Igreja Católica

Panfleto evento beneficente em Caturité – Argolinha, 1949

Processo nº 1.612, apelação criminal da Comarca de Cabaceiras, 1952.

Ação criminal eleitoral nº 245/1950

Processo Crime nº182/1954, (fls. 36). Vitima: Severino Alves do Nascimento (Severino Cabôclo), Acusado: Antonio Vidal de Negreiros. Processo pesquisado no arquivo da Comarca de Cabaceiras em março de 2015.

Processo de acidente de trabalho do pedreiro Abdias Pereira

Processo de acidentes de Trabalho de Sebastião Matias Pereira

Processo Crime nº182/1954, (fls. 36). Vitima: Severino Alves do Nascimento (Severino Cabôclo), Acusado: Antonio Vidal de Negreiros. Processo pesquisado no arquivo da Comarca de Cabaceiras em março de 2015